

**COMISSÃO DE INQUÉRITO SOBRE A SITUAÇÃO QUE
LEVOU À NACIONALIZAÇÃO DO BPN
E SOBRE A SUPERVISÃO BANCÁRIA INERENTE**

24 de Março de 2009

28.^a Reunião

Ordem de trabalhos

Audição Dr. Franquelim Alves (ex-administrador da SLN)

Audição Sr. Dr. Fernando Fantasia

Índice Remissivo

A

A Sr.ª Presidente · 3, 6, 37, 42, 43, 61, 96, 97, 102, 106, 107, 113, 122, 135, 143, 146, 148, 151, 185, 207, 208, 210, 211, 223

Afonso Candal (PS) · 122, 126, 127, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 140, 142, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206

Almeida Henriques (PSD) · 143, 145

F

Dr. Fernando Fantasia · 120, 131, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 220, 221, 222, 223

Dr. Franquelim Alves · 4, 7, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 21, 29, 35, 38, 40, 41, 43, 45, 46, 49, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 63, 64, 65, 66, 67, 70, 71, 72, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 90, 93, 95, 102,

107, 113, 114, 115, 116, 118, 120, 121, 122, 126, 131, 132, 134, 136, 138, 140, 142, 144, 145

H

Helena Terra (PS) · 61, 63, 64, 65, 66, 70, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 90, 92, 94, 96

Honório Novo (PCP) · 107, 113, 114, 116, 118, 120, 121, 122, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 218

Hugo Velosa (PSD) · 96, 97, 106, 207, 210

J

João Semedo (BE) · 43, 45, 46, 48, 50, 51, 52, 53, 56, 57, 58, 61, 185, 218, 220, 221, 222, 223

N

Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP) · 6, 7, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 20, 26, 33, 37, 39, 41, 148, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185

A Sr.ª Presidente (Maria de Belém Roseira): — Srs. Deputados, temos quórum pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 16 horas e 15 minutos.

Vamos dar início à nossa reunião e, como habitualmente, antes de mandar entrar o nosso convidado, o Sr. Dr. Franquelim Alves, vou fazer referência ao nosso procedimento habitual.

Assim, as questões serão colocadas pelos Srs. Deputados, iniciando-se pelo Sr. Deputado Nuno Melo, do CDS-PP, seguindo-se o Sr. Deputado João Semedo, do BE, uma vez que foram os dois Srs. Deputados que requereram esta audição.

As questões colocam-se nos primeiros 10 minutos, de acordo com a nossa metodologia aprovada, e, depois, logo veremos se haverá necessidade de uma segunda volta, já com o método de pergunta/resposta.

Vou, então, buscar o Sr. Dr. Franquelim Alves.

Pausa.

Sr. Dr. Franquelim Alves, em nome dos Deputados que integram a Comissão de Inquérito, dou-lhe as boas-vindas. Espero que seja uma reunião proveitosa e agradável.

Seguindo os nossos procedimentos habituais, pedia ao Sr. Dr. que fizesse fazer uma brevíssima nota curricular para que os Srs. Deputados fiquem localizados e situados.

Tem, então, a palavra, Sr. Dr.

O Sr. Dr. Franquelim Alves (ex-administrador da SLN): — Muito obrigado, Sr.ª Presidente. Boa tarde, Srs. Deputados.

Queria começar por transmitir a minha disponibilidade total para colaborar com esta Comissão. Penso que, de facto, esta Comissão é da máxima importância no apuramento de uma situação extremamente grave e profundamente irregular que aconteceu no nosso País e, portanto, naquilo que eu puder, estarei aqui com o objectivo de esclarecer, com toda a disponibilidade, as perguntas dos Srs. Deputados.

Em relação ao meu currículo, basicamente, diria, que tive dois grandes centros de actividade profissional: um primeiro, como administrador financeiro do Grupo Lusomundo, numa primeira fase, que decorreu durante quatro anos e, depois, numa fase final, até à venda do Grupo Lusomundo à Portugal Telecom.

Fui também director financeiro do Grupo Jerónimo Martins, durante vários anos.

Na sequência da venda do Grupo Lusomundo à Portugal Telecom, fui convidado para Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia do XV Governo Constitucional, subsequentemente fui presidente do Instituto de Gestão de Crédito Público e, na sequência disso, voltei a trabalhar com o Tenente Coronel Luís Silva, como administrador da Sideste SGPS, que, na altura, era o veículo de investimento do Tenente Coronel Luís Silva e, depois, em finais de 2007, fui convidado pelos accionistas para gerir os negócios não financeiros do Grupo SLN.

Não sei se a Sr.ª Presidente e os Srs. Deputados querem que avance muito nessa matéria, mas, de qualquer modo, podia dizer que, basicamente, a minha expectativa, quando fui convidado, foi que, no cenário de uma transformação profunda que se pretendia para o Grupo SLN, para mim seria um desafio interessante, depois da experiência financeira que tinha desenvolvido, poder gerir um conjunto de negócios, claramente bastante diversificado, diria até anormalmente diversificado, mas, até por isso, era um desafio interessante pegar nesse portfólio, que tinha uma diversidade muito significativa, desde, como sabem, a saúde, aos automóveis, aos vinhos, às castanhas, aos cimentos, etc., e tentar dar-lhe a volta, isto é, de facto, para mim, na minha visão da altura, estaríamos, basicamente, numa situação em que haveria um portfólio chamado *private technique*, se me permitem o termo em inglês, que se poderia aproveitar para reestruturar, isto é, negócios que, eventualmente, teriam de ser melhor geridos, outros que teriam que ser vendidos e outros que teriam que ser desenvolvidos em parceria.

Portanto, para mim, no momento em que entrei na SLN o desafio era esse: tomar conta de um negócio não financeiro, até com um objectivo mais final que seria a sua própria cisão da área financeira, porque era esse, no fundo, o grande objectivo que se pretendia.

Depois, enfim, a história foi, como todos sabem, muito mais complexa do que isso, mas deixaria essa parte para as perguntas dos Srs. Deputados.

A Sr.ª Presidente: — Muito obrigada, Sr. Dr.

Dou, então, a palavra ao Sr. Deputado Nuno Melo, do CDS-PP.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Obrigado, Sr.^a Presidente.

Sr.^a Presidente, com franqueza, tenho muito poucas perguntas para fazer, mas, se calhar, dava-lhe mais coerência sistemática se as pudesse fazer pergunta/resposta, se ninguém se opuser.

A Sr.^a Presidente: — Sim, Sr. Deputado, se ninguém se opuser, mas a única coisa que vos peço é que sejamos o mais rigorosos possível na utilização do tempo.

Alguns Srs. Deputados queixam-se do calor. É assim: as senhoras queixam-se do frio e os Srs. Deputados queixam-se do calor. Se ninguém levar a mal os Srs. Deputados homens tiram os casacos, se as senhoras não se importam, até porque este ar condicionado vai muito dirigido àquele lado e penso que até para ali, para a bancada dos Srs. Jornalistas.

Não se esqueçam que é a época das rinites alérgicas provocadas pelos vírus dos ares condicionados e, se bem que eu tenha a sincera expectativa de que a manutenção dos nossos ares condicionados seja devidamente assegurada e não corramos o risco da legionela, não há nenhum problema em tentar evitar isso e, Srs. e Sr.^{as} Deputados, nós fomos feitos para suportar alguma amplitude térmica, o que obriga o nosso organismo às adaptações que são inerentes à nossa natureza humana, de maneira que, se não se importam, ficamos com a porta aberta para tentar arejar e logo veremos como isso se processa.

Então, Sr. Deputado Nuno Melo, pode usar o método pergunta/resposta, pedindo-lhe para ser muito parco na utilização desta facilidade.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Serei, certamente, Sr.^a Presidente.

Sr. Dr., cumprimentando-o, antes de mais, e agradecendo a oportunidade que nós dá, começo por lhe pedir que nos diga os pelouros que teve nas diferentes administrações: primeiro, na do Dr. Oliveira e Costa; depois na do Dr. Vakil; e, depois, na do Dr. Cadilhe, e quais as empresas, dentro do Grupo, em que exerceu funções administrativas.

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Diria, Sr. Deputado, que, no essencial, tive os mesmos pelouros, ou seja, quando ingressei no Grupo SLN, a minha missão era gerir a área não financeira do Grupo e, como complemento, haveria a necessidade de criar, ao nível da *holding* SLN, uma estrutura que assegurasse o controlo financeiro de gestão de tesouraria e auditoria da área não financeira.

Porque é importante chamar a atenção para o seguinte: enquanto que o banco tinha uma estrutura própria de controlo financeiro, de controlo de gestão e de *reporting* das várias áreas de negócio que o banco tinha... E, quando digo o banco, digo a área financeira que, no fundo, tinha o banco e tinha todo um conjunto de actividades desde as *leasing*, os bancos fora de Portugal, etc. e, para essa estrutura financeira, havia, ao nível da *holding* BPN SGPS, uma área de controlo de gestão, de controlo de tesouraria, etc.

A área não financeira não tinha esse tipo de estrutura, basicamente o que havia era um conjunto de sub-*holdings*, para cada área de negócio

específica, todas elas claramente decapitadas de recursos humanos e financeiros, mas, em primeiro instância, de recursos humanos, porque não tinham gestão efectiva, e aquilo que, para mim, era fundamental também não existia, que era assegurar, ao nível de uma estrutura de topo, que, neste caso concreto, era uma SLN, que, acho, tenderia, inevitavelmente, a ser a SLN não financeira, a criação de uma estrutura que assegurasse o controlo financeiro, o controlo de tesouraria, o controlo de gestão, a auditoria interna e os assuntos jurídicos. Nada disso existia, digamos, de forma transversal, para gerir os negócios não financeiros.

Portanto, a missão e o objectivo era, em simultâneo, assegurar a gestão dos negócios não financeiros e criar esta estrutura ao nível da *holding*, que era uma solução indispensável para, a meu ver, assegurar uma eficácia de gestão de recursos humanos e financeiros e perceber, efectivamente, o que é que os negócios eram, porque nada disso, efectivamente, existia. Quer dizer: a qualidade de informação era deficiente ou, pura e simplesmente, não existia, e as obrigações de *reporting*, os critérios de decisão em termos de decisão de investimento e etc., nada disso estava minimamente sistematizado e havia, efectivamente, uma grande dispersão de informação, não se sabia onde é que a informação estava, como, por exemplo, em coisas tão básicas como saber que tipo de *comfort letters* é que eram emitidas e onde é que estavam, portanto, havia, de facto, uma grande anarquia deste ponto de vista.

Portanto, o meu objectivo, quando cheguei e ao fim de pouco tempo, foi propor a criação de uma estrutura mínima de controlo ao nível da área não financeira e também criar as condições mínimas de gestão

dos negócios não financeiros, o que implicaria, nomeadamente, o recrutamento de gente adicional para as áreas não financeiras.

Quer dizer, não podia ser eu sozinho, porque, de facto, na área não financeira eu estava, por assim dizer, «sozinho», pois eu tinha entrado e não tinha tido ainda condições para criar uma equipa mínima de trabalho e não podia ser sozinho a gerir, em simultâneo, um universo que era superior a 100 empresas e que tinha, de facto, uma dispersão de actividades, de gestão e de recursos brutal.

Mas, enfim, para responder mais directamente à sua questão, basicamente as minhas funções e os meus pelouros foram, no essencial, os mesmos durante este período, que foi gerir o negócio não financeiro e, na fase transitória do Dr. Vakil, ser, se quiser, um facilitador do mínimo de prestação de informação ao nível da *holding* como tal.

Na fase do Dr. Miguel Cadilhe, o que aconteceu foi que mantive a responsabilidade dos negócios não financeiros e a área da *holding* foi, finalmente, constituída. Aliás, ela começou a ser constituída com o recrutamento, ainda por mim, em Maio, de dois quadros, finalmente, porque tudo isso foi um processo muito lento e, portanto, em finais ou meados de Maio, não me recordo exactamente da data, consegui recrutar um quadro como director financeiro para a *holding* e outro quadro como gestor de tesouraria.

Este primeiro quadro de director financeiro é, actualmente, o administrador financeiro da SLN, e, com a entrada do Dr. Cadilhe, finalmente foi possível, de facto, definir as regras de funcionamento de uma *holding*, com uma estrutura financeira de controlo, que até aí não

existia. E, aí, essa função financeira eu não a assumi; quem a assumiu foi o Prof. Carvalho das Neves.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E, ao nível das empresas do Grupo SLN, o Sr. Dr. exerceu cargos e, se sim, em quais delas?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Nas empresas do Grupo, o mínimo para executar a minha missão, que era gerir os negócios não financeiros, era assumir a presidência das *sub-holdings* nos diversos negócios. Portanto, estou a falar de um universo relativamente diversificado, pois havia uma *sub-holding* para a área da saúde, que era o Grupo Português de Saúde; havia uma *sub-holding* para a área de hotelaria, que era a SLN Investimentos; havia *sub-holding* para a área da concessão automóvel, que era a SLN Multiauto; havia uma *sub-holding* para os negócios agro-industriais, que era a Partinvest, SA; havia uma *sub-holding* para a área dos negócios imobiliários, que era a Partinvest Imobiliária SGPS, SA, e havia uma *sub-holding* para aquilo que eram os designados como os negócios de transporte e indústria, que era a Plêiade.

Fui nomeado presidente destas *sub-holdings* entre meados e finais de Fevereiro, altura em que o Dr. Oliveira e Costa resignou a essa função. Esse, aliás, foi um dos casos de atraso significativo da criação das condições para o exercício da minha actividade, porque, evidentemente, era suposto que, imediatamente após a minha chegada ao Grupo, eu tivesse sido, de imediato, nomeado administrador da SLN SGPS, e essa nomeação não aconteceu, de imediato, por razões associadas à forma como o processo foi apresentado junto do Banco de Portugal e eu apenas

fui nomeado, com registo definitivo no Banco de Portugal, em meados de Janeiro, para administrador da SLN SGPS, porque o processo que estava em curso era, de facto, muito conturbado na justa medida em que havia uma grande resistência da parte do Dr. Oliveira e Costa a impor aquilo que era o novo modelo de governo e houve um arrastamento de toda a situação, durante este tempo, que levou ao facto de a minha nomeação ser, praticamente, coincidente com o momento em que o Dr. Oliveira e Costa resigna e sai do Grupo, que foi em meados ou finais de Fevereiro.

Portanto, assumi a presidência dessas companhias e tinha também a presidência de duas companhias de vinhos de que tinha sido o Dr. Oliveira e Costa o presidente e, portanto, por automatismo de substituição, aconteceu isso.

Suponho que não tinha mais nomeações, mas, no essencial, eram estas as nomeações que tinha na função de presidente, sendo que era ainda administrador da SLN Internacional, SGPS.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Suponho, Sr. Dr., que temos o BPN, SGPS para o sector financeiro, a SLN Investimentos, SGPS para hotelaria e turismo, Partinveste para os negócios agrícolas...

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Sim, para a chamada agro-indústria e, portanto, vinhos e castanhas, se quiser.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Gália, SGPS, para o sector da saúde...

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Esse era o nome antigo da *holding* que foi transformada em GPS, ou seja, Grupo Português de Saúde. Isto é, quando chego à SLN, a verdadeira designação da *holding* é Grupo Português de Saúde, portanto GPS SGPS.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Marinapar ...

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Marinapart também. A Marinapart, portanto, era uma sociedade detida em conjunto com o Sr. António Cavaco, ou seja, era uma parceria entre a SLN e o Sr. António Cavaco, que geria o projecto da Marina de Albufeira.

E, portanto, eu, aí, penso que um pouco mais tarde, também fui nomeado presidente da Marinapart, um pouco também na mesma lógica das nomeações anteriores.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — SLN Car...

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Essa é a SLN Multiauto, que eu tinha referido e, portanto, essa também teve uma alteração da designação.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Seria a Controlauto, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — A Controlauto era uma sociedade que era detida por um fundo, não me recordo se do Efisa, se do BPN...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Parte do Excellence Assets Fund, depois Clip.

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Da Clip, sim, mas do Excellence Assets Fund nunca ouvi falar.

Agora, de facto, fui nomeado, em 2008, suponho, em representação do Grupo BPN, para a Controlauto, que é uma empresa maioritariamente detida pela Brisa, ligada ao sector das inspecções automóveis e, portanto, foi nesse contexto, até porque, na medida em que eu tinha a gestão do negócio automóvel, digamos, de alguma maneira, havia aí uma complementaridade associada a esse facto que justificava a minha nomeação para essa companhia. E, portanto, foi nesses termos que fui nomeado.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Isto porque, a dado passo, a Controlauto tem ou teve uma participação tripartida – Brisa, Fundo e Clip – mas num documento, que eu aqui trouxe na penúltima audição, suponho, com o Prof. Francisco Comprido, percebeu-se como esse próprio fundo, que o Prof. Francisco Comprido geria, tinha uma participação na Controlauto, cuja percentagem agora não me recordo, mas é uma questão de confirmar, que, depois, foi transformado em Clip por essa via.

Depois, temos a Plêiade. O Sr. Dr., na Plêiade também desempenhou...

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Na Plêiade era presidente porque era a *holding* do chamado sector industrial e transportes. Era essa a designação.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E a Sogipart, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Não, da Sogipart não.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O Sr. Dr., no âmbito da Controlauto, não conseguiu ter a percepção da participação destes fundos no seu capital accionista? Do Excellence Assets Fund, já percebemos que não, nunca tinha ouvido falar dele, mas...

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Gostava de referir o seguinte: eu não tinha qualquer função na área financeira e, portanto, não tinha um conhecimento nem simples, nem detalhado, da estrutura exacta dos fundos. Aliás, confesso que eu próprio, por vezes, para perceber toda a lógica dos fundos, tinha grande dificuldade, nomeadamente num caso, de que, provavelmente, iremos falar, que é o caso da Labicer, que, apesar de ser uma empresa detida pelos fundos, era acompanhada um pouco por mim, na medida em que era um empresa industrial e também havia uma grande confusão, por assim dizer, na percepção da estrutura de investimento.

No caso da Controlauto, para mim, o accionista seria um fundo do BPN, talvez o CLIP Multi Strategic, que acho que era essa a designação, e

não tinha mais percepção nenhuma do resto da história associada a esse processo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — A minha curiosidade era só para tentar perceber quem, certamente ao nível de reuniões de accionistas, representava o quê.

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Pois!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O Sr. Dr. recorda-se de quem é que aparecia em representação do Clip, nessas reuniões?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Sr. Deputado, eu estava na administração da Controlauto, mas não era o representante nas assembleias-gerais da Controlauto e, portanto, na altura, foi colocada a questão sobre quem é que deveria ir, em representação do Grupo, para a Controlauto e eu sugeri ao Dr. Abdool Vakil que faria sentido que eu estivesse na lógica de, eventualmente, essa vertente, que era o negócio da inspecção automóvel, poder ter algumas complementaridades com o negócio que nós tínhamos na área do comércio automóvel e, portanto, fui nomeado por indicação, nesta altura não me recordo exactamente de que entidade, porque não me competia a mim fazer essa nomeação e, portanto, não consigo precisar qual era a entidade exacta que escreveu a carta dizer que: o fulano de tal passa a ser administrador da Controlauto. Não consigo precisar.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., apesar de não ter funções financeiras na administração, suponho que teria reuniões do conselho de administração.

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Sim. Da SLN?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Haveria reuniões do conselho de administração da SLN?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Sim, sim.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E o Sr. Dr. participava nelas?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Claro!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O Sr. Dr. tem a grande vantagem, e, desse ponto de vista, a ajuda que nos pode dar, por ter participado em três conselhos de administração: o final do Dr. Oliveira e Costa, Dr. Abdool Vakil e Dr. Miguel Cadilhe e, nisto, também ter conseguido a percepção do relacionamento do Grupo com a supervisão.

O Sr. Dr., como sabe, esta Comissão avalia aspectos relacionados com a gestão do grupo e, em boa verdade, do BPN, e também os termos em que funcionou a supervisão.

E eu queria tentar perceber o seguinte: nós sabemos hoje da existência de muitos, porventura demasiados, *offshore*, tendo o Grupo

SLN como último beneficiário, e, entre outras coisas, detendo acções próprias do Grupo com financiamentos diversos. Ou seja, há aqui um esquema um bocadinho perverso, que, infelizmente, se percebe, que alguma banca praticou – nós estamos aqui por causa do BPN, mas, enfim...–, em que esses *offshore* eram a máscara que encobria, muitas vezes, até depósitos legítimos e investimentos legítimos de muitos clientes do banco e que, depois, funcionava para muita coisa, desde a alavancagem, a detenção de acções próprias do grupo, a encobrir situações de mora, prejuízos, enfim...

E, então, pergunto-lhe: quando é que o Sr. Dr., enquanto administrador do Grupo, tomou conhecimento desta realidade societária e até de gestão, mas principalmente societária? Depois, já lá vamos à parte em que se percebe que grande parte destas empresas, destes veículos, são SLN. Mas, quando é que o Sr. Dr. toma conhecimento deste esquema de gestão do Grupo?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Sr. Deputado, julgo que esse é um processo gradual e gostaria só de referir o seguinte: eu entro no Grupo em condições, que já referi, de grande turbulência, em que a minha própria nomeação para as diversas funções, que eu tinha, se atrasa no processo.

E aquilo que eu considerei como condições mínimas de trabalho, que era o recrutamento de uma equipa de confiança, não aconteceu e, portanto, de alguma forma, o que me aconteceu, na prática, e isso é literalmente a realidade, foi que eu fui crescentemente avassalado com problemas. Por um lado, os problemas decorrentes do conjunto das empresas que estavam no universo oficial, claramente, que eram

complexos, porque, de um modo geral, como já referi, não havia gestão, não havia capacidade financeira e havia problemas diários para resolver.

Eu tinha, de facto, sessões continuadas de trabalho, não interessando agora apelar a esse facto, mas das oito e meia até, muitas vezes, à meia-noite, numa lógica em que, em muitos casos, os problemas, que eu achava que iria resolver numa reunião, não se resolviam e eram multiplicados por quatro ou cinco... De facto, tínhamos uma miríade de situações muito complexas.

É óbvio que vão surgindo, neste processo, várias situações que são alertas para casos de empresas que não estão em situação, digamos, regular, do ponto de vista do seu enquadramento.

Recordo-me de algumas que vão aparecendo como, por exemplo, a Sabrico, que é uma empresa de comércio automóvel do Brasil, que, formalmente, não era detida pela SLN, mas que havia um contacto regular e permanente com alguém do Brasil que, no fundo, invocava o interesse, em última instância, do próprio Grupo nessa empresa para se manter um apoio, até financeiro, à empresa.

Havia, por exemplo, um caso na área do comércio automóvel, que era a Sorel, que, formalmente, era detida em mais de 80% por um accionista, mas esse accionista invocava sempre que havia um acordo, ainda que não escrito, que implicava que essa Sorel era, em última instância, da SLN e, portanto, algures no tempo, ter-se-ia que resolver essa situação. Aliás, eu até perguntei: mas como, onde é que há um papel escrito e invocar isso? Ao que me foi respondido: bem, isto foi um acordo de palavra... Mas como é que é possível?...

Portanto, Sr. Deputado, havia todo um conjunto de questões, com as quais eu fui sendo confrontado durante este período.

Na área imobiliária também, certamente. Falou há pouco na Sogipart. A Sogipart era, no fundo, uma estrutura – e eu foi-me apercebendo disso –, que vivia fora da esfera oficial do Grupo, mas que detinha um conjunto de activos imobiliários de alguma importância.

Portanto, para lhe responder, diria o seguinte: fui tomando conhecimento de várias situações e, com toda a franqueza, a grande dificuldade que tive sempre, e penso que a administração do tempo do Dr. Vakil também a teve, foi a não existência de condições para se fazer um trabalho com princípio, meio e fim, que implicaria um levantamento exaustivo, com auditorias e com análises consistentes de todas as situações.

Por outro lado, estávamos confrontados com um emaranhado e uma teia de informação supercomplexa, tudo era supernebuloso, não se sabia que informação era de quem e, aliás, eu até julgo que a situação era de tal forma assim que mesmo – pelo menos, na altura em que eu saí do Grupo e apesar de todo o trabalho, que acho que foi fundamental e que foi feito com a entrada do Dr. Miguel Cadilhe, em termos de auditoria da Mazars, da auditoria extraordinária da Deloitte, da Operação César –, mesmo assim, dizia eu, nessa data, ainda não se tinham concluído coisas tão aparentemente básicas como determinar se o Banco Insular era ou não era do Grupo, qual era o impacto nas contas consolidadas de toda esta situação.

Portanto, havia aqui uma grande complexidade de situações que requeria, inevitavelmente, um trabalho profundo de análise que,

obviamente, tinha que ser feito por uma equipa com plena capacidade para isso.

Basicamente, foi esta a situação.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., isso será, diria, quase que em parte verdade, ou melhor, verdade será tudo na perspectiva do Sr. Dr., o que quero dizer é que, na perspectiva do grau de conhecimento do Grupo, o que me parece é que, já com alguma antiguidade, esse conhecimento foi sendo percebido e eu, aqui, vou tentar estabelecer a ligação possível com a supervisão no relacionamento recíproco com o banco.

E digo isto, porque o documento, que tenho invocado aqui muitas vezes, *O Estado da nação*, que data de Março de 2008, como, de resto, a sua capa não desmente, já elenca, Sr. Dr., muitos aspectos específicos.

Estamos a falar de um documento que foi tratado, ainda que de forma bruta, diria, junto do conselho superior, que tem a marca do Dr. Abdool Vakil, na medida em que foi por si solicitado, e onde já se percebia nele como problemas do Grupo: as Contas Investimento, relevando 517 milhões de euros de prejuízos – vou-lhe chamar «prejuízos», mas o Sr. Dr., depois, entenderá isto como quiser, se trata de prejuízos, se de imparidades, se de falta de liquidez ou se se trata de buraco, o que quiser.

Portanto, neste documento referem-se como problemas do Grupo: 517 milhões de euros para as Contas Investimento; 585 milhões de euros para o Banco Insular; 80 milhões de euros para as acções SLN e SLN Valor detidas por veículos; 145 milhões de euros de compromissos extrapatrimoniais não assumidos, e, aqui, com créditos a veículos

offshore, cujo dono efectivo era o Grupo SLN, como forma de financiamento a actividades do Grupo – e já aqui, Sr. Dr., se referia precisamente a Sabrico, a Jespersen (Fábrica de gelo), a Abnerka (Terreno em Luanda), a Verida (OPI 92), e já lá vamos à OPI 92 para se tentar perceber, porque parece que se liga já com a seguinte, a Allgold... – e insuficiências de provisões por utilização do BPN Cayman e do BPN IFI estas num valor de 230 milhões de euros.

Isto, contas feitas, leva-nos àquele valor, mais ou menos inicial, contabilizado para justificar muito do que alguns Deputados deste Parlamento decidiram, com total legitimidade, por maioria.

Agora, isto que lhe relato, Sr. Dr., tem uma data no documento – Março de 2008 – e o conselho superior acontece no início de Abril e o que gostava que o Sr. Dr. nos explicasse é quando é que estes factos, independentemente dos outros, pois sabemos muito bem da dimensão e da importância da Operação César, por exemplo, mas, independentemente dessa dimensão de conhecimento, quando é que estes factos foram transmitidos ao Banco de Portugal.

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Em primeiro lugar, Sr. Deputado, gostava de referir que eu nunca conheci esse documento *O Estado da nação*. Há um documento que o Dr. Vakil apresenta, no início de Abril, chamado *A situação da SLN* que admito que não seja muito diferente, mas esse documento que o Sr. Deputado referiu, em si, nunca tive conhecimento dele.

Portanto, há, de facto, em 10 de Abril, salvo erro, uma reunião do conselho de administração preparatória de uma reunião do conselho

superior desse dia, em que, na realidade, é apresentado um documento que elenca um conjunto de situações irregulares e admito que, se não forem essas, serão próximas daquilo que o Sr. Deputado referiu e que, obviamente, para mim, que não estava na área do banco e, portanto, não conhecia as contas, a dimensão das Contas Investimento, nem a questão do Banco Insular, e foi, efectivamente, uma grande surpresa e algo que me deixou bastante preocupado.

O que acontece é que, julgo, esse documento tinha naturalmente uma origem e suponho que foi preparado por alguém do banco. A questão era saber qual era a sustentação que esse documento tinha, do ponto de vista dos valores definitivos que poderiam ser assumidos como tal.

É óbvio – e isso é uma discussão que se pode ter durante muito tempo, penso eu – que, neste momento, é relativamente fácil com o *puzzle* todo completo identificar todas as peças do *puzzle* e dizer: mas aquele ponto ali fazia parte daquela quadratura e, portanto, por que é que não foi logo identificado?!...

Agora, gostaria de referir aos Srs. Deputados que nós vivíamos numa situação bastante difícil, numa situação de perturbação. O Dr. Oliveira e Costa saiu do Grupo em finais de Fevereiro, o Dr. Abdool Vakil é nomeado em inícios de Março, suponho, mas, desde o início, com uma condição que era a de que estamos perante uma administração provisória, já que irá ser nomeado, o mais depressa possível, um novo presidente e encontradas soluções para a gestão, nomeadamente da área não financeira.

E todo esse período foi um período em que, de facto, vivemos permanentemente uma instabilidade significativa, porque raro era o dia

em que não aparecia especulação sobre quem iria ser o presidente da SLN e quem iria ser o presidente da área financeira – aliás, há várias datas que se apontam para nomeações... No fundo, há uma assembleia-geral em 31 de Maio que, supostamente, elegeria a nova administração mas que não elege, porque as condições não estão reunidas.

Isto para dizer que nós vivíamos um ambiente muito difícil, do ponto de vista da validação efectiva dessa informação, e eu admito, perfeitamente, que essa informação tivesse uma sustentação e, provavelmente, veio a comprovar-se, a seguir, que ela tinha grande base de sustentação, mas, a meu ver, seria muito irresponsável que se tomasse a iniciativa de entregar essa informação, instantaneamente, ao Banco de Portugal sem uma validação prévia do seu conteúdo.

E eu admito que, em larga medida, o Dr. Vakil entendesse, e, no fundo, também nós entendemos assim, que era fundamental clarificar, com o maior rigor, do que é que estávamos a falar, isto é, até que ponto esses valores, que aí constavam, o que é que representavam, e, portanto, inevitavelmente, teria de haver um trabalho de aprofundamento, de averiguação, de análise que era indispensável.

Basta referir que, inclusivamente, a própria determinação dos UBO, por exemplo, das acções próprias, que são aí referenciadas, só fica totalmente aclarada em meados de Maio, porque, até aí, havia uma grande difusão de informação e não se percebia se os UBO, efectivamente, eram da SLN se eram terceiras entidades.

Durante muito tempo, tentávamos, junto dos serviços, perceber e perguntávamos: mas quem é fulano ou sicrano? Ou ele é, de facto, titular desta *offshore*? E até se chegar ao ponto em que, determinantemente, se

percebeu que não era assim e, até mais tarde, se chegar ao ponto de que, no fundo, o que havia era um estrutura em cascata de *offshore*, que tinham todas elas um ponto comum que era a famosa Marazion, que era essa a designação, que, no fundo, controlava toda a estrutura, isso levou tempo, porque havia dificuldade em perceber quem tinha a informação e em que termos e, portanto, julgo que aqui houve, acima de tudo, uma atitude de prudência de apenas comunicar ao Banco de Portugal as situações no momento em que havia a certeza inequívoca que havia casos graves de irregularidades, e, no caso do Banco Insular, de fraude efectiva.

Julgo que a comunicação da situação do Banco Insular ao Banco de Portugal é aqui um elemento-chave que permite desmontar depois todo o resto da combinação.

Isto porque o que temos no Banco Insular é uma situação que vai para além de todos os limites: para além da não assunção da propriedade do banco e, inicialmente, a discussão que se tem à volta do Banco Insular, em Março, perante responsáveis do próprio BPN, é que temos um banco em Cabo Verde que não é nosso mas que tem problemas financeiros de activos e passivos no montante de 200 milhões de euros, mas, como dizia, para além da discussão à volta da propriedade do banco, há, depois, a detecção, mais tarde, de que, efectivamente, o banco tem uma dimensão não registada de fundos que cai num buraco negro de 400 a 500 milhões de euros e, portanto, isso atinge proporções inimagináveis, sendo que, naquilo que me respeita, eu apenas tive uma informação exaustiva daquilo que estávamos a falar durante Maio.

Foi, de facto, em Maio que, numa reunião do conselho de administração, pela primeira vez, os responsáveis do banco, que tinham

acesso à informação, listam, de uma forma relativamente exaustiva, os mutuários do Banco Insular na sua vertente dentro e na sua vertente fora do balanço.

Portanto, Sr. Deputado, pode discutir-se muito isso, se devia ter comunicado logo se não deveria ter comunicado, mas penso que, do ponto de vista da prudência, era indispensável que se validasse, com rigor, aquilo que estávamos a falar e que se clarificasse a real situação para nós fazermos a comunicação ao Banco de Portugal.

O que julgo que é crítico nesta matéria é que a comunicação foi feita e isso permitiu, subseqüentemente, todo o trabalho de levantamento das situações irregulares que conduziram à clarificação exaustiva e precisa de tudo aquilo que se passava.

Mas também gostaria de chamar a atenção de que a auditoria da Deloitte, iniciada, talvez, em Agosto, só começou a ter conclusões, em termos de imparidades, a partir de meados de Outubro e, mesmo aí, ainda com características muito preliminares, tal era, de facto, a teia complexa em que nós vivíamos do ponto de vista das empresas, da falta de informação e da necessidade de validação dessa informação.

Penso que esse é um aspecto importante que, evidentemente, percebo que, numa análise, à distância e *a posteriori*, possa não ser tão relevado, mas, de ponto de vista de quem está a viver no momento um turbilhão de acontecimentos e uma situação completamente complexa em todas as suas dimensões, era muito difícil, e, no meu caso, ainda por maioria de razão, porque tinha acabado de chegar.

Da minha experiência profissional, em qualquer local, os seis primeiros meses de presença numa organização são para conhecer a

organização, quando ela é normal e tem estrutura. Neste caso concreto, estávamos a viver uma coisa completamente aberrante, do ponto de vista da forma de funcionar e de tudo aquilo que, evidentemente, agora, é conhecido e que é mais do que aberrante, é muito mais grave do que isso.

É o que posso dizer, Sr. Deputado, em relação à questão que me colocou.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., eu, hoje, estava em condições de demonstrar o conhecimento do Banco Insular por muito mais pessoas ao nível das administrações e com mais antiguidade do que aquela que o Sr. Dr., porventura, poderia testemunhar.

Não estou propriamente a referir-me ao Sr. Dr., mas no que ao Sr. Dr. respeita, no tempo que passou por estes três conselhos de administração, de facto, o documento não foi apresentado tal qual, página-a-página, terá até havido uma projecção de *slides*, mas os dados são estes e, para além da inventariação dos problemas, também eram apresentadas as soluções e essas soluções vão muito para além da dúvida acerca do que seja em relação a estes problemas.

Espero, pois, que o Sr. Dr. tenha presente que eram apresentadas soluções a propósito de cada um destes pontos. Por exemplo, em relação às acções da SLN e SLN Valor detidas por veículos, a que se reporta o Banco de Portugal, propunha-se a venda imediata de 4,97% de acções SLN e 3,7% de acções da SLN Valor detidas pelos *offshore*; venda imediata de 2,43% da SLN detidos por accionistas Clip e Administradora Transibérica; preço global de venda da SLN; sendo que teria como consequências: a desmistificação de acções do Grupo parqueadas em *offshore* detidas pelo

próprio Grupo até, inclusivamente, em semelhança com o caso BCP, o que demonstrava, ao nível dos procedimentos, o que eu há pouco referia de ter uma relação com a banca que não apenas a propósito do BPN; a redução do balanço do Banco Insular em 80 milhões de euros e a redução das necessidades de provisões em determinado montante.

Depois, quanto ao Banco Insular, propunha-se: avaliação do Banco Insular tendo por base os activos que lá ficaram, nomeadamente créditos *offshore*, ou seja a tal inventariação que o Sr. Dr. refere, de um lado e do outro; e a junção de um activo como os 100% da sociedade Wisteria –, dona de 20% da OPI 92, de forma a que o Banco Insular pudesse ser vendido pelo seu valor de balanço, sendo que só se vende o que é próprio e não se vende o que não é...

Em relação às Contas Investimento, propunha-se também: com o fim das Contas Investimento o BPN ficaria detentor de: 270 milhões do BPN FEI e, depois, de forma directa e adicionalmente de vários milhões da BPN Imoreal, da BPN Imoglobal, da BPN Imomarina...

Portanto, Sr. Dr., refere-se já, neste ponto, a propósito das Contas Investimento, de forma indirecta, o fim de participações no BPN Imomarina, de que o Sr. Dr. era administrador.

Há, ainda, neste documento referência a propostas em relação aos compromissos extrapatrimoniais não assumidos.

A questão é, Sr. Dr.: o Banco Insular já é conhecido por administradores do Grupo e não administradores do Grupo, muito para além de finais de 2007. De resto, terei ocasião de sugerir uma segunda audição, nesta Comissão, onde procurarei demonstrá-lo.

Agora, o que me causa estranheza é que se possa considerar como colaborante uma administração que sabe disto tudo, e já nem sequer discuto se é ao nível indiciário, porque isto revela um conhecimento concreto, muito para além de qualquer indício pelas soluções que apontam, mas havendo uma administração que, nesta altura, sabendo tudo isto e supostamente não comunica ao Banco de Portugal, ou até comunica se tiver acontecido, e é tratada como colaborante e, posteriormente, uma administração do Dr. Cadilhe, que, enfim, no Projecto César, inventaria mais de 94 ou 96 *offshore*, comunica-os todos ao Banco de Portugal, tenta fazer a sua incorporação no universo do Grupo e, enfim, sabemos como terminou essa aventura, de que o Sr. Dr. também fez parte, e em relação a esta administração, de colaborante, ao que parece, nada

E eu gostava de perceber isso, Sr. Dr. e porquê? Porque, pesando o nível de conhecimento e colaboração de uma e de outra, daquilo que hoje a Comissão já conhece, eu não teria dúvidas em perceber qual foi aquela que deu mais informação ao Banco de Portugal.

O Banco de Portugal, há anos, que fazia perguntas, Sr. Dr., mas o Banco de Portugal também já, desde 2004, sabia da existência do Banco Insular – aliás, o Procurador-Geral da República já tinha dado conta do envolvimento deste banco em criminalidade de dimensão internacional e, também em meados de 2007, através de *e-mail*, a supervisão já tinha questionado a administração do BPN sobre a existência do Banco Insular.

Portanto, Sr. Dr., com franqueza, isso parece-me curto para justificar que nesta data não tivesse sido feita a comunicação ao Banco de Portugal!... E, quando é feita, só depois de, a avaliar pelas cartas, muita

insistência. Mas eu pergunto: com este grau de conhecimento, porque, depois, também estará por explicar como algumas pessoas da administração do Dr. Vakil, que já sabiam da existência do Banco Insular, muito antes da sua posse nesse conselho de administração.

Isto porque foi muito dinheiro que saiu para o Banco Insular, através do BPN Cayman, através do Banco IFI. E, de repente, transformar o Banco Insular numa realidade mais ou menos etérea que não permitia quase nada, acho difícil.

É certo que o Sr. Dr. também não está a tentar fazê-lo, mas o que gostava de perceber é se não lhe parece que o grau de conhecimento, nesta altura, era já suficiente para que fosse comunicado ao Banco de Portugal tudo aquilo que acabo de referir e que, enfim, a administração conheceria.

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Bem, eu aí só poderei avaliar por aquilo que é a minha situação de facto e objectiva.

Digamos que esse documento, visto em abstracto, nesses termos, obviamente que se pode dizer: bem, está aqui uma síntese significativa de problemas sérios que não há razão nenhuma para que eles não sejam comunicados, de imediato, ao Banco de Portugal.

Naquilo que me respeita, por exemplo na área de temas como Contas Investimento, fundos de investimento, eu nem sequer tinha qualquer tipo de acesso a esse tipo de informação como, aliás, em relação à questão do Banco Insular, mas, a verdade é que há uma listagem significativa de problemas que estão aí elencados, sendo que, enfim, o Banco Insular começou a ser um assunto debatido ao nível do conselho de

administração da SLN, a partir de Março/Abril, como referi e, portanto, era um tema permanente. Outros temas que estão referidos aí, assim, não foram objecto de tanta discussão, mas todavia a sua questão é uma questão legítima.

Sr. Deputado, o que lhe posso dizer é que penso que a administração do Dr. Vakil trabalhou no sentido de responder, da melhor maneira possível, a todas as solicitações que o Banco de Portugal levantou, que, obviamente, tinham um *backlog*, se me permite o termo, significativo, sendo que a própria preparação das respostas era muito difícil, o que significou que houve uma grande perda de tempo na clarificação exaustiva de aspectos mínimos que tornassem possível e garantido a prestação de informação sem erros.

É que uma coisa, a meu ver, é um documento que é preparado internamente e que eu próprio não sei qual é a fonte nem por que é que as medidas de resolução eram colocadas nesses termos; outra coisa é a formulação certa, correcta e precisa de um conjunto de situações.

O que me parece é que há uma situação, como já referi e estou inteiramente de acordo com o Sr. Deputado, que não é etérea, antes pelo contrário, é muito pesada, é muito profunda e é muito grave, que é a seguinte: relativamente ao Banco Insular, durante Maio, foi possível aclarar a real dimensão do problema, clarificar a titularidade do banco, embora depois, mesmo aí, surgissem dúvidas, mas acho que isso é relativamente pouco e, por outro lado, temos a percepção exacta de que havia uma situação de activos e passivos que não estariam sequer reflectidos nas contas, isto é que, pura e simplesmente, desapareceram.

E eu julgo que esse elemento é um elemento que fica clarificado, plasmado e materializado, com precisão, durante o mês de Maio, e é essa matéria que é transmitida ao Banco de Portugal. Podia dizer-se: bem, mas há outras matérias que deviam também ser transmitidas. Não digo que não, Sr. Deputado, mas penso que terá que me dar o crédito de aceitar que nós vivíamos um processo relativamente conturbado, como já referi várias vezes, e de ausência de estruturas capazes de trabalhar, de forma sistemática, nestas matérias.

Quando a equipa do Dr. Miguel Cadilhe iniciou o seu trabalho – e eu fiz parte dessa equipa com muito prazer e muito gosto –, obviamente que tem um ponto de partida que já é diferente, que é a elencagem exaustiva das *offshore* e da situação do Banco Insular. Alias, eu próprio fiz questão de entregar ao Dr. Miguel Cadilhe um documento, ainda que muito tosco, em que se tentava determinar o impacto que a consideração das *offshore* associadas ao Banco Insular poderia ter nas contas consolidadas da SLN. Era uma coisa muito tosca, porque, de facto, era impossível fazer isso de uma forma consistente – aliás, como referi, penso que, pelo menos até 31 de Outubro, ainda não tinha sido feito. Porque uma coisa é a percepção da realidade e outra coisa é a caracterização correcta e sem dúvida e sem erro dessa mesma realidade. E, inevitavelmente, teríamos que avançar, passo a passo, na clarificação dessas situações e na sua comunicação. E penso que foi isso, no essencial, que foi feito.

Não vou fazer aqui um juízo de valor sobre quem é que colaborou mais com o Banco de Portugal nas duas administrações. Penso que cada uma, no seu tempo e na sua situação concreta, deu um contributo

inestimável para o levantamento exaustivo daquilo que é, de facto, uma situação grave de irregularidades, de ilegalidades e de fraude.

Julgo que há *timings* distintos e momentos distintos nesta matéria e há que perceber, de alguma forma, que, efectivamente – falo por mim, obviamente –, caiu-se numa situação que eu jamais imaginaria que fosse possível.

Tal como referi no início fui para ali na expectativa de ter negócios difíceis para gerir com dificuldade e que imporiam medidas difíceis, mas jamais uma situação com as características que, depois, foi encontrada. Aliás, se eu soubesse, jamais teria posto os pés naquela casa e confesso que, aliás, foi, provavelmente, o grande erro da minha vida, em termos profissionais. Mas, enfim, a gente está cá para viver isso...!

Agora, há um momento em que a complexidade das coisas é tal que leva tempo a clarificar essas situações e a torná-las objectivas, do ponto de vista da comunicação às autoridades. Comunicou-se aquilo de que havia a certeza absoluta que era claro. Aliás, mesmo aí, é curioso porque, por exemplo, a comunicação que nós fazemos das acções próprias veio, mais tarde, a revelar-se errada, curiosamente...! Aquilo que se pensou é que era, em todos os casos, propriedade e em que o último beneficiário era a SLN, depois concluiu-se que nem sempre era assim.

Portanto, havia aqui uma dificuldade de perceber as situações, que era objectivamente grande. Não estou a dizer que as coisas não tinham que ser comunicadas e penso que foram no seu tempo, mas podiam-no ter sido mais rapidamente e esse documento poderia ter tido outra utilidade.

Eu, francamente, nunca percebi a sua origem e em que termos é que foi feito. Na altura, ele foi lido pelo Dr. Vakil, penso que nos terá sido apresentado no conselho superior e, para mim, foi um alerta para a gravidade das situações e para aquilo que, de facto, tínhamos pela frente e que tinha que ser resolvido e atacado.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., eu, a propósito da origem do documento, tentando ajudar, direi que o documento terá sido feito, entre outros, pelo Dr. António José Duarte, que aqui explicou como ele operacionalizava materialmente transferências de dinheiro para o Banco Insular, com instruções que lhe vinham de cima, segundo se percebe, mas ele também explicou que esse documento foi feito a pedido do Dr. Vakil, muito embora já transitasse da administração do Dr. Oliveira e Costa.

Disse, então, o Sr. Dr. António José Duarte: «Relativamente ao documento que menciona, *SLN – O Estado da Nação*, e olhando um pouco para as questões que me colocou, vou, talvez, fazer uma antecipação e responder a uma pergunta que me colocou mais para a frente.

No dia 12 de Março de 2008, a BPN, SGPS, enviou uma carta ao Banco Central de Cabo Verde, assinada por dois administradores — a BPN, SGPS era a dona do capital do banco —, onde assumia perante aquele banco a intenção de adquirir o Banco Insular ou de intermediar a sua venda a terceiros».

Ora, qual é a relevância disto Sr. Dr.? É que o autor do documento *SLN – O Estado da Nação* informa esta Comissão que já, em 12 de Março de 2008, informou administração do Banco Central de Cabo Verde da

intenção de adquirir ou intermediar a venda a terceiros, sendo que o BPN SGPS era o dono do capital do banco.

Isto só para que o Sr. Dr. perceba a relevância desta informação, que não é fácil de desvalorizar em relação à comunicação ao Banco de Portugal. Quer dizer, então se se comunica ao Banco Central de Cabo Verde o que já se sabia, por que razão é que se tardam meses a fazer comunicação equivalente ao Banco de Portugal, sendo que a supervisão sobre o BPN é do Banco de Portugal e não do Banco Central de Cabo Verde?

E, de resto, o Dr. António José Duarte, disse, mais à frente: «O documento é elaborado exactamente na sequência desta carta, que é enviada, em que o Dr. Abdool Vakil, não só a mim, não sou o único autor do documento, pede a um grupo de trabalho interno para elaborar um conjunto de problemas tão exaustivos quanto possível, bem como as soluções para os mesmos pudessem ser resolvidos.

Este documento é entregue ao Dr. Abdool Vakil em Março de 2008 e, no dia 10 de Abril de 2008, em reunião do conselho superior, é feita uma pequena apresentação, cerca de dois ou três *slides*, obviamente não exaustiva com o documento todo mas com os grandes números, onde é mencionada, desde logo, a necessidade de aumentar o capital na SLN em 350 milhões de euros, acrescentando o facto de este número poder ser superior com a possível integração do Banco Insular».

Portanto, Sr. Dr., a relevância desta leitura, que agora faço, é que o conhecimento é suficientemente preciso em Março de 2008 para que a comunicação seja feita ao Banco Central de Cabo Verde e, quando hoje se percebe isto, se conhece o documento, se ouviu do governador do Banco

de Portugal, como ouviu o País inteiro, que esta era uma administração colaborante, mas até à data não se conhece sequer nenhum processo de contra-ordenação levantado, porque, afinal, o conhecimento que foi dado em Junho já era muito anterior, eu fico na dúvida e era só isso que gostava de perceber, ou seja, o que é que justifica uma transmissão do conhecimento ao Banco Central de Cabo Verde sem equivalente ao Banco de Portugal.

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Sr. Deputado, de facto, eu só conheci o documento da situação da SLN em Abril e, portanto, não faço ideia embora admita que houvesse esses documentos anteriores. De facto, de vez em quando, ouvia falar nessa referência, mas nunca vi documento nenhum. O único documento que vejo é, de facto, o documento da situação da SLN.

Em Março – e penso, aliás, que no início de uma das primeiras intervenções foi isso –, surge a questão do problema do Banco Insular, trazida a partir de Cabo Verde. E em que termos? Na base de que havia um banco em Cabo Verde, que era o Banco Insular, que estava em situação financeira difícil e os responsáveis do BPN comunicaram que existia um banco que tinha activos e passivos no montante de 200 milhões de euros.

Portanto, estamos a falar de uma coisa, desse ponto de vista, distinta, nessa altura, daquilo que era o meu conhecimento. Isto é, era um banco, de facto, que tinha dificuldades, que, claramente, tinha uma relação forte e intensa com o BPN, e isso também era assumido como tal, e a questão que se colocava, nessa altura, era a de saber que tipo de

solução era possível encontrar para esse Banco Insular nessa dimensão dos 200 milhões de euros.

E, efectivamente, penso que, ao nível do BPN, foi decidido enviar alguém a Cabo Verde, propondo um compasso de espera para o BPN vir a encontrar soluções para o Banco Insular que poderiam passar por duas coisas: ou encontrar terceiros para comprarem o banco e, portanto, aí o BPN faria, suponho eu, uma função de *facilitater* do negócio; ou o próprio BPN poder vir a adquirir o banco.

Portanto, foi nesses termos que a questão foi colocada nessa altura e foi assim que eu fui confrontado com ela nessas reuniões. Ou seja, Sr. Deputado, essa discussão que se inicia, de forma mais sistemática em Março, do ponto de vista da conclusão definitiva nos termos exactos em que o Banco Insular actua e qual o seu enquadramento, ainda não era clara... Quer dizer, admito que houvesse alguém que a conhecesse há mais tempo, agora, para mim, ainda não era claro o enquadramento em que o Banco Insular funcionava.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., coloco-lhe uma última questão, sendo que, depois, não querendo monopolizar, Sr.ª Presidente, inscrevia-me para uma segunda ronda.

A Sr.ª Presidente: — O Sr. Deputado já reparou no tempo que está a durar a audição, não reparou?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sim, Sr.^a Presidente, mas tudo junto verificará que andaré muito próximo dos 10 minutos. Não sei se para mais se para menos, digo eu...

Risos.

A Sr.^a Presidente: — Sr. Deputado, não me faça presumir que as contas constantes do documento, que tem abundantemente exibido, estão feitas dessas maneira tão subjectiva!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Já nem eu consigo fazer as contas!...

A Sr.^a Presidente: — Então, só para terminar, faça favor.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Terminando, Sr. Dr., pedia-lhe duas informações e faço as duas perguntas de uma vez só: que nos explicasse o que sabe, tendo em conta o que, neste momento, é apresentado em termos de solução sobre o negócio da OPI 92, porque, em várias partes deste documento esse negócio é referido, por um lado, como compromissos extrapatrimoniais não assumidos através da Verida (OPI 92), explicando-nos essa relação da Verida com a OPI 92, e, depois, como uma das soluções para o Banco Insular, porque, de facto, no documento, Sr. Dr., o que se diz é a venda a terceiros e não a intermediação na venda a terceiros.

Assim, uma das soluções é a venda a terceiros e a outra é a junção de um activo com os 100% da sociedade Wisteria, dona de 20% da OPI 92 –, de forma a que o Banco Insular pudesse ser vendido pelo seu valor de balanço.

Portanto, Sr. Dr., queria perguntar-lhe o que sabe deste negócio, ocorrido em tempos da administração de que o Sr. Dr. fez parte – e, portanto, já não transita –, e, em segundo lugar, gostaria de saber se o Sr. Dr. participou em alguma reunião junto do Banco de Portugal, se assistiu a alguma reunião de administrações do BPN com o Banco de Portugal, se teve contacto ou, de alguma forma, teve testemunho desses contactos entre o BPN ou a SLN e o Banco de Portugal e se, sobre isso, nos diz alguma coisa.

Terminei, Sr.^a Presidente.

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Em relação ao assunto da OPI 92, no momento da saída do Dr. Oliveira e Costa, havia um grupo de accionistas que coordenou esse processo e que teve uma reunião com o Dr. Oliveira e Costa para tentar levantar um conjunto de situações existentes no Grupo e que mereceriam atenção.

Dessa reunião foi feita uma acta que, em finais de Fevereiro, me foi entregue pelos Srs. Accionistas, ficando eu encarregue de tentar solucionar o problema da OPI 92 neste universo imobiliário.

A indicação que havia da parte dos accionistas era que esta estrutura, apesar de ser detida por um accionista em 50% e por um outro accionista os restantes 50%, era, efectivamente, 50% da SLN Valor.

Portanto, na altura, o que os accionistas diziam é que se tinha que assegurar que a participação nesta OPI 92...

Peço desculpa porque não fui totalmente claro na questão e explico melhor: havia uma estrutura chamada Pluripar, que era detida em 50% por esta OPI e os restantes 50% por um senhor chamado Emídio Catum.

E pretendia-se que a OPI, que detinha esses 50% da Pluripar, fosse transferida para a titularidade da SLN Valor, porque, no fundo, era esse o entendimento que esse núcleo de accionistas tinha da situação de facto de interesse económico dessa estrutura.

Havia, nesse momento, um conjunto de documentação relativamente dispersa e muito pouco consistente, como alguma que me foi dada, mas que, mais uma vez, era super difícil de avaliar na sua real dimensão. Mas havia uma coisa, de facto, que era essa tal Wisteria que o Sr. Deputado referiu, que tinha como *ultimate beneficial owner* a SLN Valor e detinha essa Wisteria 20% desta OPI, ou seja, já havia aqui uma componente de capital que tinha estado associada à SLN Valor.

Não sei se fui totalmente explícito, mas penso que sim.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sim.

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — A questão que se punha, depois, era a de saber como é que se conseguia provar em algum lado que, efectivamente, esta estrutura de capital era da SLN Valor, até porque havia que ter em conta que havia uma componente de financiamento a toda esta estrutura de vários bancos, entre os quais também estava incluído o BPN ,e, portanto, também não era linear uma transferência,

pura e simples, automática para uma estrutura de accionistas que, apesar de ser importante, não representava 100% do capital, sem uma clarificação exacta dessa titularidade.

O que é verdade é que, desde essa data, que suponho ser finais de Fevereiro ou princípios de Março, até hoje, a ideia que tenho é que só muito recentemente foi possível cristalizar a estrutura definitiva de controlo desta OPI.

Houve várias versões, houve até algumas discussões, ao longo do tempo, com accionistas e até com o Dr. Oliveira e Costa, já numa fase em que ele não estava como presidente, para tentar clarificar exactamente quem é que era efectivamente o titular. E viveu-se nisto este tempo todo porque, de facto, o drama destas situações era exactamente este: não havia documentação, não havia provas factuais e também as testemunhas não existiam.

Portanto, os processos implicavam um tempo longo de clarificação e até de negociação, que, penso, foi o que aconteceu. Por que é que isso aparece nesses termos nesse documento, Sr. Deputado, não lhe consigo responder.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Esqueci-me somente de uma coisa que tem que ver tudo com isto, Sr.^a Presidente, que é saber se, porventura, o Sr. Dr., então, se apercebeu da circunstância que levou à aquisição de 4000 hectares de terra numa localização onde, previsivelmente, ou ficará um aeroporto ou ficará na sua área de influência, enfim, porque é disso que se trata também aqui.

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Sr. Deputado, é interessante essa pergunta, porque, nessa matéria como em muitas outras matérias, para não dizer em todas, todos esses factos são anteriores à minha presença no Grupo.

Eu apanho a situação da OPI como uma situação de facto, com um conjunto de activos imobiliários muito significativo e, portanto, está lá. Aliás, é importante ter em conta que dos activos totais desta OPI e da Pluripar há uma parte muito significativa que não é Rio Frio, isto é, cerca de metade dos activos não tem a ver com Rio Frio, tem a ver com Algarve, com Setúbal, com uma série de coisas...

Mas, enfim, isto para dizer que, efectivamente, estamos a falar de situações que eu adquiero, para o bem ou para o mal, do ponto de vista de estarem já realizadas e, portanto, a minha missão ali foi muito a de tentar encontrar soluções possíveis para coisas extremamente difíceis.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Muito obrigado.

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Não respondi a outra questão sobre o Banco de Portugal.

Em relação ao Banco de Portugal, fui a algumas reuniões. Fui a uma primeira reunião ainda com o Dr. Oliveira e Costa, suponho que em finais de Janeiro ou princípios de Fevereiro, e também com dois accionistas e, nessa altura, a mensagem que se pretendia passar era a de que o Grupo iria entrar numa nova fase, que iria haver uma nova forma de governo, com a separação dos negócios não financeiros, e os accionistas assumiam, mais uma vez, o compromisso de realizar um aumento de capital.

Aliás, o tema do aumento de capital é um tema crítico desde o início porque, mesmo sem estes factores todos associados depois às imparidades e à história do Banco Insular, havia, de partida, um nível de rácio de solvabilidade da SLN muito abaixo dos limites estabelecidos para efeitos de regras mínimas de solvabilidade impostas pelo Banco de Portugal.

Fui, depois, a uma outra reunião, na altura em que o Dr. Abdool Vakil tomou posse. E suponho que fui a uma reunião final de Maio, em que vai toda a administração e em que, de facto, o Banco de Portugal chama a atenção para a necessidade de dar resposta a todo um conjunto de questões que estavam em atraso e que, portanto, ou seriam respondidas ou, então, o Banco de Portugal teria, necessariamente, que tomar medidas mais profundas.

Penso que foi nessas reuniões que estive presidente.

A Sr.ª Presidente: — Muito obrigada, Sr. Dr..

Vamos, agora, dar a palavra ao Sr. Deputado João Semedo, do Bloco de Esquerda.

O Sr. João Semedo (BE): — Muito obrigado, Sr.ª Presidente.

A minha primeira pergunta era sobre quem convidou o Sr. Dr. para integrar o Grupo SLN, qual era a motivação desse convite e não lhe pergunto a sua expectativa, porque, naturalmente, entendo que fosse, na altura, o exercício da sua actividade profissional num outro contexto.

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Obrigado, Sr. Deputado.

Bem, eu fui contactado pessoalmente pelo Sr. Joaquim Coimbra...

A Sr.^a Presidente: — Sr. Dr., permita-me só um momento.

Srs. Deputados, pedia a todas as pessoas da sala que fizessem o menos barulho possível, porque, aqui, temos uma ressonância que torna impossível ouvir e torna, sobretudo, difícil para o nosso convidado poder responder.

Temos de criar condições de bom ambiente para que o seu testemunho seja o menos pesado possível, do ponto de vista do sacrifício pessoal.

Faz favor de continuar, Sr. Dr..

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Sr. Deputado, como ia a dizer, fui contactado pessoalmente pelo Sr. Joaquim Coimbra, em representação dos accionistas.

Havia, na altura, o conselho superior e, depois, uma comissão, penso, mais reduzida, que, de alguma maneira, ficou encarregue de encontrar uma solução, que seria a de identificar um profissional que passasse a gerir a área não financeira.

Portanto, basicamente, a missão foi-me atribuída pelos accionistas e o seu objectivo era, no fundo, vir a assegurar uma alteração profunda do modelo de governo da SLN, isto é, criar uma lógica em que, em vez de uma presença muito significativa do até então presidente na gestão e na intervenção dos diversos negócios, se criasse uma estrutura, que, na fase inicial, se admitia classificar como executivo, mas em que, na realidade, havia duas gestões, por assim dizer, autónomas e tendencialmente

independentes: uma, para a área financeira; outra, para a área não financeira. Portanto, eu ficaria encarregue de vir a gerir um portfólio de negócios que seria a área não financeira, tendencialmente, como referi, a cindir-se da parte bancária.

Para mim, era evidente, da leitura que fazia na altura, que a haver um grupo financeiro com uma carteira de negócios tão diversificada como aquela que estava ali não fazia sentido nenhum e, portanto, o que era lógico era que, com o tempo, depois das arrumações mínimas necessárias, se criasse uma estrutura em que os accionistas passassem a ser, simultaneamente, accionistas da área financeira, como uma *sub-holding*, e, ao mesmo tempo, accionistas de uma estrutura não financeira, que devia ser a própria SLN que passaria apenas a ter o negócio não financeiro.

Portanto, a minha expectativa, Sr. Deputado, foi então um desafio que, obviamente, percebi que seria bastante difícil porque, olhando para os números publicados e para a diversidade de negócios, era óbvio que havia uma situação difícil de gerir, mas achei que, exactamente por ser uma coisa tão complexa e tão diversificada, havia um conjunto de oportunidades para pôr as coisas a funcionar. O drama aí foi que, de facto, não se conseguiu, na prática, que isso acontecesse.

Costumava dizer que ali, no Grupo, mais do que identificar o que devia ser feito, era preciso ter capacidade, vontade e condições para o fazer. E foi essa segunda parte que, infelizmente até bastante tarde, até pelo menos Junho, não foi possível pôr no terreno.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., o convite do Sr. Joaquim Coimbra inseriu-se numa estratégia de substituição do Sr. José Oliveira e Costa ou não?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Sr. Deputado, como referi, na fase inicial o que me foi transmitido foi que o Dr. Oliveira e Costa ficaria com funções não executivas no Grupo, isto é, deixaria de ter intervenção quer na área financeira, quer na área não financeira, e, portanto, cada uma destas áreas iria criar as suas equipas de gestão e o Dr. Oliveira e Costa ficaria como *chairman* não executivo.

Era essa a lógica inicial e penso que, depois, o processo degradou-se bastante, porque, em larga medida, houve uma grande resistência do Dr. Oliveira e Costa a aceitar qualquer tipo de mudança, sendo que o próprio atraso da minha nomeação para a área não financeira é paradigmático disso e eu penso que os accionistas acabaram por optar por uma solução de afastamento total.

O Sr. João Semedo (BE): — Quando é que o Sr. Dr. tomou conhecimento do afastamento do Dr. José Oliveira e Costa e, já agora, que razões foram apresentadas para esse afastamento?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — A tomada de conhecimento penso que foi na sequência de uma reunião que houve entre os accionistas e o Dr. Oliveira e Costa e, depois, os accionistas comunicaram que o Dr. Oliveira e Costa ia abandonar o Grupo.

As razões públicas, na altura, penso que houve um comunicado em que foram invocadas razões de saúde. As razões objectivas foram aquelas que acabei de referir ao Sr. Deputado, isto é, penso que os accionistas acabaram por concluir que não havia condições para manter o Dr. Oliveira e Costa à frente do Grupo, dada a resistência à mudança radical que era pretendida.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., no exercício das suas funções de membro do conselho de administração, em determinado momento, são discutidas as contas, o relatório de contas e até alguns aspectos relativos à auditoria interna – isto num conselho de administração realizado no dia 10 de Abril de 2008.

Ora, o que eu gostaria de saber é se, no fecho das contas, o Sr. Dr. aprovou as contas.

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Sr. Deputado, de facto, aprovei até porque elas estão assinadas por mim e isso, de facto, é uma situação objectiva, mas gostaria de pôr em perspectiva o seguinte: as contas relativas a 2007 foram aprovadas, no meu caso, não estando eu minimamente envolvido na gestão do exercício de 2007, isto é, eu não estive presente em qualquer tipo de actividade no exercício de 2007, mas fomos confrontados com a necessidade de aprovação de contas em 2008 relativas à actividade de 2007.

É óbvio que essas contas têm e reflectem a situação derivada das contas oficiais, mas não reflectem o impacto, nomeadamente do que seria o Banco Insular e de outro tipo de situações.

Internamente, discutimos muito sobre o que devíamos fazer em relação às contas de 2007, aprovadas em 2008, e a nossa preocupação foi basicamente a seguinte: não aprovar as contas de 2007 iria provocar uma situação grave do ponto de vista do estado do Grupo, ou seja, o Grupo já estava em situação complexa, tinha por definir a sua administração, havia uma expectativa de que, com a aprovação das contas, houvesse uma nova administração nomeada, havia uma expectativa de que os accionistas fizessem um aumento de capital e, portanto, havia, nessa fase, claras expectativas que, do ponto de vista do futuro do Grupo, se criassem condições para, na realidade, o Grupo ser reequilibrado.

A não aprovação, pura e simples, das contas significaria, nesse momento, a meu ver, o lançamento de uma crise profunda no próprio Grupo com consequências imediatas no mesmo.

E, lembro, que estamos a falar de um grupo que tinha, à partida, milhares de depositantes, que tinha, à partida, 6000 trabalhadores e, obviamente que, para além desse efeito, daí também decorreria um efeito no próprio sistema financeiro.

Portanto, a opção que se tomou foi, efectivamente, uma aprovação de contas, colocando nas notas finais no relatório, uma chamada de atenção, para o facto de se encontrarem em curso averiguações no sentido de determinar situações que pudessem, de alguma forma, vir a afectar as contas de 2007.

Assim, foi feita referência a esse aspecto e foi dito, inclusivamente, que, na sequência disso, já tinham sido identificadas as situações decorrentes das acções próprias detidas por *offshore* e foi na sequência disso que os próprios auditores e os revisores de contas acabaram por

emitir certificações com uma reserva de âmbito em que dizem que, de facto, há um problema na certificação das contas, porque existe um conjunto de eventuais transacções que podem ter impacto nas contas.

Foi esse o caminho que seguimos e que achámos que era um caminho mais responsável do ponto de vista de garantir o futuro do Grupo do que, pura e simplesmente, não ter contas para aprovar, porque isso provocaria um colapso completo da situação.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., quando apresenta a sua demissão de membro do conselho de administração, escreveu uma carta em que, a determinado passo, diz que o Grupo precisaria de qualquer coisa como 700 a 1000 milhões de euros para se recompor.

A pergunta que lhe quero fazer é a seguinte: quando o Sr. Dr. faz esta previsão – hoje podemos todos dizer que essa previsão está muito aquém da realidade, porque isso é uma evidência –, de 700 a 1000 milhões de euros, isso decorre da sua reflexão sobre as contas que aprovou de 2007 ou decorre da evolução e do conhecimento da situação que foi tendo com a administração do Dr. Miguel Cadilhe?

Não sei se foi clara a minha pergunta...

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Sr. Deputado, após a comunicação ao Banco de Portugal da situação do Banco Insular, que ocorreu em 2 de Junho, foi decidido criar um pequeno grupo de trabalho para tentar simular o que seria o efeito da consolidação, nas contas da SLN, de tudo o que era a situação do Banco Insular.

Nessa altura, esse trabalho pode fazer-se porque, pela primeira vez, passámos a ter uma identificação de associação entre as *offshore*, os contratos de mútuo associados a essas *offshore* e certo tipo de activos.

Portanto, envolvendo os responsáveis do banco que tinham essa informação mais os responsáveis da contabilidade que podiam simular a consolidação, mais aos advogados que tinham um conhecimento profundo de toda a estrutura das *offshore*, foi possível simular um balanço consolidado revisto, após a questão do Banco Insular, que, numa primeira análise, implicava uma redução de capitais próprios de cerca de 400 milhões de euros e, como havia necessidades de capital da SLN, por virtude do não cumprimento dos rácios de solvabilidade que, consoante as contas, oscilavam entre 300 e 500 milhões de euros, era fácil fazer uma associação por esta via.

A necessidade já anteriormente identificada por via da aplicação dos rácios de solvabilidade, que decorria, pura e simplesmente, dos cálculos anteriores, mais o que era o ajustamento resultante deste exercício tosco, como tenho de reconhecer, mas que acho até bastante útil, subsequentemente, por exemplo, no trabalho da Mazars, que foi feito nos 15 dias seguintes à entrada da nova administração.

Portanto, era esta a situação, Sr. Deputado.

O Sr. João Semedo (BE): — Tenho ainda uma pergunta sobre uma sociedade que, creio, ficou sob a sua direcção, que é Novas Tecnologias, SA.

E as perguntas são as seguintes: tanto quanto sei, e creio que o Sr. Dr. também de início constatou isso, esta era uma sociedade que não

tinha actividade, não funcionava, e eu gostaria de lhe perguntar se é assim, por que é que é assim e até que ponto é que o desastroso negócio da aquisição das empresas de Porto Rico justifica a situação dessa sociedade Novas Tecnologias.

Gostaria de lhe perguntar, por último, também neste âmbito das Novas Tecnologias, não como sinal de modernidade mas como nome de sociedade, se teve conhecimento do exacto valor de aquisição dessas sociedades em Porto Rico.

Sei que isto é anterior à sua presença no Grupo, como é evidente, mas se, por qualquer motivo, até porque essa sociedade Novas Tecnologias, de alguma forma, teve a ver com o negócio de Porto Rico, gostaria de saber se, de alguma forma, tomou conhecimento de qual teria sido o valor da aquisição das empresas de Porto Rico e o consequente prejuízo para o Grupo do negócio que, depois, veio a fracassar pelas razões que já foram aqui demasiado discutidas.

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Sr. Deputado, a SLN Novas Tecnologias era mais uma *sub-holding* que, penso, na lista inicial que dei ao Sr. Deputado Nuno Melo, me esqueci de referir porque elas são tantas que, de facto, de memória, é difícil.

Mas a SLN Novas Tecnologias era, de facto, a *sub-holding* para a área do negócio das tecnologias de informação, ou como se lhe queira chamar, e tinha basicamente um universo de empresas que, por um lado e em alguns casos, vendiam *hardware* e *software*, quer para o banco quer para terceiros, nomeadamente uma empresa chamada Datacomp, tinha uma outra empresa, chamada Seac Banche, que produzia máquinas de

leitura de cheques e, depois, tinha um conjunto de empresas que prestavam serviços de suporte ao sistema de cartão e de *acquiring* que o BPN tinha.

Nunca me apercebi, com toda a franqueza, que o negócio de Porto Rico estivesse minimamente ligado a esta estrutura e, portanto, não tenho a mínima percepção de valores nem seja do que for nessa matéria.

O Sr. João Semedo (BE): — Portanto, não se apercebeu que as contas dessa operação estivessem consolidadas na SLN Novas Tecnologias?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Não, Sr. Deputado.

O Sr. João Semedo (BE): — Então, Sr. Dr., mudando agora de assunto, gostaria de lhe perguntar o seguinte: o Sr. Dr., não creio que tenha substituído o Dr. Luís Caprichoso, mas entrou para o conselho de administração imediatamente após a saída do Dr. Luís Caprichoso e do Dr. Mendes Ribeiro e, portanto, são, datas próximas, pelo menos, é o que rezam as actas e nós já sabemos que as actas do BPN SLN são muito hereges em matéria de factualidade, mas admitindo que estas actas correspondem minimamente ao que se passou, queria perguntar-lhe – creio que a data da saída é indiferente – se o Sr. Dr. tem conhecimento das razões que levaram à saída do conselho de administração do Dr. Luís Caprichoso.

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Não tenho, Sr. Deputado. Também não tenho presente quando é que o Dr. Luís Caprichoso saiu. Acho que ele saiu no início de 2007, não consigo precisar, mas as razões, francamente, desconheço-as.

O Sr. João Semedo (BE): — Isso foi discutido numa reunião do conselho de administração de Novembro de 2007 e, portanto, admito que a saída do Dr. Luís Caprichoso tenha sido imediatamente anterior a esta data de Novembro de 2007, porque me parece um hiato demasiado grande para o conselho de administração prescindir de um membro do conselho de administração, sobretudo de um membro tão preponderante na vida do Grupo como o Dr. Luís Caprichoso.

A pergunta que também gostaria de fazer-lhe, porque nisso o Sr. Dr. participou, pelo menos, na reunião em que foi decidido, era sobre qual foi a razão por que o conselho de administração deliberou o encerramento da Planfin.

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Daquilo que me foi apresentado como sendo a Planfin e a Planfin-Contas, estávamos a falar de duas estruturas que prestavam, num caso, serviços jurídicos, e, noutro caso, serviços de contabilidade.

Quando venho para o Grupo, uma das propostas que fiz, como referi no início, foi a de criar uma estrutura de controlo financeiro, de auditoria e de serviços jurídicos para dotar a área não financeira de estruturas mínimas que tivessem capacidade para controlar os negócios.

E, nesse quadro, pareceu que faria sentido aproveitar a estrutura de colaboradores, quer da Planfin quer da Planfin-Contas, para redefinir o enquadramento desses colaboradores numa lógica distinta que era criar uma estrutura profissional ao nível da *holding* que controlasse todos os negócios.

Portanto, na minha visão, eu teria que ter um responsável máximo, vá lá um superdirector financeiro, que, depois, controlasse um conjunto de actividades a esse nível.

Portanto, a lógica da liquidação foi essa.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., gostaria que me respondesse à seguinte questão: é conhecida, pelo menos eu conheço, e, se conheço, seguramente outras pessoas nomeadamente outros Srs. Deputados também conhecerão, a troca de correspondência entre o Sr. Dr., quando se demitiu do conselho de administração, e o Dr. Miguel Cadilhe.

Enfim, lendo essas duas cartas, a sua e a do Dr. Miguel Cadilhe, percebe-se que há, digamos, um conflito, embora não queira dizer um conflito pessoal mas um conflito de opinião, de pontos de vista, porque até, digamos, ambas as cartas exprimem, com muita cor, as diferenças.

De qualquer forma, olhando para essas diferenças e vendo como, entretanto, todas as coisas foram evoluindo, permito-me interrogar sobre se as razões invocadas na carta e os argumentos expandidos pelo Dr. Miguel Cadilhe, na resposta que lhe dá, são verdadeiramente as coisas que contam para a sua saída.

Portanto, gostaria de o ouvir sobre, efectivamente, quais foram as divergências que teve com a administração do Dr. Miguel Cadilhe, e não

querendo, digamos, iludir a pergunta, pergunto-lhe se sim ou não o Sr. Dr. tinha um ponto de vista diferente do do Dr. Miguel Cadilhe, no que diz respeito às relações com o Banco de Portugal e, portanto, com a supervisão.

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Sr. Deputado, penso que as cartas são auto-explicativas, em larga medida, e, aí, vou basicamente ater-me ao essencial nesta matéria.

Sr. Deputado, a razão de fundo tem a ver com a visão que eu tinha de considerar que qualquer solução de futuro para o Grupo SLN teria que ser uma solução integrada, isto é, parecia-me que tentar resolver o problema apenas do banco, de forma isolada, não levaria a bom porto, porque estávamos a falar de uma situação que tinha um grau de interdependência entre a área não financeira e o próprio BPN muito grande.

Isto é, no momento em que se tentasse resolver o problema do BPN sem ter em conta o grau de dependência da área não financeira do próprio banco e sem arranjar solução para as necessidades financeiras da área não financeira, iríamos ter, muito rapidamente, um problema adicional no banco, na medida em que a área não financeira estava fortemente descapitalizada, aliás, sempre esteve e viveu sempre numa lógica de endividamento extremo, penso que associada à própria lógica de canais de intercomunicação entre o próprio banco e a área não financeira.

E não seria, por mais vontade que tivéssemos de o fazer, e penso que houve imensa vontade de o fazer, as vendas de activos que iriam resolver o problema imediato das necessidades de *funding* da área não

financeira. Isto porque não só, provavelmente, os activos não seriam suficientes para cobrir todas as necessidades de eliminação de dívida, mas, mesmo que assim fosse, o tempo de execução dessas vendas seria, inevitavelmente longo.

E, portanto, parecia-me que, naquele momento de crise em que estávamos não ver o conjunto do Grupo de forma integrada, não levaria a se encontrar uma solução apropriada para o conjunto do Grupo, porque havia essa grande interdependência entre uma e outra área.

Diria, pois, que, basicamente, esse é o factor determinante que culmina numa aproximação, eventualmente, diferente em relação a outros aspectos, nomeadamente na questão da aproximação às vendas, etc.

Mas eu diria que o factor crítico é o meu entendimento de que a área não financeira, deixada isolada da solução para o banco, dificilmente sobrevive e, no fundo, estávamos a falar de algo que tinha uma dimensão muito significativa, pois estamos a falar de negócios que, na sua dimensão total, empregavam mais de 6000 pessoas, que envolviam áreas sensíveis como a saúde e outras e, portanto, parecia-me, mesmo até junto das autoridades e do Governo, que haveria eventuais vantagens na apresentação de uma solução integrada, que não só para o banco, nesta matéria.

O Sr. João Semedo (BE): — Portanto, a questão do relacionamento com a supervisão não foi um factor que o tenha afastado da administração do Dr. Miguel Cadilhe?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Não, Sr. Deputado.

O relacionamento com a supervisão era dirigido pelo Dr. Miguel Cadilhe e pelos administradores que tinham essa responsabilidade. Eu acompanhei esse processo e, portanto, achei que havia um relacionamento perfeito do ponto de vista da prestação de informação. E, aliás, a quantidade de informação que foi sendo prestada nessa matéria foi suficiente bastante e a possível.

Penso que administração do Dr. Miguel Cadilhe viveu, ainda que numa dimensão distinta, com o mesmo tipo de problemas de prestação de informação pela dificuldade que havia mesmo assim, e depois de muita coisa ter sido identificada, em clarificar todas as dimensões dos problemas.

O tema, por exemplo, da consolidação do Banco Insular é um caso evidente em que o Banco de Portugal pediu, várias vezes, que se fizesse uma consolidação e em que houve uma grande dificuldade em determinar o que deve ser consolidado, por várias razões, incluindo o facto de não estar clara a titularidade do Banco Insular.

Portanto, essa não foi, nem de longe nem de perto, a razão que minimamente tivesse motivado a minha decisão.

O Sr. João Semedo (BE): — Tenho, apenas, mais duas perguntas e uma delas é a seguinte: o Sr. Dr. foi Secretário de Estado, creio que do Sr. Ministro Carlos Tavares... Ora, seguramente, é inevitável, isso cria, gera, produz relações pessoais de outra natureza e de outro tipo, e a minha pergunta é para saber se, nunca, durante este tempo em que teve esta experiência de trabalho, teve oportunidade de, formal ou informalmente,

falar sobre estas questões que, de alguma forma, também têm a ver com a CMVM e com o Dr. Carlos Tavares.

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Não, Sr. Deputado, porque, tanto quanto me parece, e salvo melhor opinião, as matérias do fundo da CMVM, associadas a este assunto, tinham a ver com a área do banco e eu, aí, não tinha qualquer relação nem responsabilidade.

Portanto, eu tinha, de facto, enquanto administrador da SLN, uma responsabilidade conjunta com os meus colegas da administração na prestação de informação ao Banco de Portugal, mas a questão da CMVM não passava, formalmente, pela administração da SLN.

Portanto, de facto, nem formal nem informalmente, nunca falei com o Dr. Carlos Tavares até porque – e não é, de maneira nenhuma, para obter qualquer tipo de compaixão da vossa parte – o tempo que dedicava àqueles milhões de problemas, que tinha diariamente, não me permitia, muita coisa. Mas, enfim, a razão de fundo foi que entendi que não havia motivos para esse tipo de troca de informação.

O Sr. João Semedo (BE): — A minha última pergunta tem também a ver com um dos objectivos desta Comissão e, portanto, pergunto-lhe, na sua opinião e depois do que conheceu, na sequência da nacionalização do BPN, qual é a expectativa que tem relativamente ao Grupo SLN.

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Essa é uma pergunta difícil no estado actual, Sr. Deputado.

O Sr. João Semedo (BE): — Mas as difíceis são as melhores!

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Mas posso dar a minha opinião, obviamente, com todas as falhas que terá de já ter passado quase seis meses desde que sai.

Vou dizer aquele que era o meu entendimento daquele Grupo, à medida que o fui conhecendo: achei, e cheguei a escrevê-lo, que havia vários segmentos distintos de negócios no Grupo, ou seja havia aqueles que eram, claramente, negócios desastrosos e que tinham que ser liquidados com a maior rapidez possível; havia os negócios que geravam *cash flow*, que eram rentáveis, mas que estavam relativamente distantes, até em alguns casos geograficamente do núcleo de gestão que tínhamos e que até tinham bastante procura do ponto de vista de interessados e que também deveriam ser alienados; havia negócios que estavam no meio termo, isto é, que tinham dificuldades de viabilização pela sua dimensão, pelo seu grau de endividamento, pelo estágio de desenvolvimento dos negócios em que se inseriam, e que, aí, a solução não era simples, a meu ver, como, por exemplo, no caso do negócio do comércio automóvel, que, aliás, desde aí até hoje, a situação ter-se-á agravado muito mais, quanto mais não seja pela própria situação da conjuntura; e havia outros negócios que, a meu ver, poderiam ter hipótese de se desenvolver.

Mas, o que é que faltava, de um modo geral? Havia duas coisas – e eu sempre disse que não queria uma sem a outra: faltavam recursos humanos, em primeiro lugar, e capitais. E eu sempre disse: não quero cá dinheiro sem ter condições para recrutar responsáveis para as várias áreas do negócio. Eu tentei, mas, de facto, o tempo foi passando e, depois,

como o processo de venda nunca aconteceu, recrutar um director-geral para a área da saúde, um director-geral para a área dos automóveis e um director-geral para a área da hotelaria, porque, aí, tínhamos três áreas bem pesadas, bem diversificadas e que tinham que ter gente no terreno a gerir esses negócios. Quer dizer, não podia ser eu sozinho a gerir uma coisa quase infinita de actividades...

No caso da saúde, mas não só, penso que se houvesse, em tempo útil, uma solução que combinasse capital mínimo com equipas de gestão, teria – e admito que no caso da saúde ainda seria possível, porque esse é um caso que, penso, tem potencial – sido possível recuperar algumas coisas porque tínhamos, em alguns casos, negócios que tinham boas marcas, tinham boas carteiras de clientes e tinham unidades operacionais interessantes, mas o que acontecia era que, de um modo geral, não havia quem assegurasse uma coesão e uma integração desses negócios.

Isto é, e o caso da saúde é o mais exemplar, tínhamos um hospital de primeira linha, o British Hospital, tínhamos uma área de meios de diagnóstico, tínhamos uma área de acidentes de trabalho e medicina do trabalho, mas cada unidade destas era gerida de uma forma muito autónoma, isto é, aquilo que podiam ser as chamadas sinergias e a optimização da gestão por via de compras centralizadas, por via de racionalização da gestão, por via da integração ao nível da própria carteira de clientes e da optimização da utilização dos serviços, isso estava tudo, em larga medida, por fazer e era aí que podia haver, de facto, valor adicional para o Grupo.

Portanto, Sr. Deputado, acho que ainda há espaço para algumas coisas da área não financeira terem viabilidade.

Por outro lado, há uma dimensão complexa que é a dimensão imobiliária que pesa muito no universo da área não financeira e tem aí, digamos, uma dívida associada muito pesada. Estamos a falar de actividade imobiliária que não gera rendimentos, isto é, são activos que têm um potencial de valor e de realização algures no tempo e, como todos sabemos, nesta altura, estamos a falar de condições extremamente adversas para esse tipo de situações.

Uma ideia que cheguei a pensar seria, eventualmente, criar duas estruturas distintas: uma estrutura que gerisse os negócios geradores de *cash flow*, isto é, aqueles que tinham uma actividade operacional corrente, como a saúde, os hotéis e outros, e uma estrutura distinta que integrasse toda a actividade imobiliária que, obviamente, obrigaria a uma renegociação que, neste momento, será provavelmente difícil, de toda a estrutura de dívida associada.

Portanto, há essas duas dimensões: a dimensão imobiliária, que é complexa, e a dimensão de vários negócios que são interessantes e outros que não têm problemas.

Agora, continuo a acreditar que ainda há algumas coisas que podem ser recuperadas e isso obriga, inevitavelmente, a um esforço bastante grande de renegociação da dívida. Aliás, li este fim-de-semana no jornal que o novo presidente aposta muito nessa estratégia, que é a de tentar renegociar a dívida e contar com o apoio e, eventualmente, com o suporte a nível governamental.

A questão aqui, penso, passa muito por avaliar qual é o *trade off* entre deixar cair todo o Grupo, com as consequências que isso tem do ponto de vista de emprego e de actividade operacional em várias frentes,

e, eventualmente, fazer um esforço financeiro que sustente um grupo que, com tempo e com gestão, pode, provavelmente, melhorar por via da racionalização, por via até da associação com outros parceiros, em várias áreas como no caso da saúde que é, provavelmente, mais um caso evidente.

Portanto, quero acreditar que ainda há algum espaço para recuperar alguma coisa. Agora, isso, provavelmente, implicará uma cooperação de todas as entidades, incluindo bancos e, naturalmente, entidades oficiais, mas não consigo avaliar a dimensão disso.

O Sr. João Semedo (BE): — Muito obrigado Sr. Dr.

Acabei, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a Presidente: — Muito obrigada.

Vou dar, agora, a palavra à Sr.^a Deputada Helena Terra.

A Sr.^a Helena Terra (PS): — Muito obrigada, Sr.^a Presidente.

Antes de mais, começo por cumprimentar o Dr. Franquelim Alves e agradecer a sua presença nesta Comissão de Inquérito e, desde já e de forma antecipada, todos os esclarecimentos, não só aqueles que já prestou mas aqueles que, com certeza, continuará a prestar, na sequência das perguntas que lhe forem sendo formuladas.

Sr. Dr., para tentar perceber e fazer um melhor enquadramento, começo por lhe colocar uma questão prévia.

Sabemos que o Sr. Dr. foi presidente do conselho de administração das *sub-holdings*, desde Janeiro ou Fevereiro de 2008, sabemos também

que, antes disso, o Sr. Dr. foi contratado como quadro superior da SLN por indicação de um dos seus maiores accionistas, que já aqui se falou, o Sr. Joaquim Coimbra, e que começou, nessa altura, pelo menos é aquilo que julgo saber, por ser contratado já e ao tempo, portanto estou a falar de 2007, para tratar da parte não financeira do Grupo, ou seja, um grande universo de empresas que formavam aquilo a que, vulgarmente, se chama o universo SLN, algumas das quais, sabe-se, neste momento, possuíam uma série de activos que se encontravam fora do balanço.

O que lhe queria perguntar, a este propósito, Sr. Dr., era o seguinte: enquanto quadro contratado e até que iniciou funções como presidente do conselho de administração da parte não financeira do Grupo SLN, quais as funções específicas que, como sabemos, o Sr. Dr. é um reputado quadro na área da economia e das finanças, no que toca ao Grupo SLN, desempenhou até que passou a ser presidente do conselho de administração.

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Se me permite, só gostaria de precisar a seguinte questão: eu não fui contratado pelo Sr. Joaquim Coimbra...

A Sr.^a Helena Terra (PS): — Indicado!

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — ... nem fui indicado por ele. Penso que foi um consenso e o Sr. Joaquim Coimbra fez o interface comigo. Eu não conhecia o Sr. Joaquim Coimbra de lado nenhum, até ter um contacto com ele, nessa altura, para esse efeito e, portanto, objectivamente, é essa a situação.

Fiquei com bastante boa impressão do Sr. Joaquim Coimbra, naturalmente, mas gostaria de precisar que não fui contratado pelo Sr. Joaquim Coimbra; fui contratado por indicação dos accionistas para as funções que acabou de referir.

Entrei no Grupo em finais de meados de Novembro, fui nomeado para administrador da SLN em 9 de Janeiro e para as sub-*holdings* entre 12 e finais de Fevereiro – não me recordo bem das datas.

Até à minha nomeação como administrador da SLN, e mesmo na fase transitória, o meu trabalho foi, fundamentalmente, de tentar conhecer um pouco a realidade das operações e, portanto, tive, digamos, contactos informais com as várias empresas, visitei algumas dessas empresas para ter um conhecimento mínimo da sua situação e isso, aliás, permitiu-me, logo em finais de Dezembro, apresentar uma proposta de medidas, que me pareciam imediatas, do ponto de vista das condições mínimas indispensáveis para eu poder fazer o meu trabalho e que passavam, como já referi, por criar uma estrutura na *holding* de controlo financeiro, de controlo de tesouraria, de controlo de gestão, de auditoria e, também, de criar mecanismos de avaliação dos negócios, de criar uma estrutura que, na altura, designei como comité de investimento, que passasse a fazer uma avaliação caso a caso de todas as decisões de investimento e desinvestimento.

Portanto, e em resumo, durante esse tempo, basicamente, o meu trabalho foi um trabalho de observação e, portanto, não tinha poder de decisão nem de intervenção, mas aproveitei para conhecer alguma coisa da realidade e isso permitiu-me fazer, digamos, uma aproximação

preliminar e um diagnóstico preliminar daquilo que entendia como as medidas mínimas indispensáveis para poder gerir a área não financeira.

A Sr.ª Helena Terra (PS): — Se bem percebi, e se não percebi bem o Sr. Dr. corrigir-me-á por favor, nessa altura que acabou de referir e, portanto, nesse estudo, nesse trabalho de aproximação que começou por realizar e que lhe permitiu ter esse diagnóstico, passe o termo, já em finais de Dezembro de 2007, pergunto-lhe se, já nessa altura, o Sr. Dr. tinha a percepção da necessidade dos tais 700 a 1000 milhões de euros de capitais que, mais tarde, vem a reclamar do conselho de administração da área financeira.

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Sr.ª Deputada, não, mas, de qualquer modo, esta necessidade de capital é uma necessidade de capital integrada do Grupo em termos consolidados e não tinha que ser tudo para a área não financeira, nem seria certamente. Isso resultava do exercício feito, muito mais tarde, em Junho, em que, numa aproximação, se determinavam essas necessidades de fundos.

Portanto, estamos a falar de um tempo muito posterior a esse contacto inicial que tive, em Dezembro, com a realidade do Grupo. Eu, de facto, nessa altura, tinha da realidade um conhecimento completamente distinto daquilo que tinha no início, como é óbvio.

A Sr.ª Helena Terra (PS): — Sr. Dr., presumo que, quando fala em Junho, se refira, mais concretamente, a 12 de Junho de 2008, data em que ocorreu uma reunião entre o então conselho de administração e aquele

que viria a ser o futuro conselho de administração, reunião na qual, sabemos-lo por depoimentos anteriores que foram prestados nesta Comissão, esteve presente, então como convidado e, futuramente, como presidente do conselho de administração, o Dr. Miguel Cadilhe.

E, assim, o que lhe pergunto é se, nessa altura e nessa reunião, considerando que quando fala de Junho de 2008 fala concretamente dessa reunião do dia 12, em que, estando presentes os administradores de então e os futuros administradores, nomeadamente o Dr. Miguel Cadilhe, o Sr. Dr. já faz a referência a esta necessidade de encaixe financeiro, digamos assim, dos valores que lhe acabei de referir.

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Exactamente.

Foi nessa altura, de facto, que fiz referência que haveria uma necessidade de verbas que poderia oscilar entre 700 e 1000 milhões de euros de capital.

A Sr.^a Helena Terra (PS): — Então, podemos presumir que pelo menos, desde 12 de Julho de 2008, a necessidade deste encaixe, desculpando-me o termo, jamais poderia constituir novidade para uma série de pessoas, nomeadamente para o Dr. Miguel Cadilhe, pelo menos desde o dia 12 de Junho de 2008. Certo?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Julgo que há aí uma indicação da minha parte da dimensão eventual do problema. É óbvio que, depois, a determinação efectiva da necessidade requeria um trabalho mais aprofundado, que foi feito subsequentemente, mas, enfim, está aí um

alerta, evidentemente que é um alerta muito sintético, que depois complemento com a informação adicional, que já foi entregue ao Dr. Miguel Cadilhe após a eleição da nova administração, mas está aí um sinal, é um trabalho tosco, limitado, mas que identifica necessidades de *funding* importantes no Grupo.

A Sr.^a Helena Terra (PS): — Passaria, agora, para aquilo que era o conjunto de questões, que previamente tinha pensado formular-lhe e que vou, de alguma forma, tentar subdividir em três partes distintas: na primeira, vou fazer-lhe perguntas a propósito de algumas das empresas que constituíam o chamado universo SLN e começaria por lhe falar da Labicer.

Já aqui falamos da Labicer, todavia, acho que há um conjunto de aspectos que, do meu ponto de vista, são de fundamental importância e relativamente aos quais esta Comissão ainda não se encontra devidamente esclarecida e eu acho que o Sr. Dr., pelas funções que desempenhou, será, eventualmente, a pessoa indicada para prestar esses esclarecimentos.

Pergunto-lhe, concretamente, *grosso modo*, o que era esta empresa e que nível de financiamento directo ou indirecto tinha por parte do BPN. E, sendo o Sr. Dr., como referi, até pelo currículo, que é público, um reputado técnico na área da economia e das finanças, qual é a ideia que o Sr. Dr. tinha, na altura, e hoje por que não?, sobre a viabilidade da Labicer.

E, já agora e ainda no que toca à Labicer, qual o impacto, que o Sr. Dr. pode identificar, que o eventual encerramento da Labicer poderia produzir naquilo que era, por um lado, a SLN, e, por outro lado, o BPN.

Naturalmente que, ao fazer esta última pergunta, não é estranho o facto de sabermos que Grupo BPN detinha sobre a Labicer um crédito superior a 75 milhões de euros. Qual é o juízo que faz sobre isto, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Sr.^a Deputada, a Labicer é um caso, diria, paradigmático de muita coisa e da forma como as coisas funcionavam.

A Labicer era detida não propriamente pela área não financeira, portanto, os detentores de capital, embora não tenha presente, eram, basicamente, fundos de investimento do banco e, na medida em que se tratava de uma empresa industrial, foi entendido que eu deveria acompanhar também essa empresa, independentemente da sua titularidade de capital.

No quadro de todas as actividades que eu tinha, confesso que me foi completamente impossível, durante muito tempo, aprofundar, com um mínimo de rigor, a real situação da Labicer, aliás, como de outras, porque, mais uma vez, volto a repetir, não quero ser muito cansativo nessa matéria, mas eu vivi ali sem uma estrutura de apoio, portanto, não tinha gente que me pudesse, na retaguarda, apoiar na análise das situações.

Todavia, com a vinda do Dr. Miguel Cadilhe e da sua equipa, evidentemente que aí passamos a trabalhar num contexto diferente e, portanto, foi possível começar a sistematizar mais informação e esse foi um dos casos.

Portanto, só pude fazer uma análise relativamente detalhada da real situação da Labicer, se bem me recordo em Setembro, altura em que, face ao constante crescer dos problemas e à dificuldade crescente da

companhia em ter saídas para a sua actividade e também com o grau crescente de endividamento, acabei por sugerir que a melhor solução era eu perder dois ou três dias na própria companhia, falar com as pessoas e tentar perceber, efectivamente, o que é que se passava, porque o próprio interface que havia, do ponto de vista dos responsáveis, a mim não me permitia concluir grande coisa, uma vez havia ali uma opacidade e uma dificuldade no entendimento de como as coisas não fluíam.

E, efectivamente, fiz essa visita e foi-me possível, nessa altura, perceber que estávamos perante um caso, não único provavelmente, de projectos de natureza industrial mal pensados, mal concebidos, eventualmente megalómanos até, e que aliaram essa combinação de megalomania à ausência de gestão profissional.

Portanto, tínhamos um projecto que, inicialmente, tinha como objectivo a produção de mosaicos cerâmicos com base numa tecnologia teoricamente inovadora, chamada *reverse engineering*, que, em princípio, iria aproveitar os resíduos cerâmicos e, através de moagem, transformá-los num pó que com um polímero adicional criaria uma pasta que, prensada, poderia produzir mosaicos de todas as dimensões e em qualquer formato, mas o que é verdade é que essa tecnologia nunca funcionou.

Era uma coisa aparentemente experimental, nunca testada, a não ser em laboratório, nunca houve homologação de produtos e, portanto, isto ocorreu ao longo dos anos e eu apanhei isto como um *given*. Portanto, houve, de facto, incapacidade para produzir nessa unidade. Aliás, julgo que, a certa altura, houve uma decisão de entrar na construção

de uma linha de cerâmica tradicional, feita como normalmente se faz, com um forno, cozem-se os mosaicos e os mosaicos saem, etc.

A questão é que, aí, já havia não só o ónus financeiro do fracasso do primeiro projecto como também a equipa de gestão, naquilo que consegui avaliar, nunca conseguiu dar respostas eficazes a essa nova solução, porque tinha estratégias que não respondiam às necessidades de mercado e, portanto, aceitava encomendas de todas as dimensões, do ponto de vista da quantidade, e, em alguns casos, o que acontecia era que, como havia uma quantidade mínima a produzir em alto forno, que era, salvo erro, 2000 m², se aceitasse uma encomenda de 100 ou de 500 m², ficaria com um *stock* de 1500 m², para os quais podia até haver um comprador interessado, mas, portanto, a companhia tinha 12 meses de *stock* e tinha uma carteira de clientes superdiversificada em países que iam desde o Kuwait à Austrália...

Enfim, era, de facto, um caso paradigmático de um projecto que nunca foi pensado como deve ser, do ponto de vista da sua rentabilidade, do ponto de vista da gestão, do ponto de vista de uma estratégia.

O projecto foi andando, foi andando, e chegou a um ponto em que muito dificilmente tinha saída, porque, nessa altura, a dimensão dos problemas era tal que o que se admitiu era encerrar praticamente tudo e tentar manter uma linha da cerâmica tradicional, revendo a estratégia comercial, isto é, em vez de ter uma estratégia comercial de aceitação de qualquer encomenda, concentrar as encomendas em grandes clientes, mas era um caso muito difícil.

A Sr.ª Helena Terra (PS): — Então, o testemunho que o Sr. Dr. aqui presta permite-nos concluir que, tratando-se de um projecto pouco consistente, digamos assim, e com todos esses defeitos de gestão que o Sr. Dr. acaba por reportar, mais tarde, em Setembro de 2008, se tratou, do ponto de vista do empreendimento, de uma loucura.

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Bem, esse classificativo não sei se o posso utilizar mas, pelo menos, acho que se tratou de uma megalomania. Acho que havia aqui uma ideia aparente de ter uma solução industrial inovadora, completamente diferente, que iria ser a revolução no sector, mas as coisas não estão devidamente testadas, do ponto de vista da solução tecnológica, e aliás, também do ponto de vista da solução de gestão.

A Sr.ª Helena Terra (PS): — Sr. Dr., permito-me repetir a mesma abordagem mas agora para a CNE (Cimentos Nacionais Estrangeiros).

Daquilo que conhecemos, daquilo que é possível, para já, nesta Comissão avaliar a situação, é algo muito semelhante àquilo que acabou por acontecer na Labicer, havendo, todavia, uma enorme diferença: é que, aqui, o crédito de que todo o Grupo SLN BPN é titular é muito maior e ultrapassa os 100 milhões de euros, portanto muito superior àquele que existia na Labicer.

Qual foi o diagnóstico que, para o Sr. Dr., foi possível fazer? Foi possível, para si, tirar, relativamente à CNE, as mesmas conclusões que retirou, no que toca à Labicer? O Sr. Dr. fez um trabalho, digamos assim,

de penetrar na CNE semelhante aquele que fez na Labicer e o que é que nos pode dizer a esse propósito?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Sr.^a Deputada, nunca fiz. Aliás, confesso que tive imensa pena de não ter tido mais tempo para me dedicar mais a andar no terreno e a conhecer as operações, mas isso foi de todo impossível por este período altamente convulsivo em que vivemos e por isso não fiz uma análise assim tão detalhada como na Labicer.

Mas, de facto, a CNE é, no essencial, na minha opinião, naturalmente outros podem ter outra, mais um caso de um projecto industrial provavelmente megalómano, isto é, em que se constrói a maior unidade de moagem de *Klinker* da Europa, suponho, mas que, mais uma vez, do ponto de vista da qualidade da gestão, da garantia de abastecimento da matéria-prima e da colocação do produto em clientes, daquilo que eu vi, no tempo que estive lá, esses problemas nunca estiveram resolvidos e, portanto, a companhia tinha um grau de realização da capacidade produtiva muito baixo e a cair cada vez mais, porque, obviamente, ia perdendo quota do mercado dada a sua ineficiência.

A gestão fabril tinha sido contratada em *outsourcing* a uma empresa espanhola e, portanto, nem sequer havia ali assim uma estrutura que fosse possuidora de um *know how* interno para assegurar a viabilidade futura da companhia. Mas, acima de tudo, era um caso, mais uma vez, desta combinação de problemas graves de gestão com sobreinvestimento que, obviamente, liquida os projectos, e, portanto, nenhum projecto subsiste num contexto como esse.

A Sr.^a Helena Terra (PS): — Falando em sobreinvestimento, o Sr. Dr. faz-me logo ocorrer uma outra empresa, de que lhe vou falar a seguir, que é a INAPAL e a SPPM (Sociedade Portuguesa de Pintura e Moldagem).

Trata-se de uma empresa que, pelo menos, sempre teve a ideia de ter uma grande, passe o termo, colagem à imagem e personalidade do Sr. Dr. Dias Loureiro, foi mais um projecto objecto de um enorme investimento e daí me ter ocorrido, pegando nas palavras do Sr. Dr., foi um projecto empresarial que, na altura, teve grande tempo de antena, passe o termo, porque foi objecto de inauguração com grande pompa e circunstância pelo primeiro-ministro de então, e o que lhe pergunto é o seguinte: na sua avaliação e no tempo em que foi presidente do conselho de administração, qual o juízo que foi possível fazer sobre a viabilidade desta empresa, e, uma vez mais, qual seria a contribuição positiva ou o impacto negativo para o Grupo SLN.

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Este é um caso no qual perdi, de facto, tempo, não sei se muito mas tempo precioso, não tanto com o acompanhamento da INAPAL, porque a INAPAL parecia-me, à distância e com a dificuldade que eu tinha em fazer uma análise mais sistemática das coisas, uma companhia equilibrada, mas mais com o problema da companhia SPPM.

A SPPM é uma companhia que foi constituída entre a INAPAL, com 50% de capital, e um parceiro alemão, chamado Peguform, com o objectivo único de pintar peças do carro cabriolet Volkswagen EOS, na Auto-Europa e pretendia ser uma solução inovadora. E porquê? Porque as

peças que iriam ser pintadas, nessa unidade, tinham, no seu conjunto, três materiais distintos: um polímero *standard*, um polímero diferente, que agora não me recordo a designação, e uma componente metálica. Portanto, era suposto que essa peça, quando fosse lançada na linha de pintura, pudesse ser pintada em simultâneo pela mesma unidade de pintura. Esta é uma explicação técnica. Francamente, não tenho capacidade para avaliar como é que era, mas era isso que me diziam.

E, aparentemente, terá surgido um problema de origem em que nunca se conseguiu criar uma estabilização da qualidade da pintura, ou seja, quando se pintava, a reacção da tinta aos diversos materiais era distinta e, portanto, a peça ficava com uma qualidade não uniforme, o que obrigava a várias coisas: ou à rejeição integral da peça, e a peça é uma peça grande, que era o *capot* ou a mala traseira do EOS; ou a ter uma bateria de trabalhadores, no fim da linha de montagem, a olhar para os defeitos, a polir à mão, etc. Bem, a consequência que isso teve foi que, na realidade, foi necessário entrar em processo de negociação com a Volkswagen no sentido de duplicar o preço por peça, por serviço.

Mesmo assim, com essa alteração de preço, continuou a haver problemas graves, porque, com este grau de rejeição de peças que melhorou mas manteve-se a níveis elevados, esta SPPM continuou a sempre a ter prejuízos significativos e eu cheguei a deslocar-me, quer à Volkswagen, quer ao nosso parceiro, e tivemos várias reuniões para discutir isto e o drama foi que, para mim, era difícil encontrar uma solução, coisa, de facto, pouco comum mas era um pouco o que se passava. E isto porque os nossos parceiros aceitavam comprar a nossa participação se nós lhes pagássemos 5 a 10 milhões de euros, que era o

prejuízo presumível até ao fim do contrato de pintura do EOS, e nós, para comprarmos a posição deles, não estávamos propriamente numa posição para o fazer, tendo em conta que a capacidade financeira do Grupo era fortemente limitada e já se tinha, de facto, injectado capital significativo nessa empresa.

Portanto, a solução de ficarmos com a posição dos nossos parceiros era, à partida, muito onerosa e a própria solução de encerrar esta unidade era complexa, na medida em que a relação contratual com a Auto-Europa não era da SPPM mas, sim, da INAPAL e, portanto, se, eventualmente, se encerrasse esta unidade isto teria consequências muito significativas ao nível dos restantes contratos que a INAPAL tinha com a Volkswagen.

Bem, este foi um processo que se arrastou e, aliás, penso que continua, porque a própria percepção das responsabilidades contratuais da INAPAL perante a Volkswagen não era fácil de entender, porque, no sector automóvel, e eu percebi isso pela primeira vez, há contratos muito específicos, isto é entre os fabricantes, os OEM e todos aqueles fornecedores de peças há contratos, nomeadamente no caso da Alemanha mas penso que também nos Estados Unidos, muito específicos que a própria avaliação da responsabilidade associada ao não cumprimento, é difícil, isto é, o não cumprimento implica ter que indemnizar na totalidade, neste caso a Volkswagen, até ao fim do contrato ou por um período mais curto.

Mas foi um caso bem difícil e é daqueles casos que, de facto, como dizia no início, entrava nas reuniões e saia com mais problemas do que aquilo que era supostamente um problema para resolver...

Portanto, há aqui também, a meu ver, um problema na origem. Não sei exactamente de quem é a responsabilidade, mas é um problema na origem que é também o da adopção de uma tecnologia e de uma solução provavelmente pouco testada.

Penso que a solução para isto passará, necessariamente, por um processo que também envolva as autoridades, nomeadamente no quadro actual das operações de suporte ao sector automóvel, e até admito que haja algum espaço para o enquadramento deste tipo de operações. Admito, apenas.

A Sr.^a Dr.^a Helena Terra (PS): — Sr. Dr., então, de acordo com aquilo que nos referiu, e para passar, a seguir, àquele que é um outro sector de actividade, podemos concluir que, no que toca aos exemplos das empresas, que aqui acabamos de trazer à discussão, houve sempre dois aspectos em comum, ou seja, projectos pouco consistentes, nomeadamente do ponto de vista dos testes prévios, e um enorme volume de investimento para projectos com pouca consistência.

Portanto, estes são os dois traços absolutamente inequívocos e comuns a todos os exemplos que acabei por referir.

Sr. Dr., passo, de seguida, àquilo a que o Sr. Dr. chamou o peso da actividade imobiliária no Grupo, que fez questão de apontar há pouco, e o valor dessa actividade enquanto activo.

Já sabemos que havia uma série de activos do Grupo SLN, que se encontravam fora do balanço, os chamados negócios, a que, em gíria jurídica – e eu sou jurista de formação –, chamamos negócios officiosos.

E começo por lhe falar num exemplo: o que é que lhe diz, a propósito de negócios imobiliários que envolviam o Grupo SLN, o nome do Sr. Fernando Fantasia.

O Sr. Franquelim Alves: — O Sr. Fantasia era o titular da tal sociedade OPI que...

A Sr.ª Helena Terra (PS): — OPI 92, de que já aqui se falou, várias vezes, hoje.

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Exactamente.

A Sr.ª Helena Terra (PS): — Para além disso, o Sr. Dr. conhecia alguns, diria, traços distintivos que pudessem caracterizar o Sr. Fernando Fantasia no que toca à ligação a estes negócios?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Em que sentido, Sr.ª Deputada?

A Sr.ª Helena Terra (PS): — Por exemplo, zonas da área da actividade imobiliária como Alcochete e Setúbal, o que é que lhe dizem?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Bem, esse universo de património imobiliário, que estava sob o chapéu da OPI e da Pluripar, de facto, abrangia, por um lado, a região de Alcochete, penso que de Rio Frio também, de Setúbal e também há activos noutras zonas, nomeadamente

no Algarve. Havia, de facto, uma componente associada a essa área, com toda a certeza.

A Sr.ª Helena Terra (PS): — O Sr. Dr. só falou em OPI 92 e em Pluripar. E a Domurbanis? Diz-lhe alguma coisa? E a Coutadinha?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Bem, depois, havia todo um conjunto de sociedades participadas. Ao fim e ao cabo, a Pluripar era uma SGPS e suponho que ainda é, e, abaixo dela, havia um conjunto de sociedades que eram...

A Sr.ª Helena Terra (PS): — Portanto, essas seriam, passe o termo, os tentáculos?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Exactamente porque eram as proprietárias de activos, de terrenos...

A Sr.ª Helena Terra (PS): — Todas estas sociedades, ao que conseguimos saber, hoje, eram devedoras de largos milhões de euros ao Grupo SLN e ao BPN?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — A Pluripar tinha uma dívida que se repartia entre o BPN e outros bancos do sistema bancário. Tinha, de facto, uma componente associada ao BPN, mas também tinha financiamento de outros bancos e, portanto, digamos, havia aí uma lógica, daquilo que

consegui avaliar e do que me apresentaram, que estava associada ao valor atribuído aos activos imobiliários subjacentes a essas sociedades.

A Sr.ª Helena Terra (PS): — Muito bem, Sr. Dr., mas esses créditos, no que toca ao BPN e às outras entidades bancárias – calculo que o Sr. Dr. não esteja habilitado a poder testemunhar sobre esses factos – e, sobretudo, ao BPN, o Sr. Dr. tem conhecimento se, por exemplo, cada um dos respectivos créditos eram acompanhados, como é normal nestas circunstâncias, de garantias reais correspondentes, por exemplo, o chamado crédito hipotecário.

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Sr.ª Deputada, eu não tinha o lado do banco, como calcula, mas da informação que prestaram, a percepção que tinha é de que nem sempre os financiamentos do BPN tinham garantias reais associadas.

A Sr.ª Helena Terra (PS): — Esse nem sempre, quer dizer o quê relativamente aos negócios que referimos, envolvendo a OPI 92, a Pluripar, a Domurbanis e a Coutadinha?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Sim, nessa área imobiliária, exactamente.

A Sr.ª Helena Terra (PS): — Portanto, estes eram daqueles que não eram acompanhados, como é habitual na prática bancária, até para

volumes de negócios muito mais pequenos, da chamada garantia real, que transforma, normalmente, este tipo de crédito em créditos hipotecários?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Não lhe consigo precisar em que casos é que havia hipoteca e os casos em que não havia. Mas a informação que era dada do banco é que havia casos que não tinham, de facto, uma garantia real.

A Sr.^a Helena Terra (PS): — Continuando no peso da actividade imobiliária, Sr. Dr., continuando em activos que não são conhecidos do balanço, ia-lhe falar de uma outra personalidade: o Sr. Aprígio Santos. Este nome, relativamente a esta actividade, diz-lhe alguma coisa?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Conheci o Sr. Aprígio Santos, algures em Maio, a propósito de um contrato que existia relacionado com uma empresa chamada Deveco.

A Deveco era uma sociedade que estava também fora do balanço, tinha um activo imobiliário, salvo erro, na Amadora, e o Sr. Aprígio Santos tinha um contrato em que tinha adquirido essa sociedade à Sogipart, que era uma outra sociedade imobiliária, e esse contrato pressupunha que, na eventualidade de não haver viabilização do terreno com a aprovação do plano de pormenor ou algo desse tipo, ele teria o direito de voltar a devolver a participação que tinha adquirido na Deveco à Sogipart.

A Sr.^a Helena Terra (PS): — Era um contrato com uma chamada cláusula de reversão, digamos assim.

Sr. Dr., e, ligado ainda ao Sr. Aprígio Santos, nomes e empresas como Macauda-2, Algarvesol, Belome, Parques do Mondego, entre outras, nomeadamente na zona do Algarve?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Não conheço.

A Sr.ª Helena Terra (PS): — Não lhe dizem nada?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Não, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª Helena Terra (PS): — Conhece – e vou perguntar-lhe porquê, uma vez que o Sr. Dr. me diz que estas empresas lhe não dizem nada – a ligação do Sr. Aprígio Santos a empresas relativamente às quais a SLN e o BPN são titulares de créditos no valor de milhões de euros?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Sr.ª Deputada, se precisar, admito que possa conhecer algum, mas, à partida, o meu conhecimento em relação ao Sr. Aprígio Santos, concentra-se neste negócio da Deveco.

A Sr.ª Helena Terra (PS): — E a relação deste com a Sogipart.

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Tinha a informação de que ele tinha, depois, relações com o banco, actividade com o banco, nomeadamente créditos, depósitos, etc., mas, francamente, esse tipo de transacções específicas, que está a referir, não me lembro de ter conhecimento de nenhuma delas.

A Sr.ª Helena Terra (PS): — Conhece uma empresa chamada Homeland?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — De Homeland ouvi falar mas não consigo associar a quê.

A Sr.ª Helena Terra (PS): — Parece que terá sido uma empresa, que comprou uma série de terrenos no concelho de Oeiras, eventualmente na expectativa da instalação e da construção do novo IPO, pretendendo com isso, eventualmente, a valorização imobiliária. Não lhe diz nada a Homeland?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Sr.ª Deputada, ouvi falar do nome Homeland, mas não o associava a esse enquadramento e não tive contacto com essa entidade.

Sr.ª Helena Terra (PS): — Conhece alguma operação que envolvesse a Homeland e o *private banking* do BPN, em que este, claro, naturalmente, fosse credor?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Não, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª Helena Terra (PS): — Sr. Dr., continuando ainda na área do imobiliário: Marina de Albufeira, uma empresa chamada Nau Investe, que,

aliás, penso que é proprietária do Hotel Nau, em Cascais. Conhece estes projectos?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — A Marina de Albufeira enquadra-se num projecto de grande dimensão, que é controlado por uma SGPS chamada Marinapart que tem uma grande diversidade de actividades, que incluem a própria marina, a exploração de um hotel, o desenvolvimento imobiliário e venda de apartamentos e, portanto, estamos a falar de um universo muito significativo de actividades.

Aliás, eu cheguei a ser presidente da Marinapart SGPS, durante algum tempo, não muito, mas fui presidente no cenário de enquadramento da minha função nas estruturas em que a SLN tinha uma intervenção na área não financeira e, portanto, tenho um conhecimento não muito profundo, porque, mais uma vez, não tive muito tempo para analisar em detalhe a situação, que era uma situação complexa, com muitas actividades, algumas delas em dificuldade e, portanto, também com questões críticas a resolver.

Em relação à Nau Investe, de facto, ouvi falar dessa sociedade, que teria uma construção em Cascais, não sei se um hotel se um edifício, mas uma construção que estaria em fase ainda de execução.

Essa Nau Investe, suponho, estava associada ou a uma *offshore* ou à Sogipart. Não consigo, agora, precisar mas era um assunto que...

A Sr.ª Helena Terra (PS): — O Sr. Dr. conhece alguma delas: ou a Marinapart ou a Nau Investe, como devedoras da SLN ou do Grupo.

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Quer dizer a Marinapart tinha uma dimensão de actividade que era devedora do BPN e de outros bancos e, portanto, tinha de facto uma carteira de dívida muito significativa.

A Nau Investe, francamente, não me recordo se tinha alguma dívida ao Grupo ou não.

A Sr.ª Helena Terra (PS): — No que toca à Marinapart, enquanto devedora do Grupo SLN, era também – e este também tem a ver com aquele que falámos anteriormente – devedora sem ser titular de um direito real de garantia conferido à entidade bancária ou não?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Não consigo precisar, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª Helena Terra (PS): — Não sabe?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Neste momento, não sei.

Admito que se visse os papéis poderia, de novo, rever. De qualquer modo, o que lhe posso dizer é que a Marinapart, de facto, tinha um universo muito grande de actividades. Era financiada por vários bancos e não consigo, nesta altura, recordar-me quem é que tinha garantias reais nesse universo de dívida.

Havia, sim, um padrão – esse é um facto – em que, por vezes, as garantias eram prestadas a terceiros bancos e não ao BPN. Mas, neste caso concreto, não consigo precisar.

A Sr.^a Helena Terra (PS): — Sr. Dr., e os nomes dos senhores que, há pouco, lhe referi, quer o Sr. Fernando Fantasia, quer o Sr. Aprígio Santos. Consegue fazer alguma ligação entre qualquer um destes senhores à Marinapart ou à Nau Investe?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Não, nem a um nem a outro. Nunca, em lado algum, vi ou ouvi ou percebi qualquer tipo de associação entre esses dois senhores e essas duas entidades.

A Sr.^a Helena Terra (PS): — Sobre o Sr. José Serpa, continuando a falar de activos imobiliários, e das empresas que este senhor representava pela SLN – e falo da Sogelcod, Danau, da Labicer, da SNL – e porque sabemos, hoje, que, em qualquer um destes casos, e de alguns deles já tínhamos falado anteriormente, falando em linguagem económica, todos eles se traduziram em péssimos negócios, chamemos as coisas pelos nomes, qual foi a avaliação que, em cada um destes, o Sr. Dr. conseguiu fazer como o fez, por exemplo, na Labicer e que nos contou detalhadamente.

Portanto, qual é a avaliação que faz para que eles se tenham vindo a traduzir-se em péssimos negócios?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Sr.^a Deputada, o caso da Marina de Albufeira é um caso, como referi, de grande complexidade de análise. Estamos a falar de um universo muito grande de actividades e, tanto quanto consegui avaliar, no pressuposto inicial do projecto, há a expectativa de que, com o desenvolvimento da Marina em Albufeira, se

associe, o que, aliás, é típico das marinas, todo um desenvolvimento imobiliário e turístico que viabilize a marina.

Na altura em que tive contacto com a situação, claramente que a Marina, isto é, o Grupo estava a passar por dificuldades decorrentes, nomeadamente, da falta de capitalização e até de algum atraso no próprio processo de desenvolvimento dos projectos.

É um caso em que não consigo avaliar, porque não tive tempo para isso nem condições, se, independentemente dessas dificuldades transitórias financeiras, o projecto intrinsecamente tinha sustentação, porque a verdade é que há um certo tipo de projectos em que a qualidade financeira é que os liquida.

Aqui, nunca consegui avaliar isso porque, de facto, não havia, mais uma vez, estruturas e condições para, num portfólio tão variado de actividades, fazermos, de forma sistemática, uma análise de valor que nos permitisse avaliar, nomeadamente estes casos, em que, de facto, independentemente das dificuldades financeiras.

Em relação aos projectos imobiliários, nomeadamente esse que referiu da Nau Investe, eu sei que era um terreno em Cascais, mas, francamente, não me recordo que valores é que estavam associados a esse terreno e se o terreno era ou não recuperável do ponto de vista do valor.

A Sr.^a Helena Terra (PS): — Agora, só mais uma questão para terminar a área de negócios, Sr. Dr., para, depois, colocar um conjunto de questões finais e de ordem geral.

A última área de negócios de que lhe vou falar é do negócio dos automóveis.

Não tenho a certeza se o Sr. Dr., no início, já tinha referido a Multiauto, pareceu-me que sim, mas admito que possa ter sido má interpretação minha, mas, não referiu, se bem me recordo, a Sorel.

Primeiro, queria perguntar-lhe quais os objectivos específicos desta área de negócio e queria que o Sr. Dr., tanto quanto possível e uma vez que foi alguém que o Sr. Dr., até por aquilo que já referiu hoje, veio a conhecer e com quem veio a estabelecer relações de alguma proximidade, que é o Sr. Joaquim Oliveira, que penso o Sr. Dr. já referiu...

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Não.

A Sr.ª Helena Terra (PS): — Sr. Dr., então, peço desculpa, foi lapso meu, que, desde já, dou por não reproduzido.

Mas queria que referisse, tanto quanto a sua memória permite, primeiro, qual o objectivo desta área de negócio no Grupo SLN, quais, por um lado, as expectativas de rentabilidade e a rentabilidade efectiva e, por outro lado, qual a ligação do Sr. Joaquim Oliveira a esta área de negócio, no Grupo SLN.

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Sr. Deputada, se me permite não a correcção mas apenas a precisão: inicialmente eu tinha referido também a Sorel, dizendo que, efectivamente, era titulada por alguém que detinha a maioria do capital e, depois, a SLN detinha, de facto, 19%. E esse alguém,

de facto, é o Sr. Joaquim Oliveira e, portanto, eu conheço o Sr. Joaquim Oliveira dessa actividade e, portanto, dessa relação, mas apenas disso.

Bem, uma vez escrevi num papel, logo de início, que, em muitos casos, faltava perceber o *leitmotiv* de tantos investimentos em tanta coisa porque, efectivamente, as coisas eram não só desconexas do ponto de vista da diversidade de negócios em que se estava, mas, muitas vezes, eram também desconexas do ponto de vista das características de cada negócio.

Quer dizer, dentro da cada negócio, como, por exemplo, o caso da hotelaria, se me permite aqui um pequeno desvio, é um caso típico porque tínhamos três hotéis a funcionar e cada um deles com formatos e *targets*, do ponto de vista de clientela, completamente diferentes. Portanto, temos o negócio de hotelaria, mas temos um hotel na Costa da Caparica, que é para um segmento médio e médio baixo, temos um hotel em S. João da Madeira, que é para empresários de média dimensão, e temos um hotel no Caramulo, que é um hotel de fim-de-semana. Portanto, havia muito isso.

Aqui, nos automóveis, o que me diziam era que, do ponto de vista do negócio bancário, ter um negócio de comércio automóvel fazia sentido, porque havia a possibilidade de alavancar a concessão de crédito, isto é, na medida em que, em larga medida, a venda dos automóveis é feita a crédito, com crédito directo ou *leasing* ou alugueres operacionais, seja o que for, que, de alguma maneira, o banco poderia utilizar este canal do comércio automóvel como um canal adicional de geração de negócio para o banco por via da concessão de crédito.

Penso que, na prática, isso pouco aconteceu porque o BPN, à partida, tinha pouca capacidade competitiva, do ponto de vista das condições de financiamento, e, portanto, na prática, daquilo que pude observar, este negócio foi crescendo bastante e, portanto, a SLN Multiauto tinha uma variedade muito significativa de negócios de empresas, não sei se 40 ou 50 empresas espalhadas um pouco mais de Coimbra para baixo, mas muitas empresas que tinham sido compradas numa lógica de ganhar dimensão, de ganhar concessões de marcas distintas, etc.

Mas, também aí, mais uma vez, a meu ver, sem duas condições fundamentais que eram: capital mínimo, porque uma actividade destas, de retalho, sem ter um mínimo de capital, vai ter que se financiar em condições completamente adversas e, portanto, vai-se financiar nas sociedades de crédito ao consumo e, portanto, tem que pagar taxas de juro brutais e, como há uma grande concorrência no negócio dos automóveis, não tem capacidade de resposta, e, mais uma vez, recursos humanos indispensáveis e racionalização porque, de facto, havia tantas unidades que, efectivamente, era óbvio, a meu ver, que haveria também na área dos automóveis hipótese de sinergias de optimização e de poupança de custos.

Agora, era um negócio que, intrinsecamente, tinha uma dificuldade estrutural que era a de acesso a capital em condições competitivas e, portanto, isso coarctava muito a capacidade de resposta desta área.

A área da Sorel era, de facto – e eu tinha referido isso –, um grupo de empresas, que era detido maioritariamente pelo Dr. Joaquim Oliveira e que ele referia que, na realidade, mais do que ser uma empresa ligada ao

Dr. Joaquim Oliveira, era, em última instância, uma empresa do Grupo e que não haveria propriamente um contrato, mas, sim, um acordo entre o Dr. Joaquim Oliveira e o Dr. Oliveira e Costa que pressupunha que, em devido tempo, essa titularidade de capital fosse transferida para a SLN. Claro está que não havia documentos e, portanto, nós vivemos nessa situação indefinida até que eu saí e penso que a situação não estará ainda clarificada.

Na prática, havia alguma proximidade de actividades e, portanto, a Sorel funcionava não integrada na SLN Multiauto, mas havia proximidades e, portanto, inevitavelmente que não se pode dizer, à partida, que não havia nenhuma ligação e que eram coisas completamente estranhas uma da outra.

O argumento da aquisição da Sorel, que era na altura apresentado, ainda pelo Dr. Oliveira e Costa, que esteve lá e que falou desse assunto, era que a Sorel tinha activos imobiliários muito valiosos que poderiam, de alguma maneira, compensar a dívida inerente à Sorel, que também tinha dívida significativa.

Agora, Sr.^a Deputada, sobre esta coisa dos activos imobiliários muito valiosos, eu, pessoalmente, sempre fui muito céptico dessa aproximação, porque acho que financiar activos imobiliários com dívida, quando eles não são gemedores de *cash flow*, evidentemente que há um risco significativo e penso que foi, mais uma vez, o que aconteceu aqui.

A Sr.^a Helena Terra (PS): — Ó Sr. Dr., este pedido de esclarecimento a propósito desta pergunta já é algo relativamente àquilo que era previsto inicialmente, mas tem a ver com aquilo que o Sr. Dr. acabou de referir, ou

seja, há sempre, em grande parte de todos estes negócios que envolvem o Grupo SLN, algo de estranhíssimo para quem vive neste mundo e que tem a ver com o seguinte: por um lado, a concessão de um enorme volume de crédito sem a mínima contrapartida de garantia, nomeadamente garantia real; por outro, um enorme volume de crédito concedido – e vamos chamar as empresas do Grupo SLN nas quais incluo o BPN –, sem sequer estar titulado por aquilo que é tão simples como um contrato mútuo.

Agora, o Sr. Dr. faz um acrescento dizendo que, no que toca aos negócios do sector automóvel, as relações existentes entre o Dr. Joaquim Oliveira, um homem experimentadíssimo na área dos negócios, e o Dr. Oliveira e Costa, um homem «experimentadérrimo» em tudo o que tenha a ver com negócios, economia e finanças, e que, em negócios que envolvem coisas tão importantes como, ainda por cima, essa expectativa do tal activo imobiliário, que vale sempre o que vale, mas, pelo menos, a expectativa existia e é apontada como um fundamento, as coisas passam-se – e não estamos a falar do negócio do quiosque na esquina mas em negócios que envolvem verbas sempre avultadíssimas – com base, segundo nos disse, num acordo de bons cavalheiros.

Ó Sr. Dr., isto não começa, desde o início em que o Sr. Dr. entra no Grupo, por lhe parecer, no mínimo, estranhíssimo?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Sr.^a Deputada, evidentemente que, à medida que fui tendo conhecimento das situações, fiquei crescentemente preocupado com elas, como é óbvio, e, naturalmente, que esse caso e outros que foram surgindo deixaram-me crescentemente preocupado sobre a realidade do Grupo.

Na minha aproximação à situação, pensei o seguinte: tenho aqui uma missão que é tentar gerir o negócio não financeiro e há um conjunto de problemas graves em cima da mesa não só decorrentes da descapitalização do Grupo como também decorrentes de situações que se tornaram, crescentemente, portadoras de irregularidades.

A expectativa que tive sempre foi a de, no cenário que os accionistas tinham traçado, que tinha duas vertentes fundamentais, que eram, por um lado, a nomeação de uma nova administração e de um novo presidente, e o compromisso de um aumento de capital, que era claramente indispensável, a muito curto prazo e que, aliás, até já devia ter sido feito até antes de Junho, que nós tivéssemos, finalmente, as condições para arrumar a casa, isto é, para avaliar aquilo que tinha de ser avaliado, para auditar o que tinha de ser auditado, para fechar o que tinha de ser fechado, para comunicar a quem de direito o que eram ilegalidades e irregularidades, etc.

Portanto, há aqui um hiato de alguns meses em que, de facto, confesso, vou estando crescentemente desconfortável com a situação. A minha atitude poderia ter sido outra como, por exemplo, dizer: vou-me embora, não tenho mais problemas e deixo de ser confrontado com questões crescentemente complexas.... Mas não; eu acreditei que o Grupo ainda tinha hipóteses de ser recuperado e, nomeadamente quando foi anunciada a equipa do Dr. Miguel Cadilhe, achei que, finalmente, iríamos ter uma equipa de profissionais capazes de dar a volta ao projecto, capaz de captar a confiança dos accionistas e do mercado e, portanto, capaz de encontrar soluções apropriadas para se sanear o Grupo.

Portanto, foi muito essa a minha aproximação à situação, ou seja foi achar que iríamos ter um tempo próprio e adequado para atacar, de forma sistemática, aquilo que, ao longo daqueles meses turbulentos da ausência de estruturas, de ausência de condições para fazer o essencial, iria ser invertido a partir da nomeação de uma nova administração.

É que, de facto, nós tivemos um período de três ou quatro meses completamente louco, com uma instabilidade permanente, com até uma presença regular dos accionistas, que, obviamente, estavam preocupados com a situação e, portanto, estavam com muita frequência na própria sede da organização a tentar colaborar em encontrar soluções, mas tudo isso gerava, digamos, uma não normalidade na gestão das coisas.

Portanto, foi, acima de tudo, um período em que se tentou corresponder aos impulsos e ir atrás daquilo que eram as emergências e tentou-se aguentar a casa até haver uma solução de fundo. E essa solução, finalmente, veio e, enfim, depois as coisas evoluíram como todos sabemos, infelizmente para todos nós, mas por razões de vária ordem.

Mas foi essa a minha aproximação, durante esse tempo que estive lá, e, portanto, perante essa percepção crescente de um conjunto de situações que, para mim, eram situações que nunca tinha observado na vida.

A Sr.^a Helena Terra (PS): — Chegados aqui, chegamos àquilo que é a minha última pergunta e que dividiria, por uma questão de facilidade de raciocínio, em duas partes.

A 30 de Outubro de 2008, o Dr. Franquelim Alves dirige ao Dr. Miguel Cadilhe, na sua qualidade de presidente do conselho de

administração da SLN, o seu pedido de renúncia ao lugar que, até aí, vinha exercendo e, para isto, indica duas motivações, sendo a primeira aquilo a que o Sr. Dr. chama de ausência de condições para a gestão dos negócios da área não financeira, e o Sr. Dr., *grosso modo*, ao longo deste depoimento, já disse em que é que se traduziu esta ausência de condições e, portanto, parece-me que, por aí, estamos esclarecidos, mas há um segundo aspecto que o Sr. Dr. reputa como importante para esta sua decisão de renúncia e que tem a ver discordância quanto à estratégia adoptada para o eventual saneamento financeiro do Grupo SLN. Estou a ler aquela que é a comunicação que o Sr. Dr. faz em 30 de Outubro de 2008 ao Dr. Miguel Cadilhe.

Sr. Dr., a traço largo, é capaz de nos dizer em que é que se traduzia esta sua discordância quanto à estratégia adoptada para o saneamento financeiro?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Sr.^a Deputada, penso que, já há pouco, fiz um pouco referência a essa matéria.

Fundamentalmente o meu entendimento é que a solução para o estado em que o Grupo se encontrava tinha que ser uma solução BPN mais SLN. Isto é, a meu ver, não seria possível encontrar soluções com o apoio do Estado apenas para o BPN, deixando de lado a SLN, na justa medida em que a SLN tinha uma dependência financeira muito significativa do BPN e a SLN não financeira não tinha condições isoladamente para financiar as suas necessidades, porque a solução da venda de activos não era imediata, do ponto de vista de geração de caixa, e o meu entendimento é que provavelmente um pacote integrado do

Banco com a SLN seria, eventualmente, o único caminho para expor a real dimensão dos problemas e até atacar outra questão que era a grande quantidade de situações que, na área não financeira, estavam perigosamente em risco de, eventualmente, entrarem em colapso com impacto no emprego muito significativo, porque, do conjunto do emprego do Grupo, penso que o banco teria aproximadamente 2000 trabalhadores e os restantes 4000 seriam repartidos entre a área da saúde e outras áreas.

Estamos, pois, a falar, de facto, de uma dimensão de emprego muito significativa que, a haver um esforço do Estado, deveria esse esforço ser tratado de forma integrada e não apenas na vertente do banco.

É essa a razão fundamental.

A Sr.^a Helena Terra (PS): — Penso que, naquilo que constituiu resposta a este seu pedido de renúncia, o Sr. Dr. Miguel Cadilhe se mostrou algo desagradado e até, ao que parece do conteúdo da sua resposta, relativamente surpreendido pela atitude que o Sr. Dr. tinha assumido neste seu pedido de renúncia.

A este propósito, pergunto-lhe, sem querer de forma alguma, até porque não é objecto desta Comissão de Inquérito saber quais são hoje as relações que o Sr. Dr. mantém com o Dr., Miguel Cadilhe, depois de tudo isto que conduziu a este episódio final, e, portanto, na medida em que não for violador daquilo que é a essencialidade da vida privada e das relações que o Sr. Dr. tem como bem entender, gostava de saber quais são as relações que mantém, depois disto, com o Dr. Miguel Cadilhe.

E, para finalizar, até porque, depois daquilo que o Sr. Dr. acaba por dizer, parece-me que é uma questão que se impõe.

Discordando o Sr. Dr. da estratégia apresentada pelo Dr. Miguel Cadilhe, que é o presidente do conselho de administração de que estamos a falar, para viabilização financeira do Grupo – o Sr. Dr. já referiu que, do seu ponto de vista, não era possível fazer-se isto por departamentos isolados –, pergunto se o Sr. Dr. é dos que acha e vê, até porque discorda desta estratégia – e já nem lhe faço a pergunta se acha ou não que a solução seria a nacionalização –, a nacionalização, que acabou por ser feita, como um mal menor depois de tudo aquilo que conhece, partindo da sua discordância da estratégia assumida pelo conselho de administração presidido pelo Sr. Dr. Miguel Cadilhe.

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Em relação à primeira questão, diria que sempre tive uma excelente relação profissional com o Dr. Miguel Cadilhe e, portanto, guardo uma excelente experiência desse período e, ao fim e ao cabo, o motivo da minha saída foi, pura e simplesmente, aquele que referi e não tenho qualquer outro tipo de razões para além dessas.

De facto, não tenho tido contacto com o Dr. Miguel Cadilhe, mas também não o tinha antes de ter iniciado o trabalho com o Dr. Miguel Cadilhe no banco. Portanto, daí não decorre, a meu ver, qualquer tipo de conclusão a não ser essa.

Em relação à questão da solução nacionalização ou não, enfim, em minha opinião, penso que seria sempre necessária uma solução de intervenção do Estado chegado ao ponto a que se chegou. E, aliás,

subsequentemente até por aquilo que são os valores mais recentemente divulgados de imparidades, que admito que, em parte, decorram da própria degradação dos mercados e dos sistemas financeiros e também, em parte, provavelmente, da própria degradação da área não financeira, julgo que o apoio do Estado seria inevitável e necessário.

Se neste formato da nacionalização se noutro, eu não gostaria de me pronunciar sobre isso, embora seja óbvio que a dimensão dos problemas implicava uma intervenção e que essa intervenção teria que ter, a meu ver, também algum papel na gestão que não a mera cedência de fundos, parece-me óbvio até por razões de alguma protecção em relação à dimensão do financiamento que o Estado e o dinheiro dos contribuintes iriam implicar.

A Sr.^a Helena Terra (PS): — Muito obrigada, Sr. Dr., não desejo mais nada.

A Sr.^a Presidente: — Dou, agora, a palavra ao Sr. Deputado Hugo Velosa.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

Quero felicitar o Dr. Franquelim Alves também pelo conhecimento e a colaboração que nos deu, sobretudo no período em que esteve no Grupo SLN, com as suas funções e pela forma muito clara como deu explicações sobre a gravidade da situação e isso nós, naturalmente, na Comissão, registamos.

E, pensando na Sr.^a Presidente e pensando também nos colegas, vou fazer um interrogatório um pouco diferente e pedia ao Dr. Franquelim Alves que tomasse nota das questões, porque vou pô-las todas de seguida para ver se conseguimos mais alguma celeridade.

A Sr.^a Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Agradeço a celeridade, porque, normalmente, os primeiros depoimentos...

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Isto não é uma crítica aos colegas, cada um utiliza o método que entende.

A Sr.^a Presidente: — De facto, as primeiras questões são mais longas e torná-las mais curtas não tem sido fácil até pela elegância e discorrência do discurso do Sr. Dr. Franquelim Alves, que é um prazer ouvi-lo.

Faz favor, Sr. Deputado Hugo Velosa.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Então, a primeira questão que deixo é a seguinte: o Dr. Franquelim Alves foi muito claro, e isso fica nas actas, ao explicar a gravidade do que se passava no Grupo SLN, quando tomou posse, penso que em Novembro de 2007.

Sobre essa gravidade, utilizou aqui uma terminologia bem evidente, só não ouvi a palavra caos, mas, às vezes, até parecia um pouco o caos, e nós tomamos nota dessas situações.

Mas a primeira questão que lhe deixo é esta: perante isso, o Dr. Franquelim Alves nunca se interrogou por que é que, sendo a SLN

accionista única do BPN, o Banco de Portugal nunca interveio antes nessa situação quase caótica.

Disse, agora, o Sr. Dr. que se justificava a intervenção do Estado, na sua opinião, o que nós registamos, e, então, coloco-lhe uma outra questão: face a essa situação que, como ninguém, detectou desde Novembro de 2007, enquanto lá estive como administrador não financeiro, com participação em reuniões, nomeadamente no Banco de Portugal, nunca se questionou sobre se o Banco de Portugal não devia ter intervindo mais cedo e, por qualquer forma, no modo como era gerida a SLN, na parte não financeira? É que, naturalmente, como administrador, participando em reuniões, e com conhecimento também do que se passava, julgo eu, na área financeira, embora sem responsabilidades nessa área, nunca se questionou?

Depois, gostaria de saber coisas muito concretas: antes de tomar posse na administração não financeira do Grupo SLN, já sabia ao que ia, já tinha conhecimento do que se passava e desde quando e como é que chegou a essas conclusões, porque, presumo, que alguma coisa já sabia dessas irregularidades, sendo que até falou, de certa forma, em situações fraudulentas, que todos nós já fomos aqui apurando a pouco e pouco.

Já se falou aqui da carta que fez ao Dr. Miguel Cadilhe e eu gostaria de saber, em termos muito concretos, que papel é que teve, desde que o Dr. Miguel Cadilhe entrou para presidente do conselho de administração do BPN, e se terá passado ou não a executivo. E a pergunta muito concreta é: porquê? Por que é que deixou de ter as funções que tinha anteriormente com o Dr. Abdool Vakil?

Agora, os contactos com o Banco de Portugal e com o Banco Insular. Já falou aqui de três reuniões que teve no Banco de Portugal com outros administradores do Grupo e tocou ao de leve em algumas coisas que o Banco de Portugal estaria já a exigir – e nós tomamos nota –, nessa altura, ao Grupo.

Mas eu gostaria que me concretizasse, se possível, se houve outros assuntos que foram tratados, se o Banco de Portugal já teria manifestado alguma preocupação pela existência daquela forma de funcionamento, de que aqui falou, em cascata de *offshore* e em – não falou mas existia – triangulação do sistema de negócios entre o BPN, o BPN Cayman, BPN e o Banco Insular, e se o Banco de Portugal, nessa altura, deu a conhecer se existia algumas coisas dessas e já levantava questões.

Portanto, no início de 2008, entre Janeiro e Maio, foram essas reuniões que o Dr. Franquelim Alves teve no Banco de Portugal, tanto quanto percebi.

Até porque, por exemplo, eu poderia perguntar se o Dr. Franquelim Alves teve conhecimento dos pedidos que o Banco de Portugal já fazia antes, e até já foi falado nesta Comissão a existência de um *e-mail* de meados de 2007, enviado por um técnico do Banco de Portugal a um tal Sr. Carlos Magalhães do BPN, a solicitar informações sobre o Banco Insular. Ou seja, em 2007, o Banco de Portugal já estaria a pôr questões sobre o Banco Insular.

Portanto, a questão que lhe deixo é a de saber se tinha conhecimento disso, nomeadamente desses pedidos de informação sobre o Banco Insular.

Uma outra questão sobre o Banco Insular é a seguinte: quando é que o Dr. Franquelim Alves teve conhecimento, em concreto, da existência do Banco Insular? Antes de chegar? Quando chegou? Depois de chegar? Em que altura?

Temos conhecimento de uma carta do Dr. Abdool Vakil e do Eng.º Francisco Sanches que, a certa altura, reconhecem – já em Junho de 2008 – a titularidade do Banco Insular pela SLN.

Gostaria que dissesse a esta Comissão que conhecimento é que teve antes, nomeadamente para se chegar a esta conclusão. O Dr. Franquelim Alves era membro da administração da SLN na altura em que esta carta foi escrita, e, portanto, pergunto-lhe o que é que se passou antes em termos do conhecimento do Banco de Portugal sobre esta matéria. Podia não saber qual era a titularidade, mas pergunto-lhe se não sabia algo mais sobre o sistema de funcionamento do Banco Insular.

Agora, para terminar e ainda em relação ao Banco Insular, a situação é de enorme gravidade, como é evidente, perante as suas respostas, e ainda concluímos que, se calhar, ainda era mais grave, por isso pergunto se sabe, uma vez que esteve lá uns meses nessas funções, por que é que o Banco de Portugal não evitou, previamente, esta situação ou não procurou que o Grupo SLN BPN não chegasse a esta situação de quase caos, que o Dr. aqui nos transmitiu e que é, naturalmente, preocupante, por exemplo, quando aceitou a administração do Dr. Miguel Cadilhe – e o Dr. Franquelim Alves estava lá – por que é que, em vez disso, não nomeou uma administração para o BPN, que, de acordo com a própria lei, era uma arma que tinha ao seu alcance? Aliás, esta questão chegou, alguma vez, a ser proposta?

Portanto, perante isto, tenho de lhe perguntar, já que também se lhe perguntou como é que analisa a questão da nacionalização, como é que analisa o papel do Banco de Portugal nesta matéria.

Vou colocar-lhe só mais duas últimas questões: primeira, quem é que teve a iniciativa da auditoria externa? Foi a administração do Dr. Miguel Cadilhe, da qual fazia parte? Ou foi uma imposição do Banco de Portugal?

A última questão é a da gestão muito má, defeituosa e irregular, com todos os epítetos que aqui disse e nós concordamos com eles todos, e eu fiquei com uma dúvida sobre a questão das garantias reais.

E, sobre isso, deixo-lhe, desde logo, uma questão: havia empréstimos e créditos concedidos pelo BPN sem garantias reais ou se havia, pura e simplesmente, empréstimos e créditos sem qualquer tipo de garantias?

Quero dizer que, ainda há tempos – e já agora penso que o posso fazer, porque não violo nenhuma regra, porque, pelo menos, foi do que me apercebi –, quando houve esta questão da Caixa Geral de Depósitos relativamente à Cimpor/Manuel Fino, nós concluímos que, na administração anterior da Caixa Geral de Depósitos, houve empréstimos, nomeadamente à Cimpor, que é evidente que é uma grande empresa deste País, sem garantias reais ou, melhor, as únicas garantias eram as próprias acções e, quando a Bolsa veio por aí abaixo, foi o que vimos...

Portanto, a questão que queria era saber se, no caso da SLN, houve ou não casos de empréstimos ou de créditos sem qualquer tipo de garantias, ou, então, que tipo de garantias é que eram exigidas, pelo menos, na altura em que o Dr. Franquelim Alves lá esteve.

A Sr.^a Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Franquelim Alves para responder, por favor.

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — O Sr. Deputado fez algumas perguntas sobre a questão de saber se o Banco de Portugal actuou em devido tempo, se mais cedo, se mais tarde, ou se, face à informação existente, não deveria ter uma actuação mais rápida.

Penso que é um tema que, mais do que avaliá-lo, esta Comissão, em devido tempo, com toda a informação e com os depoimentos de quem passa por aqui, estará em condições de precisar e determinar.

Sr. Deputado, eu não terei muito a dizer, porque o meu tempo de permanência naquele Grupo foi relativamente curto e é muito difícil ter uma avaliação precisa e rigorosa de todos os trâmites que foram evoluindo, ao longo do tempo, nessa matéria.

Evidentemente que há uma coisa clara que é uma quantidade significativa de temas e perguntas que o Banco de Portugal colocou, ao longo do tempo, e que estavam por responder na altura em que nós, com o Dr. Vakil, tomámos posse, e eu não consigo avaliar o que é de toda nessa listagem significativa de falta de informações poderia ter sido mais eliminado e poderia ter implicado uma actuação mais actuante do Banco de Portugal ou se, pelo contrário, todo esse processo decorreu de uma estratégia permanente e continuada de não resposta deliberada.

Portanto, não gostaria muito de entrar nessa matéria, se o Sr. Deputado estiver de acordo, porque é um pouco diferente do tema da nacionalização, porque, aí, trata-se de avaliar se, do ponto de vista

financeiro, haveria ou não outra alternativa e, portanto, o que disse foi que me parecia que, em qualquer circunstância, face à dimensão dos problemas, era necessário haver uma intervenção do Estado, sendo que não defendi que ela tinha que ser necessariamente a nacionalização, mas que teria que haver uma solução com o suporte do Estado, pois penso que isso era indispensável.

Quanto ao saber ao que ia quando tomei posse, de facto, não sabia. Isto é, se eu tivesse a noção da gravidade das situações com que deparei desde que tomei posse até Junho, obviamente que nem teria tomado posse...

O que acontece é que, de facto, havia uma situação clara de ausência de informação, de opacidade total e, portanto, como disse no início, a informação não fluía e coisas tão básicas como saber a listagem das garantias emitidas ou *comfort letters* emitidas pela *holding*, não tinham um depósito algures na sede para nós percebermos quais eram as responsabilidades contingentes associadas a esse tipo de situações. Isso é um caso pouco importante, mas que releva da situação.

Portanto, o que acontece é que isto é um processo gradual de tomada de conhecimento que, obviamente, evolui no sentido da necessidade de se fazer um levantamento exaustivo das situações que, penso, a auditoria, lançada pela administração do Dr. Cadilhe, foi, de facto, o ponto de partida para esse levantamento e essa elencagem exaustiva.

A auditoria externa – e eu posso confirmar essa questão mais à frente – foi da iniciativa desse conselho de administração e, portanto, aí,

claramente, havia uma percepção que era fundamental lançar um trabalho de levantamento exaustivo das situações do Grupo.

Acontece que, de facto, foram lançadas duas auditorias: a auditoria da Deloitte para avaliar toda a situação do Grupo e a auditoria da Mazars que, penso, se baseou, em larga medida, não só mas também na informação que prestei e que se concentrou, única e exclusivamente, na vertente do Banco Insular.

Mas, portanto, quer num caso quer no outro, foram iniciativas da administração presidida pelo Dr. Miguel Cadilhe.

Quanto às minhas funções, quero dizer que eu não era não executivo; eu continuei a ser executivo na administração do Dr. Cadilhe com responsabilidade na área não financeira e, portanto, mantive-me, no essencial, com as mesmas funções, sendo que acompanhava um pouco as questões de *reporting* da holding e, aí, finalmente criou-se uma estrutura e essa estrutura foi alocada ao Prof.º Carvalho das Neves.

Quanto às reuniões com o Banco de Portugal, que me recorde, os temas tinham sempre muito a ver com a história das *offshore*, dos UBO das *offshore*, das necessidades de aumento de capital, do problema dos rácios de solvabilidade.

Penso que o assunto do Banco Insular, tanto quanto me recorde, terá sido falado provavelmente na última reunião em que eu estive. E, mesmo aí, não consigo precisar com rigor se foi tema de abordagem.

Não conheci pedidos do Banco de Portugal sobre o Banco Insular de 2007 e o meu contacto inicial, por assim dizer, com o Banco Insular, penso que também já referi nesta audiência, foi em finais de Fevereiro numa nota que os accionistas prepararam numa conversa com o Dr. Oliveira e

Costa em que fazem referência à existência do Banco Insular e, portanto, na sequência dessa nota, que é muito contemporânea com a problemática que, depois, começa a ser discutida no conselho do Banco Insular e, em primeiro lugar, na dimensão, digamos oficial, do Banco Insular, em que se discute a tal questão de o banco poder ser comprado ou pelo BPN ou ser colocado junto de entidade terceira e, enfim, depois daí para diante, digamos, todo o processo entrou em fase de aprofundamento e de averiguação até chegar ao ponto onde chegou que foi, de facto, a carta de 2 de Junho que é, no fundo, a materialização objectiva, factual e rigorosa de uma situação que foi sendo coligida ao longo do tempo.

Já disse, que a primeira vez que tive um conhecimento exaustivo da lista de mutuários do Banco Insular, dentro e fora, foi durante o mês de Maio. Recordo-me, perfeitamente, de uma reunião em que os funcionários do banco tinham essa informação e foram lá e começaram a listar o nome dos mutuários.

Portanto, a dimensão precisa de todo este problema, com a vertente *in and out*, e peço desculpa da designação, acontece de forma sistemática ao longo de Maio e, durante esse tempo, há a aclaração do problema de saber quem é o titular do banco do ponto de vista da *offshore* e quem é o beneficiário dessa *offshore*, chegou a haver várias discussões à volta disso, inclusivamente sobre saber se se poderia ou não prestar informação ao Banco de Portugal, tendo em conta que, sendo o Banco Insular um banco da esfera de regulação de Cabo Verde e não estando clarificado o problema da titularidade, o BPN e a SLN não poderem prestar essa informação.

Portanto, houve aqui todo um conjunto de formalismos que, inevitavelmente, arrastaram o processo até à solução, de facto, de preto no branco, em carta, da realidade do Banco Insular.

Sobre a questão das garantias reais, eu nunca tive uma listagem exaustiva da situação dos financiamentos do BPN às empresas do Grupo e quais é que tinham garantias e quais é que não tinham.

De qualquer modo, a minha sensação era que, de facto, havia uma componente muito significativa que não tinha garantias reais. Isso era uma prática que, de facto, existia e, provavelmente, decorria da estratégia que era, por um lado, financiar numa primeira instância com bancos do exterior e, depois, começar a financiar com o BPN.

Mas, isto, enfim, é uma mera suposição das razões que estavam por detrás. Mas havia, de facto, essa característica, que não consigo precisar se era em 30, 40, 50 ou 60% da totalidade do crédito, mas era uma característica, de facto.

A Sr.ª Presidente: — Sr. Deputado, está satisfeito?

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Obrigado, Sr.ª Presidente.

A Sr.ª Presidente: — Dou, agora, a palavra ao Sr. Deputado Honório Novo, perguntando-lhe se quer fazer as perguntas todas de uma vez ou pergunta a pergunta.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Acho que, dado o adiantado da hora e para não massacrar ninguém, vou fazer as perguntas todas em conjunto,

até porque o Sr. Dr. Franquelim Alves já está aqui há várias horas e, enfim...

A Sr.ª Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado, pela sua colaboração.

Então, faz favor.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., ainda colocando a questão do convite que lhe foi feito pelo accionista Joaquim Coimbra, quando se convida uma pessoa para uma área, para dirigir, para ser, digamos, o CEO da área não financeira, naturalmente que comunica-se, julgo eu, qual é a intenção do grupo accionista para a totalidade do Grupo e, portanto, pergunto-lhe se sim ou não lhe foi referido qual deveria ser, no final de Outubro/Novembro de 2007, o responsável pela área financeira ou, dito de outra forma, qual deveria ser o responsável de topo do Grupo.

E, ligando isto a uma outra questão, que já aqui referiu, o Dr. Franquelim Alves disse aqui que tinha a noção que a administração Vakil era uma administração transitória, e eu pergunto-lhe quando é que teve essa noção, se isso era um facto adquirido ou se foi um facto que foi sendo conhecido, porque, tanto quanto sabemos, o próprio conselho superior, o grupo de accionistas, durante os primeiros meses de 2008, continuou a reunir-se formal e informalmente.

Portanto, dois momentos, duas pessoas, uma estrutura global em Novembro/Outubro de 2007, e depois, mais tarde, características da administração Vakil.

O Sr. Dr. era presidente das diversas sub-*holdings*, uma das quais, a da indústria, a Plêiade. Foram aqui abordados alguns investimentos na área da indústria que, com a excepção da Labicer, pertenciam à Plêiade, CNE, INAPAL, etc. Pode dizer-se que a área da indústria era, provavelmente, dentro do Grupo SLN, a área com mais problemas no que diz respeito a investimentos industriais do tipo – para utilizar a sua expressão – megalómanos ou com uma gestão pouco profissional, pelo menos, relativamente à dimensão financeira que implicava. Pergunto: a área da Plêiade era a mais problemática deste ponto de vista?

E porque estamos a falar de empresas do Grupo da área da indústria, e o Sr. Dr. teve o cuidado de dizer, logo no início, que esta empresa também ficou sob a sua alçada, porque era, de facto, da área industrial – e estou a falar, naturalmente, da Labicer – eu queria saber mais qualquer coisa sobre isto, não sobre aquilo que já disse, mas sobre aquilo que o Sr. Dr. terá apurado relativamente a esta empresa, nomeadamente o tipo de mercados preferenciais, pois eu gostava de perceber se sim ou não o Médio Oriente, os países árabes, eram ou não um mercado privilegiado, pelo menos em termos de intenções, e se havia algum representante da empresa, algum comissionista, algum intermediário ao nível dos mercados para essa área ou para outras. E estou concretamente a falar de uma pessoa que tem sido, por diversas vezes aqui falado, que é o Sr. El-Assir. Portanto, pergunto-lhe se tem conhecimento de alguma relação deste tipo com a Labicer?

Já foi respondido, e com cabal capacidade de síntese, a sua opinião sobre quem é que, de facto, avançou com uma auditoria extraordinária externa ao Grupo, que, na sua opinião, não lhe oferece dúvidas, porque o

Sr. Dr. deve estar a acompanhar, de uma forma permanente, estas audições e sabe que há aqui um ponto nevrálgico, digamos, de contradição, porque o Dr. Vítor Constâncio diz que foi ele e o Dr. Miguel Cadilhe diz que foi ele e, portanto, os dois ao mesmo tempo não podem ser.

Mas a sua opinião é importante e passo à frente e não lhe faço essa pergunta que tinha para lhe fazer.

Relativamente àquilo que o Sr. Dr., em relação ao que disse aqui já hoje, considerou como um acto de prudência o facto de, num determinado momento, se ter conhecido uma situação real ou, pelo menos, estimada do Grupo, ou, pelo menos, ter conhecido de uma forma mais alargada ou formal, através do documento apresentado em Março, numa reunião, o tal documento *O estado da nação*, ou uma aproximação desse documento, o Sr. Dr. disse que compreende que a situação não tenha sido imediatamente reportada ao Banco de Portugal por razões de prudência, por razões de avaliação quantitativa de todos os efeitos enunciados.

Bom, independentemente da polémica que pode haver sobre esta sua interpretação, consideremos como bom esse acto de prudência.

Na altura, ou um pouco antes, foi tomada a iniciativa de contactar o Banco Central de Cabo Verde por parte da mesma administração, Grupo SLN, e eu pergunto-lhe se a prudência não deveria ser a mesma para os dois lados, ou por que é que o senhor acha que mandava a prudência não comunicar ao Banco de Portugal e por que é que não levanta as mesmas observações quanto às comunicações do mesmo tipo, na altura ainda

relações privilegiadas, admitamos, entre o BPN e o Banco Insular com as relações com o Banco Central de Cabo Verde?

Sr. Dr., temos curiosidade em saber alguns nomes e, portanto, se lhe perguntar, e não for indiscrição nem tiver impedido pelo segredo, vou fazer-lhe algumas perguntas sobre nomes e creio que não será segredo de Estado se nos puder informar.

O Sr. Dr. foi a uma primeira reunião com o Banco de Portugal, disse, com o Dr. Oliveira e Costa e dois accionistas. Ora, nós estamos interessados em saber quem eram esses accionistas.

Sr. Dr., ainda sobre as contas de 2007 e as reservas sobre essas contas que foram exaradas pelos ROC, pelos auditores, houve aqui alguém que, do ponto de vista técnico, considerou essas reservas do pior que se pode colocar como reservas relativamente às contas de um Grupo, e eu não sei se tem a mesma opinião ou não, mas quem o disse foram pessoas que estão ligadas intimamente ao problema da análise de contas deste tipo e que avaliaram aquele tipo de reservas como reservas do pior que se pode escrever.

Mas, pergunto: quando o Sr. Dr. assinou essas contas, e por serem comunicadas ao Banco de Portugal, não lhe pareceu que a existência destas reservas deveria ter suscitado imediatamente uma reunião entre o Banco de Portugal e os administradores da SLN para verificar até que ponto é que aquelas reservas tinham significados graves, partindo do princípio que o tipo de reservas feitas eram, de facto, do pior – a expressão não é minha, Sr. Dr.! – que se pode escrever sobre as reservas feitas a contas deste tipo de grupo ou de bancos ou de empresas do mesmo tipo?

Não lhe parece que deveria ter havido ou de vossa iniciativa, porque as consideravam graves, ou da iniciativa do Banco de Portugal, imediatamente, uma reunião para tratar exclusivamente este assunto quanto mais não fosse?

E, agora, volto ao princípio, às perguntas que tinha alinhavado inicialmente, para lhe falar da OPI 92.

Percebo que é difícil entender, de uma penada, qual é a estrutura accionista da OPI 92, Pluripar e depois a rede de 27 veículos, conforme organigrama que aqui tenho, que estão na dependência maioritária da Pluripar.

Mas o que queria perceber era exactamente se o Sr. Dr. tem noção das relações de domínio entre a OPI 92 e a Pluripar, sem dúvida, porque há, havia ou houve, durante algum tempo, dúvidas sobre quem dominava o quê e, se sim ou não, a OPI 92 tinha uma participação de facto maioritária na Pluripar e, portanto, naturalmente em todas aquelas 27 ou não. Portanto, gostava de ouvir a sua opinião.

E gostava também de ouvir a sua opinião sobre como é que se explica – ia utilizar um termo muito usado em gíria financeira, mas não vou e não vou até porque a pessoa vai ser ouvida a seguir e não queria utilizar este termo por indelicadeza – que, numa fase inicial, se diga que o Sr. Fantasia tem uma percentagem de 80% na OPI 92 e os restantes 20% pertenciam à SLN, como é que se explica, dizia eu, para quem nos ouve, com clareza e não com subterfúgios, nem números, nem expressões redondas que não clarificavam nada, que, passado um tempo, a estrutura accionista afinal não seja esta mas, sim, Fernando Fantasia 10% e, depois, o conjunto do universo SLN com 90%.

Uma última questão, relacionada também com ao OPI 92: Sr. Dr., eu sei que aqueles 27 veículos, cada um tem o seu terreno, mas o que estou interessado em saber é em que data, se é que se recorda, ou por que altura é que são feitas as aquisições dos terrenos que rodeiam o novo aeroporto de Alcochete? Isto é, são feitas antes ou depois, para nós percebermos até que ponto é que podemos ou não estar perante um caso de *inside information* que conviria averiguar.

Finalmente, a última pergunta tem a ver com a nacionalização, mas não é nos mesmos termos que foi colocada pelos colegas que me antecederam e, por isso, é que eu a repito.

Percebemos qual era a sua opinião que, aliás, foi exarada numa carta de demissão dirigida ao Dr. Miguel Cadilhe, percebemos que não queira comentar que reconheça que tenha dito que, porventura, seria sempre necessária uma intervenção do Estado, e eu não lhe vou pedir que comente a nacionalização, vou-lhe pedir, sim, uma opinião, mas não sou o primeiro, sou, quando muito, o terceiro a fazer-lhe esta pergunta e, portanto, sinto-me confortável para lhe pedir uma opinião enquanto depoente, partindo do princípio que a nacionalização foi feita tal como está, partindo do princípio que, na realidade, foi nacionalizado o BPN: tendo em conta aquilo que disse na carta ao Dr. Miguel Cadilhe, e partindo do princípio, deste e não de outros, que a nacionalização era uma opção, o que é que acha que seria melhor, isto é que a nacionalização tivesse sido apenas feita como foi feita, envolvendo o BPN, que a nacionalização tivesse sido feita envolvendo toda a área financeira, BPN SGPS ou, terceira hipótese, que a nacionalização tivesse abarcado todo o Grupo?

É esta a questão que gostava de ver respondida.

A Sr.^a Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Franquelim Alves para responder.

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Primeira questão: de facto, foi-me comunicado que a intenção dos accionistas era introduzir um novo modelo de governo no Grupo, que tinham encontrado uma solução para a área não financeira e que estavam à procura de uma solução equivalente para gerir a área financeira mas que ainda não tinham um nome.

Digamos, que havia aqui um plano inacabado, porque, de um lado, a área não financeira poderia, a partir daí, iniciar um processo da criação de uma estrutura de gestão própria, mas os accionistas teriam também que encontrar uma solução de alguém para gerir a área financeira.

Portanto, esse foi um assunto, à época em que fui convidado, que era um ponto em aberto, não resolvido e que, supostamente, iria ser resolvido ao longo dos primeiros meses de 2008.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E quanto ao presidente do conselho de administração?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Sr. Deputado, na primeira versão...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Na primeira versão, exactamente! Já temos tido aqui vários nomes e, por isso, é que eu gostava de saber...

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — E eu já referi aqui que, no primeiro formato que os accionistas apresentaram, ainda havia, tanto quanto eu percebo, a intenção de manter o Dr. Oliveira e Costa como um presidente não executivo e, portanto, ficaria um CEO para a área não financeira e um CEO para a área financeira.

A partir do momento em que o Dr. Oliveira e Costa sai, passa a discutir-se uma solução simultânea, isto é, uma solução que, por um lado, signifique encontrar um presidente para a área não financeira que, em princípio, seria também o presidente do Grupo, tendo em conta que, do ponto de vista do peso das duas áreas, claramente, a área financeira pesava muito mais do que a área não financeira em termos de activos e de resultados e, portanto, foi nesse ponto que fomos ficando ao longo do tempo até que surge, de facto, a nomeação do Dr. Abdool Vakil...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Posso interromper?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Faça favor.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., nesse percurso, nunca lhe foi dito ou sugerido que o novo presidente do conselho de administração, e naturalmente o responsável pela área financeira, podia ser o Eng.º Francisco Sanches?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Não, Sr. Deputado.

Lembro-me de uma vez ter saído num jornal, nessa fase transitória, que o Eng.º Francisco Sanches poderia ser o futuro presidente, mas internamente nunca vi nenhuma referência a essa solução.

Portanto, como estava a dizer, surgiu a solução do Dr. Abdool Vakil, que me foi apresentada pelos accionistas, desde o início, como provisória e, portanto, não é uma coisa que ele vá tendo a percepção ao longo do tempo, porque, desde o primeiro minuto para não dizer do segundo, que eu tinha informação de que a intenção dos accionistas era encontrar uma solução provisória, com o objectivo de, a prazo, encontrar uma solução definitiva, que, enfim, depois gerou, efectivamente, todo o período difícil, com especulações permanentes nos jornais sobre quem seria o futuro presidente com todo arrastamento da situação que se conhece.

Sobre a questão da Plêiade, não tenho de memória os valores dos activos e passivos das várias áreas. Diria que havia três áreas que tinham um peso significativo em termos de dívida, que eram a área da indústria, portando consubstanciada na Plêiade, a área do comércio automóvel e a área imobiliária, por aquilo que já explanei.

Portanto, eram todas áreas que, de facto, consumiam muito capital. A Plêiade, efectivamente, tinha um conjunto de negócios que eram, efectivamente, problemáticos, como a SPPM, os Cimentos, de que me estou a lembrar e não sei se mais algum, mas eram, de facto, dois negócios com – e já tive oportunidade de falar sobre isso – problemas sérios.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não quero que desenvolva, porque já desenvolveu.

Portanto, são negócios do tipo megalómano, do tipo que faz lembrar os da Biometrics Imagineering em Porto Rico.

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Esse eu nunca acompanhei, Sr. Deputado.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Faz-nos lembrar, a nós...

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Da Labicer não havia propriamente um privilégio. Da lista que eu vi de clientes e de países para onde se exportava, não havia propriamente uma preponderância fosse do que fosse, portanto, nunca notei que existisse ali preponderância de países árabes, mas também não tenho presente qualquer tipo de estatística com a análise disso.

Mas do trabalho que fiz, que foi o trabalho de um dia, não me saltou essa situação e o que constatei foi, acima de tudo, uma diversidade total de mercados em que se vendia e, em muitos casos até, quantidades perfeitamente mínimas de produto.

Também não tive nenhuma indicação de qualquer intermediário nestes negócios e, portanto, naturalmente de El-Assir também não tive.

A Labicer tinha um departamento comercial e tinha um conjunto de equipas comerciais que tinham a função exactamente de vender e grande parte destas vendas, tanto quanto também me apercebi na altura, eram colocadas em feiras internacionais.

Portanto, quando havia a feira de cerâmica algures em Itália ou em Barcelona ou não sei aonde, ia uma equipa comercial da Labicer lá,

fechava um conjunto de encomendas e, nessa base, garantia encomendas. E, por isso, havia até, de facto, uma oscilação muito significativa dos mercados, dos clientes e dos países, que, em cada ano, eram objecto da colocação do produto e, portanto, eram coisas pouco consolidadas.

Sobre a questão de ser ou não um acto de prudência de ter falado ao Banco de Cabo Verde e não ter falado ao Banco de Portugal, penso, Sr. Deputado, se me permite, que são duas situações distintas: o tema do Banco de Cabo Verde, tanto quanto eu avaliei na altura – e esse foi o assunto mais discutido ao nível do banco propriamente dito –, era de procurar confortar o banco no sentido de que o BPN encontraria uma solução que viabilizaria o Banco Insular face às dificuldades de capital que o banco tinha. Isto é, havia uma preocupação do Banco de Cabo Verde e, portanto, a mensagem dada foi que o BPN estaria activamente procurando encontrar soluções para resolver o problema do Banco Insular.

E como já referi também, nessa altura, daquilo que era do meu conhecimento, o problema do Banco Insular é que era um banco que tinha activos e passivos num total de 200 milhões de euros.

Outra questão, depois, é a percepção que se tem da gravidade, a meu ver muito mais significativa, de haver um banco que, para além da utilização abusiva de fundos, tem uma dimensão completamente não declarada de activos e passivos que, pura e simplesmente, caem no buraco negro e que são qualquer coisa como 400 a 500 milhões de euros.

Portanto, penso que a gravidade dessa situação, a necessidade de aclarar, com rigor, a titularidade do banco e toda esta realidade, justifica uma atitude cautelosa de levantamento exaustivo do que se passa, de

percepção daquilo que se passa, até se efectuar a verdadeira comunicação ao Banco de Portugal. É assim que eu entendo a questão.

Quanto aos dois accionistas presentes na reunião, penso que foram os Srs. Joaquim Coimbra e o Almiro Silva, que foi na qualidade dupla de accionista e de administrador.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., recorda-se em que data é foi essa reunião?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Talvez em inícios ou meados de Fevereiro.

Quanto ao tema da reserva às contas, de facto, a reserva de âmbito é uma reserva que, ao fim e ao cabo, transmite uma mensagem de que aquelas contas podem ter ajustamentos importantes.

Julgo que essa reserva vai em linha com aquilo que o próprio conselho escreveu, de uma forma mais *soft*, no próprio relatório, porque refere no relatório que, efectivamente, está a averiguar situações que podem ter impacto nas demonstrações financeiras.

Sobre a convocação de uma reunião do Banco de Portugal no momento do relatório, julgo que, em larga medida, nessa altura, havia um conjunto de reuniões, que, depois, deram na comunicação ao Banco de Portugal da situação das acções próprias detidas por veículos, que se reconheceram que eram da SLN, e que é um dos temas que consta do relatório e, em Junho, finalmente com a carta do Banco Insular, diria que, no essencial, por essa via, houve uma comunicação daquilo que, de facto,

consubstanciava quer a reserva, quer a referência no relatório da administração.

Quanto à OPI 92 e à relação de domínio, de facto, nesta matéria, e este foi mais um *dossier* que se prolongou ao longo do tempo, a percepção do que é que era a OPI 92 e de quem era a OPI 92 e quem eram os beneficiários da OPI, não era possível alcançar porque não havia nada escrito que o comprovasse. Eu nunca vi nada escrito. Havia declarações que diziam que esta sociedade era detida pelo Sr. Fantasia, mas, na realidade, em última instância, o beneficiário da sociedade deve ser a SLN ou a SLN Valor. E é importante distingui-las, porque a SLN Valor é uma estrutura que está acima da SLN e que representa apenas uma parte do capital, ainda que importante.

Na altura da administração presidida pelo Dr. Miguel Cadilhe, entreguei o *dossier* da OPI 92 ao Dr. Miguel Cadilhe e foi o Dr. Vila Cova que acompanhou mais esse processo, embora eu ainda continuasse a acompanhar e a ajudá-lo na percepção de todo este problema. E houve, de facto, um momento em que aquilo que aparentemente era uma verdade inquestionável, em que a OPI detinha 50% da Pluripar e o outro accionista detinha os restantes 50%, parece não ser exactamente assim porque, pelo meio – e eu, por exemplo, nunca tinha tido um conhecimento mínimo disso – havia a interposição de algumas *offshore* que, na regularização que, nessa altura, aparentemente, estava a ser efectuada, podiam implicar um ajuste na estrutura de capital que não fosse na base dos *fifty-fifty*.

O Dr. Fernando Fantasia comunicou-nos isso, dizendo que, de facto, havia uma situação que se estava a passar e que, aparentemente, estava a

haver aqui um reajuste pelo interesse económico final dos dois parceiros que não era consistente com aquilo que, aparentemente, era o passado da situação, e nós, aí, conseguimos actuar com a ajuda dos advogados e, tanto quanto é do meu conhecimento, pelo que ouço, essa tentativa de reajuste da estrutura de capital que não fosse na base dos *fifty-fifty*, mas, enfim, depois, eu saí e não acompanhei a fase final, mas penso que, tanto quanto me consegui aperceber, a lógica *fifty-fifty* conseguiu preservar-se.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Prevaleceu!

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Conseguiu preservar-se.

Sobre datas de aquisição dos terrenos, Sr. Deputado, não consigo dizer, porque nunca fiz uma análise detalhada do histórico da aquisição de terrenos e, portanto, a informação que tinha desta área, era uma informação muito compactada e eu preocupei-me, acima de tudo, em tentar encontrar soluções para este problema da estrutura e do interesse económico do capital, pelo que não tenho nenhuma informação que permita determinar se foi antes ou se foi depois e o que posso dizer é que, no meu tempo lá, não foi, tanto quanto eu saiba.

O Sr. Honório Novo (PCP): — O seu tempo qual?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Entre a minha entrada em Dezembro e...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não, tinha que ser algo próximo! A sua entrada é em...

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Finais de Novembro de 2007.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Portanto, sempre antes de Novembro de 2007.

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Sim, sim.

Só se alguma coisa ocorreu de que eu não tenha tido conhecimento.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Já é uma ajuda, já é uma ajuda!

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Quanto à questão da nacionalização, eu acho, por aquilo que disse, que o que fazia sentido era sempre uma aproximação integrada a todo o problema, isto é, ao conjunto do Grupo. Isto é, admitindo que o Grupo estava de tal maneira..., na minha opinião, enfim, posso estar errado na análise, mas, na minha visão, acho que havia ali assim um cordão umbilical entre a área não financeira e o banco que qualquer solução, a meu ver, teria que passar sempre por uma solução integrada que, depois, tratasse todo o conjunto de activos também de forma integrada.

Portanto, admito que essa fosse a melhor solução, mas, Sr. Deputado, evidentemente que aí é uma área de grande subjectividade de análise, como poderá calcular. Esta é a minha opinião sobre a matéria.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Ó Sr. Dr., na sua opinião, obviamente, com o subjectivismo que isto implica, o senhor entende que, feita a opção pela nacionalização, a modalidade mais aconselhável, até por aquilo que escreveu o Dr. Cadilhe, seria, portanto, se bem percebi, a nacionalização de todo o Grupo.

A Sr.ª Presidente: — O Sr. Deputado está satisfeito?

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sim, Sr.ª Presidente.

A Sr.ª Presidente: — Antes de continuarmos, pergunto ao Sr. Dr. se quer interromper ou se aguenta mais duas pequenas perguntas.

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Sim, mais duas pequenas perguntas ou mais dez pequenas perguntas, aguento.

A Sr.ª Presidente: — Muito bem.

Então, tenho o Sr. Deputado Afonso Candal inscrito, a quem dou a palavra e peço para que seja breve, porque temos o outro convidado há muito tempo à espera e o Sr. Dr. Franquelim Alves já há muito tempo exposto a este sacrifício.

Faz favor, Sr. Deputado.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Muito obrigado, Sr.ª Presidente.

Sr. Dr., peço-lhe antecipadamente desculpa por este extra, em termos de questões, mas penso que algumas são precisões e não são propriamente novas questões e outras, enfim, sê-lo-ão.

Primeiro ponto: confesso que não consegui perceber, e ouvi a sua explicação, que são lançadas duas auditorias a duas empresas distintas: uma ao universo SLN e outra especificamente ao Banco Insular, numa altura em que se estava a admitir internamente – e era, aparentemente, claro para todos, mesmo para aqueles que operavam tranquilamente e tinham informações relativamente ao Banco Insular – que o Banco Insular fazia parte do universo SLN.

Daquilo que percebi da sua explicação era pelo facto de, de alguma forma, o Banco Insular reportar-se a uma entidade de direito de Cabo Verde e, portanto, reportar a outra entidade que não ao Banco de Portugal.

Mas, pergunto-lhe qual é a relevância disso se também nos diz que isto não tem nada a ver com o Banco de Portugal e que foi por iniciativa própria da SLN? Acho que pode fazer sentido, uma vez havendo uma solicitação do Banco de Portugal, como também julgo que sabe que é uma linha defendida e, enfim, demonstrada por alguns, que há, de facto, uma solicitação para uma validação daquilo que são as contas, embora não me recorde agora dos termos, do universo da SLN por parte do Banco de Portugal, o que daqui podia fazer decorrer essa reflexão e que a administração da SLN diria: muito bem, então vamos fazer a auditoria ao universo da SLN, de acordo com o solicitado pelo Banco de Portugal, e, já agora, aproveitamos para fazer uma outra ao Banco Insular, que é matéria que não foi solicitada pelo Banco de Portugal.

De outra maneira, confesso que não consigo perceber, porque acho que mandaria, porventura, até numa lógica de economia, que fosse apenas uma empresa a fazer a auditoria a todo o universo da SLN, tanto mais que, na altura, era pacífico que o Banco Insular se integrava nesse universo da SLN. Porque a questão de ser uma entidade de direito de um país que não Portugal... Bem o universo da SLN tem outras entidades nessa circunstância, se bem julgo saber.

Portanto, esta é a primeira questão que lhe deixo, desde logo.

A segunda questão tem a ver com o seguinte: houve aqui vários depoimentos sobre a questão do Banco de Portugal e o que devia ou não devia ter feito e da informação que tinha ou não tinha, confesso que, de facto, tenho ouvido muitos depoimentos, muitas opiniões e outros tantos palpites, agora, a pergunta importante, julgo eu, que gostava de lhe fazer, é a de saber qual foi o seu contributo formal e oficial para que o Banco de Portugal tivesse conhecimento fosse do que fosse e sobre o qual pudesse ter agido. Ou seja, que tipo de comunicação há, em termos formais, para que possamos sair um pouco das opiniões e do ouvi dizer que, mas também não disse a muitos... De facto, o que é que há de formal que possa, enfim, ser meramente indiciador, é certo, que criasse uma certa obrigação ao Banco de Portugal, independentemente de podê-la ter de outra forma ou não, mas, repito, que criasse uma obrigação de agir face àquilo que eram informações que lhe estavam a ser prestadas.

Depois, gostaria de perguntar ao Sr. Dr. se conhece algum negócio, feito no âmbito da SLN ou de qualquer uma das empresas do universo da SLN, que possa ser considerado como um negócio simulado, porque, enfim, há partes mas, no fundo, não há partes nenhuma e, portanto, há

uma simulação de passagem de titularidade ou de propriedade mas que, na verdade, digamos, é uma mera transferência interna.

Concretamente, conhece negócios do género com empréstimos do BPN com direito ou, porventura, até obrigação de recompra, expressão que o Sr. Dr. utilizou há pouco, no caso de não haver uma valorização? Bem, e, depois, de não haver esse direito de recompra no caso de haver essa valorização.

Ou seja, permito-me resumir singelamente o seguinte: o BPN emprestava para comprar determinado activo e se, ao fim de algum tempo, esse activo não valorizava, ficava para o BPN, mas, se valorizasse, ficava para alguém, e, porventura, mais tarde, para a SLN. Ou seja, em resumo, aquilo que corria mal era do BPN e aquilo que corria bem era da SLN.

Portanto, pergunto-lhe se conhece algum tipo de negócio destes, em genérico, e, depois, permita-me que lhe pergunte se pode ilustrar, em concreto, algumas situações que possam corresponder a esta minha descrição, em traços largos obviamente.

Depois, também a esse respeito, permita-me que lhe faça a pergunta de várias formas, admitindo que possa não querer responder a algumas, mas permita-me fazer a pergunta, que não tem nenhuma intenção de resposta prévia, para saber o seguinte: o seu vencimento contratado da última administração, quanto julgo saber, era de 700 000 euros por ano brutos, salvo se as fixadas numa data anterior fossem superiores, não só a condição de vencimento mas outras. E a primeira pergunta que lhe ponho é a seguinte: eram?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Não. Não eram.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Agradeço a sua resposta porque me permite encadear as perguntas de uma forma mais compreensível.

E, então, porquê esta cláusula? Ou seja, não era sabido na altura? E, já agora, quais eram as condições que tinha no contrato anterior, nomeadamente aquilo que era anunciado em termos de vencimento, que já nos disse que era inferior, mas se quiser, embora podendo não quantificar em concreto, dar-nos uma ordem de grandeza, isto é, se era metade, se era um terço, se eram dois terços... Enfim, nessa proximidade a grosso...

Mas estava contratualizado em termos líquidos, e, estando contratualizado em termos líquidos, pergunto se o Sr. Dr. recebia dinheiro líquido, em notas, com envelope ou sem envelope, detalhe que já lhe não peço, mas, quer dizer, recebia todo ou não recebia e se, de alguma forma, recebendo ou não recebendo, chegava ao fim do ano e conferia aquilo que era o total do rendimento bruto e o imposto retido em sede de declaração de IRS. Isto, já agora, para saber se batia certo em termos líquidos se, por acaso, o vencimento estava contratado em termos líquidos.

Se quiser responder agora, se calhar, é mais fácil.

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Sr. Deputado, eu não sei mas, nessa matéria, recebia tudo, no estrito cumprimento da lei, através de recibo de ordenado, por transferência bancária e, portanto, era exactamente essa a situação, sem qualquer tipo de dúvidas.

Em relação ao valor, antes e após, a diferença era muito pouco significativa. Não consigo referir-lhe o montante mas seria um diferencial nem de 20%.

Sobre porquê que estava isso no contrato, admito que o Dr. Miguel Cadilhe tivesse tido a preocupação de acautelar a situação que eu tinha, mas, de facto, tudo era perfeitamente compatível e, portanto, a situação aí é totalmente clara e não tenho qualquer problema nessa matéria.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Admito que possa ter sido com a melhor das intenções, Sr. Dr., mas que cria alguma diferenciação cria, porque há um estatuto remuneratório para o presidente, há um estatuto remuneratório para os vogais, à excepção do vogal, aqui, hoje, presente. Enfim, tendencialmente até é benéfica, porque lhe permite optar por um regime melhor do que aquele que estava a ter, mas há aqui uma lógica de discriminação que pode ser até bastante positiva.

Permita-me que lhe pergunte também quem é que lhe pagava. Ou seja, se estava na administração da SLN e em representação de alguma entidade do universo SLN, quem é que lhe pagava, qual é que era a conta da entidade que processava o seu vencimento?

E, já agora, se nos sabe dizer quais eram as entidades, ou se era a mesma ou não, que processavam os vencimentos dos outros administradores?

E, já agora, considerando que o Sr. Dr., aparentemente, não teve nenhum prémio de entrada, também sabe dizer quem é que pagou o prémio de entrada, nomeadamente ao presidente do conselho de administração, que estava em representação da SLN Valor, que não foi

eleito no mesmo dia em que os restantes vogais foram? Ou seja, foi eleita a equipa de vogais e um lugar de representação da SLN Valor, que era o presidente, houve um pagamento, já explicado até pelo próprio e compreensivo do ponto de vista da argumentação do próprio, e eu pergunto-lhe quem é que pagou esse valor e quem é que pagava depois, enfim, os vencimentos normais, quer ao presidente, quer aos vogais? Pedia-lhe, pois, se nos pode também dizer algo sobre esta matéria.

Agora, faço-lhe uma pergunta que tem a ver com o Banco Insular, pedindo, no entanto, desculpa se a pergunta já foi feita e se a resposta já foi dada, mas que é a seguinte: quando é que soube da existência do Banco Insular? Isto porque fiquei com a ideia, sem estar a fazer qualquer juízo mas foi com a ideia com que fiquei e, portanto, o erro pode ser integralmente meu, de que o Sr. Dr. só ficou a saber da existência do Banco Insular quando já era presidente de uma série de empresas *sub-holdings* do Grupo, isto é era presidente mas não sabia de qualquer relação, a haver, entre essas mesmas empresas e o Banco Insular.

Portanto, essas empresas, quer do ponto de vista do capital, quer do ponto de vista da participação nos órgãos sociais, quer do ponto de vista do relacionamento até comercial, não tinham qualquer relação com o Banco Insular ou, porventura, e o Sr. Dr. pode responder que não sabia se tinham ou não, porque podiam ter com várias entidades entre as quais se encontrava mais essa mas de que não tinha conhecimento. Portanto, a questão de, de facto, é saber quando é que teve conhecimento.

Depois, também ficou aqui um pouco a ideia de que toda a gente tinha acesso ao Banco Insular, ou seja, às consultas do Banco Insular, aos movimentos do Banco Insular e, portanto, queria perguntar-lhe se, no seu

sistema operativo, no seu computador, tinha algum iconezinho com o Banco Insular e o que é que lhe aparecia, porventura, se o tivesse.

O Sr. Dr. tem a vantagem, para nós, em termos de informação, de ter passado, ainda que muito rapidamente, por três administrações ou por três presidentes do conselho de administração, num período em que, supostamente, nem sequer há actas nem reuniões do conselho de administração, por isso pergunto: primeiro, com o Dr. Oliveira e Costa, depois com Dr. Vakil e, finalmente, na administração já presidida pelo Dr. Cadilhe, como é que funcionava a comunicação entre os membros do conselho de administração? As reuniões eram periódicas ou não? Qual era o grau de participação que havia, nomeadamente na partilha de informações sobre os problemas do Grupo?

Na área dos negócios, pergunto-lhe, Sr. Dr., se tem conhecimento de algum negócio, quer de aquisição ou de alienação, portanto de compra ou venda, que tenha sido feito em duas partes, ou seja, uma parte material/física e uma parte imaterial relativas ao mesmo bem. Isto é, numa lógica de duplo pagamento, em que há um bem que é pago numa vertente física, a que é atribuído um valor, e numa vertente não física, a que é atribuído um outro valor complementar.

Portanto, a pergunta era se tem conhecimento de alguma situação e se, tendo conhecimento, nos pode também concretizar quais as situações.

Sobre algumas aproximações, não sei de quem e com quem, relativamente à possibilidade de aquisição do Grupo SLN, pergunto ao Sr. Dr. de que é que tem conhecimento, nomeadamente no processo de negociação de aquisição do Grupo por parte da Carlyle ou por parte de

qualquer outra entidade, até que ponto é que chegou o processo negocial e, porventura, qual foi a decisão e de quem foi a decisão, porque, no fundo, estamos a falar da venda de acções que dizem respeito, em primeira linha, aos accionistas, mas, obviamente, que os accionistas tenderão a ter em conta a opinião da própria administração e a avaliação que faz das propostas que são feitas e da realidade do Grupo.

Finalmente, sobre a questão da parte imobiliária e da OPI 92, o Sr. Dr. tem conhecimento – não sei, confesso, exactamente de quê – de que, supostamente, no dia 26 de Fevereiro, às 17 horas, foram-lhe entregues algumas actas de reuniões sobre esta matéria e a primeira coisa que lhe pergunto é se não estavam junto a essas actas as respectivas procurações e declarações anexas, porque, haver ou não haver documentos faz algumas diferença, porque, desde logo, cria uma situação que é esta: se não há documentos e se o bem está titulado ou na posse integral, legal e formal, de alguém, o que é que pode levar essa pessoa a devolvê-lo ou a entregá-lo seja a quem for? Porque essa pessoa dirá: enfim, puseram-me isto aqui, não é meu, façam favor de recuperar aquilo que é vosso...!

Considero que falamos, pelo menos, em volumes da casa dos 100 milhões de euros e digamos que não é normal nem uma situação nem outra, valha a verdade...

Mas sobre a questão das dúvidas – e o Sr. Dr. aqui também foi bastante claro, pelo menos, naquilo que foi possível acompanhar do equilíbrio de posições ao nível da Pluripar, entre a OPI 92, SGPS e a Londimo, que, quanto julgo saber, eram as partes participantes da Pluripar – o Sr. Dr. disse-nos que a questão foi encerrada, fez mesmo referência ao envolvimento de advogados e, portanto, não terá sido um processo

singelo de pequenas auscultações e conversas, mas, sim, um processo que estava trancado nos 50-50, independentemente de algumas questões que foram levantadas ou não por uma das partes, porventura, se bem percebi o que disse.

Mas quem levantou a questão foi, supostamente, o Dr. Fernando Fantasia, e levantou-a em benefício da sua parte? Ou seja, no fundo, ele tinha 50%, mas, depois terá dito: não, mas esperem lá, há um problema porque eu não tenho 50%, tenho 51%... Foi assim, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Ó Sr. Deputado, é exactamente o contrário.

O Sr. Afonso Candal (PS): — É o contrário!?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — O que aconteceu foi que, a certa altura, ele invocou que um parceiro pretendia assumir que detinha mais do que 50% e, portanto, isso significaria que a componente do Sr. Fernando Fantasia, que se presumia de interesse do Grupo SLN, não seria de 50% na estrutura da *holding* associada a essa vertente mas abaixo disso.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Sr. Dr., confesso que é mais um elemento estranho, ou seja, quem levanta o problema é quem vai perder por ter levantado o problema, supostamente perdendo alguma coisa.

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Sr. Deputado, é exactamente o contrário, porque o risco que havia era na relação *fifty-fifty* entre a Londimo e o Sr. Fernando Fantasia passar a ser 52% da Londimo e 48% de Fernando Fantasia.

Portanto, este ficaria prejudicado com a situação e era óbvio que a questão que estava aqui era, de facto, pela primeira vez, aparecer algo que punha em causa a paridade de interesse económico no projecto que se presumia como garantida.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Sr. Dr., ainda sobre a mesma questão, aquilo que consta da acta, que tem não sei se tem, mas pedia-lhe apenas que confirmasse, porque, confesso, eu não tenho a acta, tenho apenas algumas informações que dizem que o Sr. Dr. recebeu a acta onde se diz que: ouvido o Sr. Fantasia, a quem pertencia a OPI 92, o mesmo esclareceu que embora a OPI 92 seja oficialmente detida em 80% por ele próprio (Sr. Fantasia) e 20% pela Wisteria Properties LLC, na realidade, a OPI 92 pertence 100% à SLN Valor, conforme procurações e declarações anexas.

O Sr. Dr. não conhece procurações nem qualquer tipo de declarações neste sentido?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Sr. Deputado, em relação a essa acta, francamente, não me recordo dela.

Foram-me entregues algumas procurações e declarações que apenas comprovavam a titularidade de 20% do capital da OPI e não dos 100%. Já tinha referido aqui, inicialmente, que era essa a situação e que,

efectivamente, havia alguns documentos que, em relação à totalidade da OPI, apenas comprovavam que 20% do capital era de interesse económico último da SLN Valor e não mais do que isso.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Pois, quer dizer, faltam os 80% para bater com o que está com essa posição.

Nessa mesma acta ainda se pode ler que: mais informou que havia algumas despesas que tinham sido pagas por ele, nomeadamente cerca de 50 000 euros de juros, e que essas despesas teriam que ser reembolsadas. Portanto, a única despesa que havia era uma despesa de juros, que eram pagos pelo Sr. Fernando Fantasia, e, portanto, ele exigia o reembolso das despesas que estava a ter.

Há aqui, depois, o processo da constituição da OPI SGPS, que, enfim, depois se verá noutro momento, sendo que se pode ler: O Sr. Fantasia esclareceu-nos ainda que a OPI, SGPS e a Londimo constituíram a Pluripar, detida a 50% por cada uma das sociedade e que todos os bens imóveis seriam detidos por sociedades controladas, directa ou indirectamente, pela Pluripar.

Também nos informou que a Londimo é uma sociedade detida a 100% pelo Sr. Emílio Catum».

E, depois, cá vem a referência que diz que: O relatório do dia 12 de Fevereiro mais o do dia 26 de Fevereiro, juntamente com o relação do património imobiliário foi entregue no dia 26 de Fevereiro, às 17 horas, ao Sr. Dr. Franquelim, então, presidente da área não financeira.

Não sei se o Sr. Dr. teve oportunidade, depois, de fazer a visita guiada pelo Sr. Catum a algumas destas propriedades...

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Nunca tive tempo para isso. Portanto, a minha preocupação nessa matéria foi, de facto, tentar clarificar a titularidade efectiva desta sociedade, à luz dessas preocupações que os accionistas, na altura, relevaram.

A questão é que, apesar dessas referências, a situação nunca foi tão clara, porque, inclusivamente, chegou a haver reuniões com accionistas e com o Sr. Fantasia em que a repartição do capital não era exactamente essa porque o Sr. Fantasia invocava que tinha também algumas compensações que tinha que receber e, portanto, embora havendo essas declarações – e eu francamente não me recordo de ter essa acta mas pode ser falha minha...

O Sr. Afonso Candal (PS): — Mas, deixe-me ler só mais um parágrafo para ver se se recorda.

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Faça, favor.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Diz assim: «Esclareceu que tinha vendido 20% à OPI 92 e que, neste momento, já se denominava OPI SGPS, pelo valor de 2,5 milhões de euros, tendo sido utilizados 1,25 milhões de euros para o aumento de capital da OPI SGPS e 1,25 milhões de euros que declarou nunca ter recebido e, segundo o Sr. Dr. Oliveira e Costa, teriam sido pagos.

Questionado o Sr. Dr. Oliveira e Costa sobre esta contradição, o mesmo declarou-nos que este valor deveria estar aplicado em Cayman, ficando de nos esclarecer sobre o paradeiro deste valor».

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Sr. Deputado, não me lembro de nada disso.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Uma última questão, sem prejuízo das outras respostas que ficaram para trás, muito precisa sobre se conhece a Fábrica de Betão Concretop e se estava também sob a sua tutela no universo SLN ou não, porque também consta: «sociedade esta detida pelo Sr. Catum e pela SLN, SGPS». E, portanto, como era uma fábrica de betão, presumo que fosse do seu conhecimento também.

Finalmente, sobre a questão dos terrenos de Rio Frio, pergunto-lhe se conhece a operação, qual foi a valorização dada aos terrenos, se conhece a realidade dos terrenos, se conhece o uso permitido para esses terrenos, em quanto é que eles foram valorizados, em termos do empréstimo feito, e quais foram as garantias dadas relativamente a este negócio concreto dos terrenos do Rio Frio, à Pluripar ou à OPI 92, pois não sei exactamente qual foi a entidade que os adquiriu, sendo que eles, depois, transitaram para a própria Pluripar.

A Sr.^a Presidente: — Para responder, tem a palavra, Sr. Dr. Franquelim Alves.

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Em relação ao primeiro tema sobre as duas auditorias, se me permite, Sr. Deputado, eu penso que não disse que havia duas auditorias pelo facto de o Banco Insular ser um banco de direito cabo-verdiano; o que eu disse foi que houve uma auditoria de fundo a todo o Grupo da Deloitte, e que foi decidido, face à informação que, entretanto, foi coligida sobre a especificidade do Banco Insular, nomeadamente a listagem das *offshore* que existia e a associação dessas *offshore* a operações de financiamento, de despesas, etc., fazer-se um trabalho mais rápido e concentrado, pura e simplesmente, na vertente do Banco Insular e, para esse efeito, optou-se por contratar uma equipa de auditores diferente, a Mazars, que se concentrou, pura e simplesmente, na elencação e na avaliação dessa situação concreta que, no fundo, era muito específica, até porque, no caso da auditoria da Deloitte, estávamos a falar de uma auditoria que iria cobrir um universo muito largo.

O Sr. Afonso Candal (PS): — No Banco Insular?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Não, porque essa auditoria já era feita pela Mazars. Aliás, as conclusões da Mazars foram até muito mais rápidas e, portanto, permitiram avaliar, com maior precisão e rigor, aquilo que eram os diagnósticos prévios dessa situação.

Sobre o contributo oficial ao Banco de Portugal, Sr. Deputado, o que lhe posso dizer é que participei nas reuniões que o conselho de administração da SLN teve para discutir a prestação de informação durante a presidência do Dr. Abdool Vakil e, aí, houve todo um conjunto de informação que foi prestada e houve alguma que dificilmente era

prestada, em termos imediatos, porque, de facto, a recolha de informação e a percepção da realidade era muito complexa e não se tornava fácil elencá-la. Portanto, o meu contributo foi a esse nível e foi o mesmo contributo que todos os administradores da SLN tiveram durante esse tempo.

Penso, e mais uma vez volto a dizê-lo, que, efectivamente, a comunicação ao Banco de Portugal da situação do Banco Insular foi o elemento-chave na identificação com rigor e com precisão daquilo que era toda a construção e toda a dimensão ilusória em que o Grupo vivia porque, de facto, aquilo era o centro de todas essas construções, na medida em que era uma utilização sistemática de fundos para encobrir investimentos, encobrir despesas e isso, depois, interligava-se com toda uma série de negócios do passado.

Portanto, acho que esse foi um contributo muito importante, muito significativo. Enfim, pode continuar a discutir-se se devia ter sido em Junho se devia ter sido em Maio, mas objectivamente é o que é, e os Srs. Deputados julgarão, mas penso que houve um esforço muito profundo, significativo e sistemático dessa administração para procurar dar respostas a questões críticas.

Sobre negócios simulados em que houvesse uma divisão na atribuição do negócio BPN SLN, eu, francamente, nunca detectei nenhuma situação em que houvesse esse tipo de padrão.

Se o Sr. Deputado tiver alguma situação em lista que queira referir, tudo bem, mas com essa lógica eu não me apercebi. Havia situações que, evidentemente, eram contratos que tinham opções de recompra, como referiu, e, portanto, podiam ter, de facto, essa lógica, embora o contrato

que eu referi não tinha a ver com a valorização ou não do activo, tinha a ver com a aprovação ou não do plano de desenvolvimento. Pode-se dizer que será exactamente a mesma coisa; não será a 100%, mas, digamos, pode ter essa interpretação, isso não discuto.

Quanto à questão do meu vencimento, eu recebia 100% pela SLN SGPS e penso que todos os administradores recebiam exactamente nos mesmos termos pela SLN, daquilo que é do meu conhecimento, mas falo por mim, como deve calcular, e, portanto, em relação a mim, foi exactamente assim desde o princípio até ao fim da minha permanência no Grupo.

Em relação à questão do prémio, preferiria deixar, porque eu não estava no banco e penso que essa informação deveria ser prestada por outrem que não eu próprio.

Sobre quando soube da existência do Banco Insular, já referi, algumas vezes, que comecei a ter conhecimento do Banco Insular em finais de Fevereiro, quando houve essa acta dos accionistas que fez referência explícita à questão do Banco Insular. Algures, aí assim, há uma referência...

O Sr. Afonso Candal (PS): — Nesta acta não; ...

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Mas há uma acta de uma primeira reunião e essa, de facto, recordo-me, em que houve uma referência ao problema do Banco Insular e, de facto, ela foi-me entregue em finais de Fevereiro.

Portanto, digamos que a partir daí, o processo Banco Insular desenvolve-se e, portanto, passa a ser do meu conhecimento com todo o tempo, depois, do percurso, que já referi várias vezes.

Em relação ao Banco Insular, eu não tinha acesso ao sistema do Banco Insular, aliás, não tinha acesso a nenhum sistema do banco, porque, até por uma questão de segregação de funções, não fazia sentido que não sendo eu administrador do banco e sendo responsável pela área não financeira, tivesse acesso a fosse ao que fosse de informação do banco e, portanto, eu nunca tive acesso a nada do sistema informático do banco, nem do BPN, nem de qualquer outra entidade da área financeira.

Quanto às actas do conselho de administração, durante o pouco tempo que estive com o Dr. Oliveira e Costa fizeram-se actas da SLN e estamos a falar da SLN, que era onde eu estavas e não propriamente do banco, onde eu não tive nunca presença. Também no tempo do Dr. Abdool Vakil fizeram-se actas e no tempo do Dr. Cadilhe também se fizeram actas.

Sobre negócio material com parte não material, também não consigo, em abstracto, identificar situações concretas. Admito que, se o Sr. Deputado me referir alguma coisa em concreto, eu possa identificá-la como tal, mas assim com essa designação tão genérica, confesso que tenho dificuldade em catalogar situações concretas.

Sobre a aquisição do Grupo SLN pela Carlyle, houve alguma conversa à volta deste tema da Carlyle, já até no tempo do Dr. Oliveira e Costa, mas eu, pessoalmente, sempre achei que estávamos em presença de algo que não tinha grande consistência, nomeadamente quando o projecto era vendido como sendo um projecto tal que a Carlyle entraria

praticamente de olhos fechados, isto é, estabelecia um preço e tomava uma posição. Aliás, eu sempre disse que isso não fazia sentido, pois teria que haver um trabalho prévio de avaliação dos negócios e daquilo que eu conhecia dos fundos da *Private Technique*, nomeadamente esses grandes fundos, não estava a ver como é que um fundo desses poderia pagar, de olhos fechados, para entrar fosse no que fosse.

Portanto, houve aqui, de facto, essa ideia da Carlyle, que depois se prolongou durante o início do ano e, a certa altura, de facto, aquilo que surgiu era a Carlyle, que aparecia como *adviser* de eventuais investidores angolanos para entrar no capital do Grupo, mas, enfim, tudo bem espremido e tudo bem visto, acho que foram sempre coisas muito pouco consistentes do ponto de vista de um real interesse na entrada do capital.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Sr. Dr., nunca ouviu falar em valores concretos?

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Não.

Quanto à OPI 92, a questão das actas e das declarações de interesse, penso que já referi ao Sr. Deputado que, de facto, os únicos documentos que tive eram uns que identificavam o interesse de 20% da OPI junto da SLN Valor. Não mais do que isso e, aliás, se fosse de outra forma, rapidamente se teria resolvido o problema da titularidade do capital, coisa que, de facto, levou meses e meses para acontecer.

Portanto, acho que esse foi um dos casos paradigmáticos do tipo de situações que havia negócios que eram feios, mas que não ficava lavrado em escrito o real interesse de quem os tinha aparentemente porque, na

prática, dizia-se que o negócio não era efectivamente do seu titular mas de terceiros, que poderia ser a SLN.

Sobre a Concretop, o que posso dizer é que era uma sociedade que, penso, era detida pelos fundos de investimento, que tinha uma parceria com o Sr. Emídio Catum e, supostamente, era uma entidade que utilizaria o cimento da CNE para produzir betão seria, portanto, um operador de betão numa lógica de integração do negócio. Suponho que havia uma *put option* dos fundos de investimento sobre a CNE em que a CNE teria que adquirir, a certa altura, a posição de capital que os fundos detinham nessa sociedade. É o que lhe posso dizer sobre isso.

Quanto a operações de terrenos, valorizações e garantias, direi que nunca tive tempo nem capacidade para avaliar com rigor todas as situações de activos desta área.

Portanto, de facto, havia muito activos, havia essa indicação de que os activos valeriam 1100 ou 1000 milhões de euros, era um número que pairava, mas, para mim, pessoalmente, sempre achei que se deveria fazer uma revisão dessas avaliações e, portanto, dar uma outra segurança aos valores.

Penso que, depois, fizeram-se vários trabalhos e eu, aí, como disse na altura, acompanhei menos esse processo e acho que os valores a que se chegou não foram muito diferentes. Portanto, em princípio, até talvez a minha preocupação não tivesse razão de ser.

Quanto às garantias, mais uma vez, aqui, penso que elas estavam repartidas entre financiamento de outros bancos, que tinham garantias, e algum financiamento do BPN, um que suponho que tinha garantias e

outro que, eventualmente, também não teria. Mas também não tenho, com rigor, presente a proporção.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Desculpe interrompê-lo, mas era uma coisa muito simples: o Sr. Dr. diz – e permita-me notar estas duas suas afirmações – que havia empréstimos de outros bancos, mas também diz que não conhecia quais eram as cartas de conforto que eram passadas, nomeadamente, para permitir que houvesse financiamento de outros bancos, o que, no fundo, por si só, quer dizer que havia outros bancos que, de alguma forma, validavam o crédito ou a possibilidade de concessão de crédito àquele cliente, porque havia vários a financiar. Todavia, o Sr. Dr., na prática, não nos pode garantir que não tenha sido, no fundo, o próprio BPN a estar por detrás do crédito todo, através nomeadamente das cartas de conforto.

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Que seja do meu conhecimento, não. Mas, como lhe digo, eu não tinha intervenção no banco, portanto, francamente, a informação que eu tinha...

Sr. Deputado, mas quando referi as cartas de conforto não tinha a ver com este tipo de situações, tinha a ver com cartas de conforto emitidas pela SLN e não eram cartas de conforto do banco, porque eu, em relação ao banco, não tinha nada que conhecer as cartas de conforto. Estou a referir-me mais a cartas de conforto que a SLN emitia em favor das suas participadas, o que é uma coisa diferente. Isto é, empresas do Grupo que, para se financiarem, havia um banco que exigia uma carta conforto.

Portanto, tudo que tenha a ver com cartas de conforto emitidas pelo BPN a favor de terceiros eu não tinha qualquer tipo de intervenção nem conhecimento.

Portanto, não lhe posso acrescentar mais sobre essa matéria.

A Sr.^a Presidente: — O Sr. Deputado Almeida Henriques pediu também para usar da palavra.

Faz favor, Sr. Deputado.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

É mesmo uma questão que gostava de poder precisar.

O Sr. Dr. foi administrador durante 11 meses e o seu objectivo foi a reorganização do Grupo na área não financeira.

Da avaliação que fez, obviamente que, dentro do Grupo, havia situações de empresas com capitais próprios negativos, com situações de endividamento muito elevadas, sobretudo dentro do Grupo, e o Sr. Dr., na altura, dentro do universo que estava sob a sua responsabilidade, fez uma determinada avaliação.

A questão, muito concreta, que lhe coloco é a seguinte: quando o Sr. Dr. se demitiu, no tempo do Dr. Miguel Cadilhe, uma das razões que veio a público foi a de que a sua demissão teria a ver com o facto de entender que a separação entre a SLN e o BPN não permitiria fazer a tal reorganização que possibilitaria acrescentar valor ao património do próprio Grupo.

Face ao acompanhamento que fez nesta fase e ao acompanhamento que, com certeza, tem vindo a fazer, porque é normal

que, uma vez que esteve ligado ao processo, continue a acompanhá-lo, mesmo já fora do banco, qual é que acha que terá sido o valor da depreciação dos activos do Grupo com essa separação entre BPN nacionalizado e a SLN, um pouco na sequência do que o meu colega Honório Novo lhe pergunto há um bocado, isto é, não querendo que o Sr. Dr. comente a nacionalização, gostaria que, de alguma maneira, quantificasse, na sua perspectiva, em quanto é que isso poderá ter delapidado o património do próprio Grupo, isto é, que desvalorização, fruto até de situações que se conhecem, depois, de falta de financiamento que impediam o funcionamento, etc.

Era só esta questão que gostava de colocar-lhe.

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

É difícil dizer um número com rigor, o que diria é que, a partir do momento em que há uma separação efectiva da área financeira da área não financeira, a área não financeira, enquanto tal, fica muito debilitada do ponto de vista dos seus capitais próprios e eu admito que a consequência disso é, em larga medida, que, do lado do próprio banco, haja uma tendência para o provisionamento integral do crédito concedido à área não financeira e, obviamente, que isso significa, só por essa via, provavelmente, um reforço das provisões ou das imparidades do banco na casa dos 300 a 400 milhões de euros, provavelmente, falando em números muito aproximados.

Portanto, a minha apreciação era que, provavelmente, poderia fazer sentido uma injeção de capital *top down*, isto é, em que o capital entrasse pelo topo do Grupo, fosse utilizado para reembolsar dívidas das

empresas da área não financeira ao BPN e, por essa via, eliminasse o excesso de envolvimento de financiamento bancário entre o BPN e a área não financeira, assegurando, em qualquer caso, que a liquidez seria sempre, em última instância, destinada ao BPN. A única diferença é que em vez de ser por via de um aumento de capital directo do BPN, seria por via de um reembolso da dívida que permitiria, de alguma forma, sanear partes do balanço de algumas empresas.

Portanto, era um pouco assim que eu entendia que poderia haver uma solução mais estruturante para a área não financeira, sem pôr minimamente em causa a concentração da liquidez no BPN, porque o dinheiro iria sempre lá parar por essa via, só que em vez de ser pela via do aumento de capital directo, seria pela via de um reembolso da dívida da área não financeira à área financeira.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Depreendo das suas palavras que a sua análise é que a separação do BPN da SLN levou a uma depreciação dos próprios activos com prejuízos acrescidos para o próprio banco, que era credor e, portanto, no fundo, é essa avaliação final que faz e quantifica em 300 ou 400 milhões de euros.

O Sr. Dr. Franquelim Alves: — Sr. Deputado, do ponto de vista dessa separação, efectivamente, admito que o reforço de provisões que o banco tem que criar estavam nessa casa e, automaticamente, há uma degradação dos capitais próprios do banco por essa via.

O meu entendimento é que a manutenção da solução integrada permitiria, provavelmente, uma gestão mais integrada da maturidade dos

financiamentos, das condições de crédito, e isso sendo feito em complementaridade com o apoio estatal talvez fosse possível encontrar soluções mais consistentes para todo este universo que não apenas o BPN porque, obviamente, o BPN tinha uma grande interdependência da área não financeira.

Portanto, essa era a minha visão, era o meu entendimento, mas é difícil quantificar, com rigor, *a posteriori*, o efeito de uma ou de outra solução. Mas pareceu-me daquilo que eu conhecia e da situação objectiva que esse caminho poderia ser mais eficaz na salvação da situação do Grupo.

A Sr.^a Presidente: — Srs. Deputados, não havendo mais pedidos de palavra, terminamos esta audição.

Queria agradecer muito, em nome de todos os Srs. Deputados, ao Sr. Dr. Franquelim Alves o pormenor com que respondeu, a extrema precisão com que o fez e a disponibilidade que teve para todo este tempo aqui, connosco.

Srs. Deputados, não fazemos intervalo, vamos continuar já com a segunda audição de hoje, que estava prevista para as 17 horas e 30 minutos, sendo que, como a anterior prolongou-se excessivamente, tenho que pedir aos Srs. Deputados uma adequada gestão do tempo, porque, realmente, se resvalou demasiado, sobretudo no sacrifício que se impõe às pessoas que, horas e horas seguidas, aqui permanecem, enquanto os Srs. Deputados podem entrar e sair, como é normal, e, portanto, não têm esta pressão e este peso e esta exigência de estar aqui sentado tanto tempo.

Portanto, pedia-vos também essa avaliação na maneira como gerem o tempo e as perguntas.

Agradeço, mais uma vez, ao Sr. Dr. a elegância e a disponibilidade que demonstrou.

Pausa.

Srs. Deputados, temos agora connosco o Sr. Fernando Fantasia, a quem, em nome da Comissão de Inquérito, queria agradecer a presença e pedir-lhe desculpa pelo atraso no início desta audição, a que vamos, de imediato, dar início, pedindo, por favor, um brevíssimo apontamento curricular ao Sr. Fernando Fantasia.

Depois, vamos dar início às questões, que vão ser postas pelo Sr. Deputado Nuno Melo, do CDS-PP, que solicitou que seja na modalidade de pergunta/resposta, permitindo-me eu instar os Srs. Deputados a que seja feito um uso do tempo bastante mais criterioso do que aquele que aconteceu na reunião anterior e que foi, realmente, muito pesada para a pessoa que aqui esteve tantas horas e ser questionada.

Dou, portanto, a palavra ao Sr. Fernando Fantasia para fazer um brevíssimo apontamento curricular e, depois, dou, de imediato, início às perguntas.

Faz favor, Sr. Dr. Fernando Fantasia.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Chamo-me Fernando Fantasia e tenho a minha vida dedicada à actividade imobiliária, entrei para o Grupo CUF em 1956, já há uns anos, e fui director-geral e presidente da holding

do Grupo CUF para o sector imobiliário, a EMACO, ligada ao Banco Totta. Tenho feito toda a minha carreira nesta actividade imobiliária.

Tive também uma passagem como professor do ISCTE, durante 10 anos.

A Sr.ª Presidente: — Muito obrigada.

Dou, agora, a palavra ao Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Obrigado, Sr.ª Presidente.

Queria, apenas, dizer a V. Ex.ª que, sensível a esse apelo, como verificou, eu na audição antecedente prescindi de uma segunda volta.

Aparte inaudível.

Sim, sim, fui altruísta, mas não garanto que agora o faça!

Sr. Dr. Fernando Fantasia, muito obrigado pela oportunidade que nos dá, porque, em boa verdade, será talvez a única pessoa que, a propósito de uma questão, que tem sido tratada em alguns momentos nesta Comissão, pode prestar alguma informação relevante e que tem que ver com a OPI 92, com outras sociedades em que esta participa e com negócios em Alcochete e outros.

E, para tentar já balizar o objecto desta minha preocupação, queria ler-lhe, Sr. Dr. Fernando Fantasia, um curto extracto da acta de um administrador do BPN, o Dr. Carvalho das Neves, que, a esse propósito, depois de eu o ter questionado sobre o que seria, aparentemente, um veículo, a Verida, que consta no documento *O Estado da nação* onde se

assumia alguns problemas do Grupo e onde era mencionada a OPI e a resposta foi a seguinte: «Também nesta reunião, já que o Deputado Nuno Teixeira de Melo referiu a questão da OPI, referimos que tínhamos tido conhecimento da existência de terrenos em Rio Frio, que estavam fora do balanço e que eram propriedade da OPI 92 e da Pluripar».

«A Verida não é do Grupo SLN, mas, como refere, financia a OPI 92».

Bom, eu não sei se deva dizer mas também tinha uma questão sobre a OPI 92 e, se calhar, podíamos passar para a OPI 92, falando, simultaneamente, destas duas questões e o Sr. Dr. responderia em conjunto.

Continuando: «Tomámos conhecimento de que havia uma sociedade, a OPI 92, que era detida em 20%, de forma indirecta, pela SLN Valor e em 80% pelo Dr. Fernando Fantasia que, efectivamente, representava os interesses da SLN Valor e da SLN SGPS.

Foi-nos informado que negociou essas situações com o Dr. Oliveira Costa, mas não se sabia muito bem em que qualidade, se na qualidade de administrador da SLN ou se da SLN Valor (dos documentos que nós obtivemos não tínhamos a certeza de quem é que seria), e que lhe tinha sido prometido que o Dr. Fernando Fantasia seria proprietário apenas de 10%. Assim, sobram 70%. Não sabendo se é da SLN ou da SLN Valor, chegou-se a um acordo muito simples, ou seja, na falta de melhor, 35% para cada um. Portanto, foi possível chegar a um acordo e resolver este activo que estava fora do balanço, passando a integrá-lo dentro do balanço.

A OPI detém 50% na Pluripar e esta Pluripar, por sua vez, detém uma série de projectos imobiliários e cada projecto imobiliário tem, normalmente, uma sociedade e, portanto, são uma série de sociedades em torno deste Grupo, que têm uma dimensão significativa e que têm um financiamento à banca também significativo. De entre os vários bancos, está também, como é óbvio, o BPN, sendo um dos principais financiadores. E era, obviamente, um activo importante de ser bem gerido, porque permitirá a criação de valor para o Grupo. Aliás, como a generalidade dos activos.

Portanto, a Verida está explicada por esta via indirecta dos 20%...

Relativamente à questão que colocou sobre a OPI 92, se calhar não fui muito claro na explicação que dei, porque não tem nada que ver com o banco. O banco e outros bancos são financiadores das várias empresas associadas a este grupo, portanto a questão que se punha era da titularidade do capital. Portanto, alguém detinha 70%, que não era sua propriedade, e que tinha de ser transferido para os seus proprietários».

Sr. Dr. Fernando Fantasia, a questão é a seguinte: percebe como a OPI e as sociedades que gravitam à volta desta, como a Pluripar e outras, são um problema grande que temos para compreender. E são um problema grande porque reflectem o que no BPN funcionava à margem da transparência das contas, à margem da consolidação, à margem das informações ao Banco de Portugal.

Portanto, a primeira pergunta que lhe coloco, desde já, é sobre este negócio e se, tendo em conta a participação que tinha, começava por nos explicar a sua participação e o que de mais relevante lhe ocorra sobre ela.

A Sr.^a Presidente: — Tem a palavra o Sr. Fernando Fantasia para responder.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Para mim, isso é simplicíssimo de responder.

Eu constituí uma empresa há 20 e tal anos, que é a OPI, que era minha na totalidade, entrei neste negócio e, quando entrei neste negócio, negocie a garantia, enfim, quando me desafiaram para este empreendimento ao qual eu dei parecer favorável ao BPN relativamente ao financiamento a este projecto, que é, de facto, um projecto de elevado nível e de muita qualidade e em que é possível fazer qualquer coisa de diferente, de novo e de muito bom neste País. E foi com esse objectivo que entrei para o empreendimento.

Como é natural, porque a OPI não tinha capacidade para o envolvimento num empreendimento deste tipo, tive que dizer que só se tivesse um parceiro que me garantisse o apoio financeiro para isso e, para isso, tive que ceder uma parte do capital.

Houve uma primeira cedência de 20%, e está correcto, e houve uma segunda cedência que a SLN e a SLN Valor ficaram de me indicar a favor de quem, o que só aconteceu há relativamente pouco tempo.

De qualquer forma, com as vicissitudes que, entretanto, foram passadas no BPN e as sucessivas administrações, tive oportunidade, quando o Dr. Oliveira e Costa saiu, de ir logo ao Dr. Franquelim Alves informá-lo do que se passava e dizer que estava disponível para transmitir as acções, sendo que o disse também ao Dr. Cadilhe quando este apareceu e, finalmente, o assunto foi resolvido.

Ao que se passa no banco sou perfeitamente alheio, porque todas as minhas relações com o BPN foram relativas ao desenvolvimento dos diversos projectos que a OPI e a Pluripar têm em curso e, portanto, apenas me preocupei com o desenvolvimento dos projectos e com o financiamento que era necessário para eles, que saem de diversos bancos.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Suponho que estamos a falar de uma sociedade em o Sr. Dr. deteria 80% e a SLN Valor 20%?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Não, estou a falar de uma sociedade que era 100% minha, familiar, de que, inicialmente, vendi 20%, mas que, na medida em que precisava de apoio financeiro mais substancial e eu não tinha capacidade para a dimensão daquele projecto, foi-me dito que iria haver um aumento de capital, que seria feita uma cedência e eu estava comprometido a passar os tais 70% restantes para o Grupo e fiquei à espera da empresa a quem isso teria de ser cedido, o que foi resolvido há relativamente pouco tempo, mas tive o cuidado de informar sempre as sucessivas administrações que passaram pelo banco de que isso estava para resolver e que eu queria ver resolvido. Aliás, foi uma insistência que fiz e que é conhecida.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., então, presumo que, quando refere os 20% que vendeu e que tinha o compromisso de alienar os outros 70%, está a retirar daí os 10% que lhe ficariam a pertencer na sociedade. Não é assim?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Exacto, porque correspondia, sem o aumento de capital, ao capital e suprimentos que eu e a minha família tínhamos na OPI.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E como é que o Sr. Dr. titulou esse negócio, uma vez que estamos a falar do capital social de uma empresa?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Como é que titulei o negócio?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sim.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Não estou a perceber a pergunta...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Estamos a falar num negócio que envolverá que quantias, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — O negócio das diversas sociedades detidas? Que negócio é que quer? O meu negócio era...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Podemos começar, para já, estritamente pelo da OPI. Temos uma quota de 20%...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — A OPI tinha um capital e reservas da ordem dos 300 000 euros na altura e passou, com o aumento de capital, para 1,5 milhões e, com esse aumento de capital, eu tive que ceder 20%

do capital à outra empresa. Ficaram os tais 20% que referi, que serão da SLN Valor.

Depois disso, ficou de se aumentar o capital, o que era fundamental para garantir a estabilidade, o que se fez há relativamente pouco tempo com a cedência dos outros 70%.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., como é que explica esta estranheza da própria administração, que andou este tempo todo a tentar perceber, afinal, o que é que era de quem? Isto para tentar perceber.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Olhe, não faço a mínima ideia, não sei se fizeram essa pergunta ao Dr. Franquelim Alves, a quem expliquei o que se passava, assim como o fiz ao Dr. Vila Cova e ao Dr. Cadilhe.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., daí a pergunta que fiz sobre como é que o negócio foi titulado, isto é, houve algum contrato-promessa de compra e venda? Houve o quê? Quer dizer, foi tudo de boca? É que estamos a falar, de facto, de milhões de euros, não é verdade?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Correcto, sim!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Só de capital e reservas o Sr. Dr. refere 300 000 euros...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Com certeza.

Houve a promessa e o compromisso assumido para o aumento de capital e para a minha cedência dos 70% e houve garantias minhas prestadas, porque as acções da OPI ficaram no banco para garantia de todos esses financiamentos e eu fiquei à espera...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., mas o aumento de capital aconteceu efectivamente?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Recentemente!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Portanto, não foi à data da venda dos 20% da OPI?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — À data dos 20% da OPI tinha ocorrido outro aumento de capital, o primeiro.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E esse de quanto?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Foi para 1,5 milhões.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E o segundo?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — E o segundo foi recentemente.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E foi para quanto?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — O segundo foi para 2,2 milhões de euros, sendo que houve uma redução de capital, primeiro, para colocar o balanço certo, face aos prejuízos entretanto acumulados do banco.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., os terrenos que, enfim, têm sido negociados como tendo sido adquiridos de 4000 hectares, suponho, em Alcochete, são por intermédio de que empresa?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Os 4000 hectares foram adquiridos pela Pluripar.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., e a Pluripar é detida a quanto pela OPI?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Em 50% pela OPI.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E os outros 50%?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Pelo Grupo Londimo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Portanto, pelo Grupo Londimo?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Exacto.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E o Grupo Londimo pertence a quem?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Aos seus accionistas, ao Sr. Emídio Catum, ao Sr. Carlos Costa e...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Portanto, temos um negócio de 4000 hectares que é feito por uma empresa detida pelo Sr. Dr. Fantasia, em parte com as *nuances* que aqui diz e que aqui nos traz, pela SLN e pelo Dr. Catum.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Exacto.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E essa Londimo tinha mais algum accionista além do Dr. Emídio Catum?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Tem o Carlos Costa e não sei se tem mais. É possível, não sei, se tem os filhos, enfim, não sei a divisão do capital da Londimo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., e estamos a falar de um negócio de quantos milhões de euros?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — De cerca de 87 milhões.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — De 87 milhões de euros?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Exacto.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., calculo que, para se realizar um negócio destes não se disponha de liquidez à cabeça para...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Não, de maneira nenhuma. Foi financiado através do BCP.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Do BCP? Suponho que, neste caso, claro, terão sido prestadas as necessárias garantias reais.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Ficaram os terrenos como garantia, porque valiam isso. Foram avaliados pela DTZ e isso descansou o banco.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., diga-me uma coisa, por favor, e repito, porque não quero mentir: «A OPI tem 50% da Pluripar e esta Pluripar, por sua vez, tem uma série de projectos imobiliários e cada projecto imobiliário tem, normalmente, uma sociedade e, portanto, são uma série de sociedades em torno deste grupo, que tem uma dimensão significativa e que pediu também um financiamento à banca significativo».

Ora bem, Sr. Dr., nesta gestão da Pluripar, quem é que intervém? Quem é o presidente do conselho de administração da empresa?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — É o Sr. Emídio Catum.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Suponho que esta empresa, nos seus vários projectos, financiou-se também junto do BPN?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Sim.

A Pluripar tem financiamentos no BCP, no BPN, na Caixa Geral de Depósitos, no BES, alguma coisa residual no Banif e no Banco Popular.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Certo. O Dr. Carvalho das Neves referia que o principal financiador seria o BPN.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Sim, o BPN é o principal.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E eu pergunto, Sr. Dr.: nestes créditos prestados pelo BPN foram sempre prestadas garantias reais ou não?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Há garantias reais prestadas ao BPN.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas foram sempre ou não?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Há garantias reais, há acções... Enfim, foram prestadas as garantias que nos foram solicitadas em cada momento.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., como é que descreve as acções como sendo garantia do empréstimo? Isto só para eu perceber a dimensão da garantia.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Se uma sociedade tem um determinado património e as acções dessa sociedade ficam cativas no banco, o banco pode utilizá-las, depois, e servir-se o seu património.

Quer dizer as acções de uma sociedade são uma das formas de garantia que os bancos solicitam, por vezes.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E nós estamos a referir-nos às acções da Londimo, estamos a referir-nos às acções da OPI ou estamos a referir-nos às acções da Pluripar?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — As acções da Pluripar estão depositadas no BPN.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Isso da Pluripar. E da OPI?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Da OPI, não.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E qual é o montante? O Sr. Dr. recorda-se destas acções da...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Estão depositadas no BPN, não estão entregues como garantia.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Portanto, não estão entregues como garantia?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Mas estão depositadas no BPN.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Estão depositadas apenas?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Sim.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., esses negócios eram titulados por documento escrito?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Perdão?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Esses negócios eram titulados como?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Se os negócios eram titulados como...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Quando digo titulados, enfim, é como é que se realizam. É porque, normalmente, nos negócios há uma componente formal que é importante, não é?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Há contratos de empréstimo, contratos de mútuo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E esses contratos de mútuo, quando as acções eram depositadas no banco, o que é que nesses contratos constava a propósito da garantia? E, antes disso, qual é o montante total dos empréstimos concedidos pelo BPN, quer à OPI, quer à Pluripar?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — O montante de empréstimos à Pluripar é de 180 milhões ou à volta disso.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — 180 milhões do BPN à Pluripar! Sr. Dr., e quais são as garantias reais prestadas pela Pluripar a favor do BPN?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Tem vários terrenos, tem um terreno da Coutadinha, que é uma quinta muito grande, junto ao Freeport, que só essa tem uma avaliação de muitos milhões de euros.

Aparte inaudível.

É só para lhe dizer que os bancos estão perfeitamente garantidos porque na avaliação da DTZ o património da Pluripar já foi avaliado em 1200 a 1300 milhões. Aliás, a avaliação mais recente da DTZ, que foi uma

reavaliação feita agora, na baixa e com todas as cautelas, anda à volta de 1100 milhões, o que dá quase três vezes o valor do passivo da Pluripar.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Três vezes o valor passivo da Pluripar. E ao BPN está garantido em que proporção?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Está garantido nos 180 milhões, com certeza, porque só a Coutadinha quase que vale isso, mas, agora, não lhe sei dizer exactamente quais são as outras garantias que estão prestadas ao BPN, mas foram aquelas que ele exigiu. Aliás, prestamos ao banco e aos outros bancos aquelas que foram exigidas.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., para tentar também perceber um bocadinho, pergunto-lhe como é que surgiu esta oportunidade do negócio de Alcochete que, enfim, são 4000 hectares...

Sei que o Sr. Dr. é um homem experimentado em negócios, mas vou dizer-lhe porquê, assim com franqueza, até porque o Sr. Dr. sabe exactamente onde eu quero chegar. Mas foi coincidência?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Oiça, vamos lá esclarecer: este negócio começou em 2003. 2003! Agora, veja lá o que é acontecia em 2003 para justificar que nós tivéssemos comprado o primeiro terreno em Rio Frio? Isto é uma cadênciã, uma sucessão de terrenos e, dentro da estratégia que tínhamos, só nos falta adquirir um; só um é que ainda está de fora. Fomos adquirindo, ao longo dos anos. Em 2003, começámos a negociar e, em 2004, comprámos o primeiro terreno, o de Rio Frio. Em

2005, estávamos a negociar com uma outra proprietária de um terreno anexo – isto é tudo terrenos anexos, estamos numa sequência de terrenos anexos – e fizemos a escritura desse terreno em 2007.

Veja só o tempo que há entre o início das negociações e as escrituras! Quanto nós comprámos o último terreno, que compramos até agora, de Rio Frio, a negociação começou muitos meses antes, porque foi para comprar seis empresas do Grupo Gestoprata, que eram: a Gestoprata, a Agripor, a Polivila, a Socar, a Sociedade Agrícola Francisco Prata Garcia e a Sociedade Agrícola de Rio Frio.

Estas sociedades todas tinham passivos, tinham pessoal, tinham problemas com o fisco, tinham problemas com a Segurança Social e imagine o que é necessário para ver centenas de artigos matriciais, que foi preciso analisar.

Foi uma equipa de advogados, a Gonçalves Pereira & Associados, que foi contratada, a certa altura, para conseguir com vários apoios, ir descobrindo tudo o que se passava para ver a situação em relação ao fisco, que o Sr. Prata Garcia tinha muito complicada, com a Segurança Social e com tudo e, com algumas reservas, ainda deixámos lá a dizer que, durante uns anos, o que aparecesse, eles teriam que assumir a responsabilidade.

Mas foi, de facto, uma longa e penosa maratona para se conseguir realizar este negócio, que só foi feito em contrato em Outubro de 2007.

As insinuações têm sido feitas, mas não vejo qual é o sentido delas e nem sequer estou preocupado e nem sei, mas os senhores dirão, em que data é que se soube ou que o Laboratório Nacional de Engenharia Civil tomou a decisão, mas creio que foi muito depois de Outubro, data em que

assinámos o contrato e muito depois de Maio, Junho, Julho e Agosto, em que iniciámos as negociações para a compra.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Suponho, Sr. Dr., que o negócio se realiza duas semanas antes do anúncio.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Isso é a escritura!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — A escritura, exactamente!

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Mas sabe o que é que acontece...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sei!

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — ... ao aproximar escritura, como vão realizar dinheiro?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sei muito bem!

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Sabe o que é que é preciso ter em ordem e conseguir reunir para que o banco aceite fazer o empréstimo? E foi no BCP. Nem sequer foi no BPN porque aí, no BPN, podiam agora vir dizer que tinha sido de uma forma leviana. Não, não foi. E o BCP não o fez de forma leviana.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Claro!

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Demorou muitos meses até ter lá toda a documentação, até ter os registos todos em ordem, até ter as certidões todas em ordem. Meu Deus! Nem queira saber!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas devo dizer, Sr. Dr., que nós, aqui, no BPN, já vimos empréstimos com muita facilidade, feitos em diversas circunstâncias.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Mas este foi no BCP!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Por pura curiosidade, Sr. Dr., diga-me uma coisa: e do Banco Insular receberam alguma vez empréstimos ou não?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Não conheço nada do Banco Insular. Ouvei falar pelos jornais. Não temos empréstimo nenhum do Banco Insular, nem nunca ouvi falar do Banco Insular senão agora pelas notícias que têm vindo nos jornais e que tenho lido.

Portanto, não, não tenho relações nenhuma com o Banco Insular nem nunca tive. Eu não sou accionista do BPN, não tenho dinheiro em *offshore* nem em lado nenhum, nunca negocie nada, não tenho um tostão fora nem aqui, em Espanha, quanto mais na Suíça!... Não tenho. Tenho em Portugal alguma coisa, mas mesmo assim não é fortuna que se veja. De modo que as minhas contas bancárias estão perfeitamente à...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., vamos cá ver outra coisa: o Sr. Dr. surge, já percebemos como, e recebeu os empréstimos que recebeu e como recebeu. Da Pluripar, idem. E, Sr. Dr., da Domurbanis – Investimentos Imobiliários e Turísticos, SA.?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — A Domurbanis foi a empresa que adquiriu o Rio Frio, inicialmente.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O Sr. Dr., é também membro do conselho de administração desta empresa?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Sim.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Esta empresa pertence a quem?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — 50% à OPI e 50% à Londimo. Todas as sociedades deste Grupo têm 50-50.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sim. E esta Domurbanis também recebeu algum crédito do BPN ou não?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Recebeu crédito para comprar o Rio Frio, sim senhor. Foi comprado por volta de 37 a 40 milhões de euros.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Quando, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Em 2004.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E foi dada como garantia real...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Foi dado como garantia real o terreno.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O terreno está dado como garantia real?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Foi dado como garantia real, na altura.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., e há algum problema com esta dívida ou não? Está paga? Está saldada? Não está saldada?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Não está saldada. Ainda não está, há-de estar!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas tem estado a ser cumprido o acordo de pagamento ou não?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — O acordo de pagamento, neste momento, está tudo, mais ou menos, em vencimento ou vencido, porque, de facto, a situação financeira e a falta de apoio bancário tem sido grande e estamos a tentar ultrapassar isso com o acordo bancário que está em vias de se conseguir com o BCP, o BES, a Caixa Geral de Depósitos e o BPN, naturalmente.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Estamos a falar de cerca de 31 milhões de euros de passivo, neste momento, não é Sr. Dr.?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Sim.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E desse montante todo ele estará, ainda assim, garantido...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Está garantido. Tem a garantia total do património da Pluripar, que, como lhe disse, é de 1200 milhões e, portanto, garante totalmente os financiamentos todos que lhe foram feitos.

A disparidade que possa haver entre uns bancos mais garantidos e outros menos garantidos está a tentar ser equilibrada agora com um empréstimo sindicado que envolva todos os bancos e que uniformize as garantias prestadas.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas, Sr. Dr., a Pluripar é outra empresa, não é verdade...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Outra, qual?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Com personalidade jurídica própria, que a distingue dos seus sócios, não é?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Está tudo envolvido na mesma negociação.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas com garantia, com contrato prestado, suponho. Digo isto porquê? Porque a Pluripar, como o Sr. Dr. sabe, é detida em 50% pela OPI, que, segundo o Sr. Dr. também explicou, pertence a 90% ao BPN e os outros 50% será pela Londimo.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Sim.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O que significa que estamos a referir-nos a uma outra sociedade com uma constituição accionista diferente desta Domurbanis e que, para que se vincule de forma juridicamente válida perante quem seja, supõe-se que haja algum acto deliberativo.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Não, não. Acabei de lhe dizer isso, acabei de lhe dizer que, para uniformizar todas as situações da diversa banca e para criar um maior equilíbrio, está a ser, enfim... Aliás, pedimos,

actualmente, a liderança do BPN para este empréstimo sindicado, que estava para ser feito já há dois anos.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., Coutadinha – Sociedade Agrícola e Imobiliária, SA?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Pois, é a tal que está como garantia ao BPN. E é muito grande e tem...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., mas a Coutadinha é ela própria uma sociedade. Posso estar a perceber mal, mas, enfim, estou a tentar perceber este negócio, não é? Mas o Sr. Dr., quando referiu a Coutadinha, referiu uma quinta.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — A Coutadinha, por sua vez, é detida pela Paperfu, que é uma sociedade também a 50-50.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Quanto à Coutadinha – isto só para eu tentar perceber –, o Sr. Dr. referiu que esta dívida da Domurbanis estava garantida pela herdade da Coutadinha.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Da Domurbanis, não, o Banco BPN é que tem, como uma das garantias do financiamento, a herdade da Coutadinha.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Pois, mas só para tentar perceber e, se estiver a fazer mal o encadeamento, o Sr. Dr. certamente me dirá.

A Domurbanis é detida a 50% pela Londimo e a 50% pela...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Pela OPI!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Certo. E eu perguntei-lhe desta dívida. Em relação à Domurbanis, o Sr. Dr. referiu que, actualmente, o passivo será de 31 milhões, mas o empréstimo seria à volta dos 40 milhões. E o Sr. Dr. disse também que o que garante esse pagamento é a herdade da Coutadinha.

E eu, agora, pergunto: então, e a Coutadinha – Sociedade Agrícola e Imobiliária, SA, que é outra sociedade? E o Sr. Dr. diz que esta Coutadinha – Sociedade Agrícola e Imobiliária, SA, é detida, por seu lado, a 50%. Porquê, Sr. Dr.? Qual é o capital social desta Coutadinha?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — O capital social da Coutadinha é detido pela Paperfu.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Logo, Sr. Dr., suponho que a herdade da Coutadinha, é activo, é imóvel, desta Coutadinha?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — É!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., então como é que estão dados de garantia a um empréstimo à Domurbanis os terrenos, que até são de outra sociedade?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Qual é o problema? Eu posso dar como garantia um terreno meu, até.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Pois pode...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Quando os accionistas são os mesmos e a administração é a mesma, pois, com certeza.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas era para ver este caso: se quiséssemos, por acaso, consultar, verificaríamos que, no registo desta hipoteca, encontraríamos uma hipoteca a favor do BPN...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Exacto.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — ... concedida pela Coutadinha – Sociedade Agrícola e Imobiliária, SA, para garantia o empréstimo feito à Domurbanis – Investimentos...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Não sei será a Domurbanis que está aí, não lhe sei dizer se a Coutadinha está directamente para a Domurbanis se está para outros financiamentos que, como lhe disse, os financiamentos do BPN são de 180 milhões de euros.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Quando faço estas perguntas – e peço ao senhor que compreenda – é precisamente, porque, apesar de os sócios serem, em alguns casos, os mesmos...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — São sempre os mesmos.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Nem sempre. No caso da OPI, Sr. Dr., e a OPI representa o grosso do património...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — São os mesmos. Quer dizer, a OPI tem uma personalidade jurídica e tem os seus accionistas, mas são sempre os mesmos em todas. Eu na OPI tenho 10%.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O Sr. Dr., na OPI, tem 10%?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Sei, tenho 10%, mas represento os 100%, neste momento, até agora.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Representa enquanto administrador, não é assim?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Enquanto presidente do conselho de administração.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sim, enquanto presidente do conselho de administração.

Ora bem, Sr. Dr., porquê esta minha insistência com a OPI? Porque do que vamos sabendo dos problemas do Grupo, damos sempre com esta OPI, daí a necessidade de apurar....

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Penso que a OPI não é um problema do Grupo, nem é um problema.

Assim fossem todos os problemas do Grupo, porque pelo passivo que tem e pelo activo que tem se todos os problemas fossem iguais a este, creio que a economia nacional estava bem e nós estávamos todos bem.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., eu tenho trazido a quase todas as audições um documento, de que o Sr. Dr. já ouviu certamente falar, que tem a designação de *O Estado da nação...*

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Sim.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E neste documento, a dado passo, inventariaram-se os problemas do Grupo e, por isso, é que eu referi os problemas do Grupo e, dentro desses problemas do Grupo, para além do Banco Insular, referem-se, os compromissos extrapatrimoniais não assumidos.

E, depois, diz-se: «créditos a veículos *offshore* cujo dono efectivo é o Grupo SLN como forma de financiamento de actividades do Grupo; garantias bancárias não carregadas no sistema; os seguintes veículos têm

sido sucessivamente indicados como pertencentes a terceiros quando, de facto, são do Grupo SLN». E aqui está a Verida (OPI 92) com 1,5 milhões de euros.

E, portanto, surge-nos aqui a OPI como... Bom, basicamente, transformam o Sr. Dr. numa espécie de testa-de-ferro, *grosso modo*...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Como?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Porque aqui no documento estabelecem...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Sim, mas não me assumi como tal.

Quer dizer, eu fui accionista e fui-o de empresas do Grupo CUF, sou gestor e se se considerar como testas-de-ferro dos accionistas todos os gestores, então, todos os gestores o são... É como eu me sinto. A minha vida foi de gestor de empresas e de gestor de empresas do sector imobiliário e representei os accionistas e, por vezes, eu próprio porque também era accionista. Mas, na maior parte dos casos, eu fui sempre minoritário.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O Sr. Dr. compreenda que não é uma imputação que lhe estou a fazer!

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Mas também compreenderá que depende do conceito que tenham de testa-de-ferro. Se testa-de-ferro é

representar os accionistas, então, terei sido testa-de-ferro sempre toda a minha vida.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não, mas era para explicar, Sr. Dr.

Este documento *O Estado da nação*, de Março de 2004, é um documento feito a pedido do Dr. Vakil, que somaria o essencial dos problemas do Grupo e onde OPI 92 aparece aqui como um dos cinco exemplos, a par da Sabrico, no Brasil, de que já aqui estivemos a falar, da Fábrica do Gelo e de um terreno em Luanda, sendo que todos eles iam sendo detidos por *offshore*. Aliás, a dado passo, até fazem a comparação com outro banco, o que não importa, mas cabe para ilustrar (e cito o que diz aqui), que o tal buraco do banco de 145 milhões de euros, em compromissos extrapatrimoniais não assumidos, referindo-se a créditos a veículos *offshore* cujo dono efectivo é o Grupo SLN como forma de financiamento de actividades do Grupo, nomeadamente a Verida (OPI 92), a Abnerka...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Não. Banco BPN e *offshore* não tenho relações nenhuma com isso.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Isto é tanto mais relevante, Sr. Dr., que, veja bem, um dos outros problemas que o Sr. Dr., hoje, certamente, já percebeu, que é o tal Banco Insular, de que até já perguntei se o Sr. Dr. tinha recebido algum empréstimo, e, a dado passo,

do Banco Insular, assume-se também um buraco muito grande de 500 milhões ou mais do que isso.

E, a dado passo, este documento também apresenta soluções e, nas soluções para o Banco Insular, diz-se: «Proposta 2 - Venda do Banco Insular a terceiros», o que quer dizer que se o SLN vende é porque pertence ao Grupo, porque, se não, não podiam vender.

Mas uma segunda hipótese adiantada é esta: «a junção de um activo como os 100% da sociedade Wisteria, dona de 20% da OPI 92, de forma a que o Banco Insular pudesse ser vendido pelo seu valor de balanço».

Ora, nós, há pouco, tentámos perceber uma estrutura accionista, das quais o Sr. Dr. nos indica uma empresa familiar, de que vende 20%, mas, depois, querendo empreender um negócio de muito valor, decidiu que ficaria apenas com 10%, alienando, quando lhe fosse pedido, os outros 70% a favor do Grupo, só que, agora, percebemos que, afinal, de acordo com o documento do banco, 20% da OPI seria detida por esse *offshore*.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Não faço a mínima ideia. O que sei é que a Wisteria foi a sociedade que me comprou 20% e, sim, senhor, assinei o contrato e sei que essa sociedade era da SLN Valor, tanto quanto me foi informado ultimamente.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Tanto mais que não seja, indirectamente, tem qualquer coisa a ver com *offshore*, tem que ver com os 20%.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Não, não. Vendi 20% mas não tenho nada a ver se era *offshore* ou se não era *offshore*, é-me perfeitamente indiferente, não tenho nada com ela.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., quem é que representou do lado de lá na venda e na compra.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Da Wisteria?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sim.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Sei que o contrato me foi apresentado pelo gabinete jurídico do BPN para eu assinar e já vinha assinado e vinha tudo em condições, sendo que a transferência, de acordo com o contrato, foi feita, foi-me paga e eu soube depois que quem disse que era dono disso era a SLN Valor.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E do gabinete jurídico, quem? Isto só para tentar por os nomes aos actos.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — O gabinete jurídico que trabalhava para o BPN, na altura, era constituído pela Dr.ª Isabel Ferreira, a Dr.ª Isabel Cardoso e a Dr.ª Cristina Agostinho, que eram as pessoas com quem eu tratava dos assuntos jurídicos sempre que era necessário. Não foi assim nada de coisas complicadas nem complexas.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — É que, depois, surge também aqui como um compromisso extrapatrimonial não assumido...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Por mim foi tudo assumido!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): —... para além desta Wisteria, a tal Verida, com um financiamento de 1,5 milhões de euros.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Dessa estou a ouvir falar agora pela primeira vez, não conhecia, nunca ouvi falar dela.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Então, o Sr. Dr. não sabia que tinha havido um pagamento de 1,5 milhões de euros a esta Verida com o pretexto na OPI 92?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Não, o pagamento que me foi feito foi feito na compra da Wisteria e não tenho noção de mais nada.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O Sr. Dr. concebe a possibilidade de a Wisteria ter sido um *offshore* criado para justificar um empréstimo feito através desta Verida de 1,5 milhões de euros?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Não faço a mínima ideia do que se passou no interior do Banco.

As minhas relações são, única e exclusivamente, em relação ao negócio imobiliário, que procurei gerir o melhor possível e de que me

orgulho muito e fico muito satisfeito por saber que ele era usado para tapar um buraco, o que quer dizer que aqui não era buraco e, pronto, fico muito feliz por essa informação.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Essa é uma boa resposta se pudesse ser verdadeira, Sr. Dr., mas, infelizmente, não é por isto: é que, quando o compromisso não é assumido, significa que o dinheiro saiu mas, depois, não foi consolidado nas contas do Grupo SLN.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Não percebo. Agora, não percebo!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas eu leio-lhe Sr. Dr. É que um dos problemas do Grupo é a utilização destes veículos *offshore*...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — E que dinheiro é que saiu?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — 1,5 milhões de euros!

Mas o problema é este: é que eram criados *offshore* para justificar a saída de dinheiro do Grupo SLN...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Eu não tenho nada com isso!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — ... só que, depois, o dinheiro saía mas não era discriminado nas contas do Grupo e, por isso, é que era um problema do Grupo.

E quando se refere a OPI, refere-se exactamente – só para que o Sr. Dr. perceba a dimensão disto e por isso é que é problema – os tais compromissos extrapatrimoniais não assumidos, isto é, créditos a veículos *offshore* cujo dono efectivo é o Grupo SLN, como forma de financiamento de actividades do Grupo. Ou seja, basicamente, o Grupo utilizava *offshore* para emprestar dinheiro a si mesmo, sendo que, na aparência, aparecia lá uma sociedade qualquer, enfim, das Ilhas Virgens ou...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Não me peça, por amor de Deus, para saber disso, do que se passava no interior do banco!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Eu tinha esperança só por se tratar de um negócio feito numa...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Não, nesse negócio, eu não estava. Ando há 40 e tal anos ou quase 50 no negócio imobiliário, mas no negócio financeiro nunca me meti.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Portanto, ficamos hoje a saber que esta Verida, que participa, por via indirecta, no capital da OPI, o Sr. Dr. desconhecia. Pode assegurar isso a esta Comissão?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Não, eu ouvi falar pela primeira vez agora, aqui. A Wisteria conhecia, com certeza.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Já adiantámos também qualquer coisa.

E a terminar, Sr. Dr., e só para conseguirmos perceber, em termos de garantias prestadas ao banco, há uma coisa que me fez aqui alguma confusão: o Sr. Dr. refere que, para a compra destes 4 milhões, o crédito foi concedido pelo BCP.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Compra dos 4 milhões de quê?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Queria dizer, dos 4000 hectares?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Sim, foi concedido pelo BCP.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Logo, esses terrenos foram dados de garantia ao BCP?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Exacto.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., então, como é que esses terrenos, que foram dados como garantia ao BCP, podem funcionar para pagamento das dívidas das outras empresas que o Sr. Dr., há pouco, referia?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Eu falei que todo o Grupo Pluripar, que inclui a Domurbanis e a Paperfu, todo este património é de cerca de

1200 milhões de euros, dos quais esses 4000 hectares, neste momento, estão avaliados em cento e tal ou duzentos milhões de euros, ou à volta disso.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Portanto, superaria todo o resto e está a tentar a solução de conjunto?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Nós estamos, neste momento, a negociar com a banca e depende dos bancos e não de nós, sendo que o único compromisso com tudo isso depende das garantias e da reformulação de todos estes créditos, de todos estes empréstimos.

É nossa vontade manifesta, e no interesse dos bancos, com certeza, que tudo isso seja o mais claro e o mais homogeneizado possível.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Portanto, o Sr. Dr. garante a esta Comissão que nunca recebeu empréstimos sem prestar garantias do BPN, ou do BPN Cayman, ou do BPN IFI, ou do Banco Insular.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Garanto, Sr. Deputado, que nunca tinha ouvido falar sequer do Banco Insular, antes dessa notícia no jornal e, por conseguinte, nunca negocie nem sabia que ele existia.

Garanto a esta Comissão que eu, de facto, não tenho nada com *offshore* nem com Cayman; a única coisa que tenho é que negocie com uma, que, provavelmente, era *offshore*, a Wisteria, que me comprou 20% do capital da OPI, a quem vendi, de acordo com o contrato que me deram para assinar, e que assinei, que cumpriu o acordo que estava estabelecido

e pagou em duas tranches, sendo que, agora, sei que essa empresa era detida pela SLN Valor, segundo a informação última que tive. E nada mais. Não tenho...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Fez sempre garantias dos empréstimos recebidos do BPN?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Nunca tive negociações com...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Diz que prestou sempre garantias reais?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Bom...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Para já é só e, depois, farei uma segunda ronda de perguntas.

Muito obrigada, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): — Preferia depois, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a Presidente: — Uma vez que prefere depois, dou a palavra ao Sr. Deputado Afonso Candal.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

Sr. Dr. Fernando Fantasia, os meus cumprimentos e agradeço a sua presença.

Antes de mais, coloco-lhe uma questão que tem a ver com a sua experiência profissional, nomeadamente de outras empresas de outros grupos e eu gostaria que me precisasse se, de facto, teve relação profissional com estas entidades e, tendo tido, qual foi e, de alguma forma, tentar balizar no tempo, em que períodos, em que anos, nomeadamente com a Quimigal.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Entrei para o Grupo CUF em 1956, como referi, fundei a Emaco em 1964/65, que era a imobiliária *holding* do Totta para o imobiliário, fui presidente da Emaco até 1984 e, desde 1975 a 1984, enfim, não era Quimigal porque estava ligada ao Totta, mas, desde 1975 até 1984, pertenci a uma empresa nacionalizada, claro.

O Sr. Afonso Candal (PS): — E da Engil?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Fui presidente da Engil – Imobiliária, de 1984 a 1987.

O Sr. Afonso Candal (PS): — E da Sapec?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Da Sapec, já no final da minha carreira, fui resolver um problema à Sapec na gestão imobiliária, sim senhor.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Em que data?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — A partir de final de 1991 ou princípios de 1992.

O Sr. Afonso Candal (PS): — E, agora, só uma pergunta por curiosidade, porque isto é o que surge também das buscas que se fazem na *Internet* – e quanto a gestão de parques industriais no âmbito da Sapec?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Sim, foi exactamente para fazer a gestão do parque industrial da Sapec. Essa foi uma das funções principais da minha actividade na Sapec.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Obrigado pela resposta.

Agora tinha algumas questões, porque, de facto, não percebi bem o intrincado dos aumentos de capital, acho que há aqui alguma confusão e, portanto, ia pedir-lhe para ser um pouco mais claro, nomeadamente marcando aqui a passagem da OPI 92 para a OPI 92, SGPS, que acho que é um desses passos, e, portanto, não é só o aumento de capital, é também uma transformação da própria natureza da OPI 92, que, depois participa na Pluripar com a Londimo.

Mas há aqui algumas percentagens e valores que, confesso, de acordo com vária informação, não correspondem e, portanto, pedia-lhe o esclarecimento desta questão. Isto porque o Sr. Dr. deve saber, porque terá sido confrontado com parte desta informação, senão com a informação

integral, numa reunião sobre os problemas que havia, nomeadamente dos imóveis que não se encontravam consolidados no Grupo, com o presidente do Grupo, com alguns accionistas e outros elementos, e que dá uma referência expressa, em primeiro lugar, à OPI 92, dizendo-se que esta sociedade, que era detida a 100% pelo Sr. Fantasia era, na realidade, 100% da SLN e tinha activos avaliados em cerca de 625 a 750 milhões de euros de dívidas avaliadas em mais ou menos 350 milhões de euros».

Bom, esta é, numa primeira abordagem do tema, porque, depois, voltarei a outra reunião posterior, já com a sua presença, o que agradecia que me confirmasse, porque, manifestamente, eu não estava lá e, portanto, o Sr. Dr. provavelmente poderá esclarecer-me.

Depois, há no documento referência à Coutadinha – e isto, enfim, para falar apenas das que estão, de alguma forma, ligadas à OPI, ao Sr. Dr., ou, enfim, a um dos seus sócios na Pluripar, não sei – e depois o responsável da Londimo, o Sr. Catum, e Coutadinha com capacidade de construir de 270 000 m² sendo a propriedade 50% da SLN e 50% do Sr. Fantasia e do Sr. Catum.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Isso é falso.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Certo. Portanto, activos avaliados em cerca de 200 000 milhões...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Foi mal interpretada essa...

O Sr. Afonso Candal (PS): — Ou pode ter sido mal redigido, não sei. O que sei é que estou a aproveitar também para esclarecer, enfim, alguma informação.

Diz-se também: «Rio Frio 1 (...) encontra-se actualmente nos fundos, existindo um acordo de recompra, ficando a SLN com 50% e o Sr. Catum com outros 50%».

Não sei se confirma esta informação?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — OPI, 50%, Emílio Catum, 50%.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Não!

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Não, o quê?

O Sr. Afonso Candal (PS): — Diz assim: «A propriedade encontra-se nos fundos, mas existe acordo de recompra...».

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Sim, esteve transitoriamente no fundo, até se arranjar financiamento no BES para a recomprar.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Desculpe, e em que fundo?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — No Fundo Imobiliário do BPN.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Até haver financiamento no Banco Espírito Santo?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Sim, exacto.

O Sr. Afonso Candal (PS): — E, nessa altura, aqui não há referência à OPI, há referências à SLN com 50% e ao Sr. Catum com 50%.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Bom, isso é uma questão de interpretação de cada um.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Temos ainda: «Rio Frio 2 – Propriedade actualmente em nome do Sr. Catum ou do Sr. Fantasia e é para ser detida em 50% pela SLN e 50% pelo Sr. Catum». Integralmente, quer dizer, ou em nome de um ou em nome dos dois, mas era para ser detida em 50% pela SLN e 50% pelo Sr. Catum.

Portanto, de alguma forma, aqui, o Sr. Fantasia estava apenas...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Não, é 50% da OPI... Isso, cada um dá a interpretação que quiser, enfim, a OPI não é totalmente da SLN, é 90% da SLN e 10% meu. Tenho lá as minhas economias de 40 e tal anos de trabalho no imobiliário. E como vê, apesar de tudo, não é fortuna nenhuma. Esses 10% não são assim uma coisa de muito valor...

O Sr. Afonso Candal (PS): — Barroca d'Alva também detida...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Barroca d'Alva está fora do universo da Pluripar.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Certo.

Da Domurbanis já se falou.

Há uma reunião posterior e, enfim, este ponto de situação ou outro alegadamente, e o Sr. Dr. Fantasia esteve presente...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Não sei de qual a reunião de que vai falar.

O Sr. Afonso Candal (PS): — É a reunião do dia 26 de Fevereiro de 2008.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — De 26 de Fevereiro de 2008!?

O Sr. Afonso Candal (PS): — Sobre o estabelecimento da titularidade da OPI 92 e posso ler, porque tenho aqui o documento e o Sr. Dr. corrigirá aquilo que entender corrigir e eu, enfim, também pedirei algumas explicações, se me permitir, o seguinte: «Questionado o Sr. Fantasia sobre a quem pertencia a OPI 92, o mesmo esclareceu-nos que, embora a OPI 92 fosse, oficialmente, detida em 80% por si próprio, pelo Sr. Fantasia, e 20% pela Wisteria Properties LLC, na realidade a OPI 92 pertence 100% à SLN Valor, conforme procurações e declarações anexas».

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Não estive numa reunião em que isso fosse afirmado.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Certo.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Quando me inquiriram sobre isso, eu disse que a sociedade, que é minha e com a qual eu entrei, tinha património e, por conseguinte, não vou ficar a zero. Não percebo por que é que essa afirmação alguma vez foi feita e quem a fez. Não faço a mínima ideia!... Mas, quando isso foi ventilado, esclareci que a sociedade já era minha anteriormente e ela tinha capital, tinha património e enfim....

O Sr. Afonso Candal (PS): — Já agora, se permite, havia uma sociedade OPI 92, detida pelo Sr. Fantasia...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Há 20 anos!

O Sr. Afonso Candal (PS): — ... portanto uma gestão familiar e é relevante saber se é total, se tem outro sócio que, entretanto, aliena 20% do seu capital à Wisteria Properties LLC...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Que, entretanto, aumenta o capital para 1,5 milhões de euros...

O Sr. Afonso Candal (PS): — Portanto, passa dos 300 000 para 1,5 milhões.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Exacto.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Ou seja, no fundo, há aumento de capital de 1,5 milhões, ainda que tenha havido um pagamento desses 20% em valor superior a esses 1,5 milhões. Ou seja, há uma parte do valor do produto da venda que é realizado em capital, mas há outra parte que não é.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Isso foi feito algum tempo depois. Mas, vamos lá ver: os 300 000 euros, que eu lá tinha, era um capital acumulado com casas, com património que tinha um valor superior aos 300 000 euros que estavam no balanço.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Mas vou-lhe ler o resto, já agora, para não estar a antecipar: «Mais nos informou o Dr. Fantasia que havia despesas que tinham sido pagas, nomeadamente juros...»

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Sim, de uma série de coisas!

O Sr. Afonso Candal (PS): — «... de que havia de ser reembolsado desse montante...»

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Certo!

O Sr. Afonso Candal (PS): — «... e que o valor da venda dos 20% da OPI 92 foi de 2,5 milhões de euros».

Portanto o valor da transacção foi de 2,5 milhões de euros. De facto, com 1,25, que, enfim, com os 300 dá os tais 1500. E com 1,25 para o aumento de capital, surge a OPI SGPS...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Exacto!

O Sr. Afonso Candal (PS): — ..., portanto, uma formulação depois do aumento de capital e da entrada da Wisteria em 20% do capital. E depois 1,25 milhões, que declarou nunca ter recebido.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Entraram no banco, de imediato. Foi para pagar encargos, para pagar financiamentos de empresas...

O Sr. Afonso Candal (PS): — Estamos a falar em Fevereiro de 2008!

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Sim, sim. Isso não foi em 2008, isso foi em 2005/2006.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Pois, pode ter sido anterior!

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Não, isso é muito anterior!

O Sr. Afonso Candal (PS): — O Dr. Oliveira e Costa também disse sobre esta contradição que certamente esse valor estaria aplicado em Cayman, ficando de esclarecer melhor...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Não, não. Eu não tenho nada aplicado em Cayman, o que eu apliquei foi inteiramente todo o dinheiro que utilizei neste negócio e ficou lá.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Certo, certo. Do que se percebe daqui, Sr. Dr., não é que tivesse o dinheiro em Cayman.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Tudo bem!

O Sr. Afonso Candal (PS): — O que se percebe é que ainda faltava uma *tranche* e alguém dizia que estaria noutra sítio e que um dia voltaria...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Não, não!

O Sr. Afonso Candal (PS): — ... e, ao que parece, acabou por voltar!

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Não, não. Não voltou, porque não saiu, foi para o banco logo para pagar os encargos e foi investido logo em tudo isso.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Certo.

Mas houve uma amortização da tal venda, o que quer dizer que, no fundo, esta entrada do aumento de capital e desta venda de 20% da sociedade acaba por resultar em zero, porque há um aumento de capital, é certo e, portanto, no fundo, a sua posição entre ter 100% de 300 000 ou

ter 80% de 1500 milhões, enfim, é melhor ter 80% de 1500 milhões, mas, no fundo, não há dinheiro físico, não há um recebimento... Há uma concretização em capital da empresa e com toda a rigidez que isso implica. Portanto, não há propriamente algum benefício potencial, há uma valorização da sua posição...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Não, o dinheiro ficou na sociedade e foi utilizado para tudo isto.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Certo. E, entretanto, depois, põe-se a questão e é criada a Pluripar, detida em partes iguais de 50% pela Londimo, que, na altura, era alegadamente 100% do Sr. Emídio Catum, e, hoje o Sr. Dr. fez referência também ao Carlos Costa, e não sei se nos pode precisar melhor...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — É primo dele, é um dos accionistas conhecidos da Londimo.

O Sr. Afonso Candal (PS): — E, entretanto, quer dizer, aquilo que é o património da Pluripar inclui Nova Setúbal, Sítio do Bonfim, Rio Frio 1, Rio Frio 2, Quinta da Coutadinha, Sítio das Pedreiras, Infantado, Vale de Migalhas, Serra de Carnaxide, Santana, Renda Avenida Liberdade, de Sesimbra, Bem-Parece, Fornos de Algoz, Canada Nova do Ramalho, Quinta das Fontainhas e ainda mais algumas propriedades que, como consta aqui, na altura, não foram referidas, porque já estavam adjudicadas a outros gastos e despesas.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Não sei, eles é que sabem.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Mas, já agora, se nos puder dizer quais é que, porventura, me terão falhado, e quais são as outras que...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Não, estão aí quase todas as principais.

Nesta compra última que foi feita, o chamado Rio Frio 2, de 4000 hectares, veio muita coisa agarrada, vieram sociedades ligadas à indústria das carnes, à criação de suiniculturas, a uma fábrica de rações, com património disperso e que lá está, com terrenos na Quinta do Anjo, terrenos perto do Poceirão, tem umas pequenas coisas que, como digo, são cento e muitos artigos, que agora não lhe sei precisar todos. Aliás, seria fastidioso estar aqui a mencioná-los se eu os soubesse de cor, mas não sei, são muitos. Mas isso são as migalhas e não tem...

O Sr. Afonso Candal (PS): — Pois, se isso representa um pouco, enfim, como um cidadão que, depois de uma actividade ao longo de uma vida, enfim, remediado, bem, mas eu devo dizer que, formalmente, o Sr. Dr. é detentor de 50% da Pluripar que tem, enfim, um património avaliado...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — De 5% da Pluripar porque os outros 45% são da SLN.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Ah, já são!?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Já são.

O Sr. Afonso Candal (PS): — E quando é que foram transferidos?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Foram há poucos meses, mas já são.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Mas não nos pode precisar quando?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Em Fevereiro.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Em Fevereiro deste ano?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Sim.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Portanto, até Fevereiro de 2009, o Dr. Fernando Fantasia era detentor de 50%...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Não, desculpe, mas não era, percebe?

E quero dizer-lhe uma coisa: aqui a palavra é mais importante do que o papel selado e sempre o disse. E, por conseguinte, eu disse a toda a gente sempre aquilo que era meu e aquilo que não era meu. Disse-o ao Dr. Cadilhe, disse-o a toda a gente...

Portanto, eu actuei sempre no pleno conhecimento daquilo que era meu e daquilo que não era meu. E, por conseguinte, é independente do papel selado, de estar assinado ou de não estar assinado. Para mim, tudo isto foi assinado no momento em que assumi a minha palavra de que iria ceder à SLN, logo que ela me indicasse... E o problema não foi meu, eu insisti para que isso acontecesse. Tenho imensas cartas escritas, inclusivamente, agora, ultimamente, ao Dr. Cadilhe.

O problema era internamente entre a SLN e a SLN Valor descobrirem quem é que havia de ficar com o património, que era valioso. O problema, aqui, não era de fugir ao buraco; aqui, era de saber quem é que queria e como é que a divisão era feita. Mas a isso eu sou perfeitamente alheio.

Agora, a minha palavra cumpra-a e cumpro-a. Não é o papel selado assinado em Fevereiro que altera a minha posição e o meu comportamento desde sempre. A minha palavra foi assumida e cumpro-a!

O Dr. Cadilhe ficou surpreendido, veio agradecer-me e aliás, até me disse: «olhe, a mim só me têm trazido buracos; mas está aqui uma que não é buraco». Ainda bem, fico feliz por isso, porque estou satisfeito por ter aconselhado o investimento, estou satisfeito por ter aceite o desafio nesta altura, quando estava já reformado, e estou satisfeito porque há, no meio de todos esses problemas que existem, um que não é problema.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Se me permite, então, refazer, em termos de percentagem: a sua posição não é de 50% da Pluripar, mas, sim, de 5%, ou seja, 10% de 50% dá 5% de uma sociedade com património

avaliado em 1200 milhões. Digamos que, na regra dos três simples, dá, se me não falham as contas, 60 milhões de euros....

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Potencialmente, sim, mas, na verdade...,

O Sr. Afonso Candal (PS): — Devo dizer-lhe que, apesar de tudo, não foi trabalho em vão.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Não, com certeza. Eu quando disse que o negócio era muito bom e quando o aconselhei estava convencido de que era um bom negócio e era uma coisa importante.

Agora, isso é ilusório: é que quem tem 5% de um negócio e que vai receber isso em dividendos... Explique lá como é que vou receber os 60 milhões?!... É muito bonito em teoria, mas, se calhar, nem os meus bisnetos nunca receberão 10% disso!

O Sr. Afonso Candal (PS): — Sr. Dr., eu não sei, mas admito que possa sempre vender os seus 5%, embora possam não valer isso, mas, enfim, para quem já tem um remanescente...

Mas, a não ser que haja – e agora, permita-me esta análise até sugerida por esse seu comentário – outro efeito relativamente ao sócio que detêm 50%, a verdade é que os seus 5% são muito importantes, porque a verdade é que acabam, ainda que indirectamente, porque eles são indirectos, quer dizer, são uma participação de 10% numa parte de 50%...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Não, não são!

O Sr. Afonso Candal (PS): — Então, isso, considerando que a coisa até vai ser homogeneizada, não se vai reflectir em termos de fiel de balança de decisão no âmbito da própria Pluripar?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Não. Quero dizer que, de facto, não é. E não é nem é isso que me interessa, note. Ao longo da minha vida lutei por projectos e não pelo dinheiro. E quem me conhece sabe que é assim. E, por outro lado, esses 5% não têm qualquer significado a esse nível. Se eu fosse detentor de 5% da Pluripar sim, mas eu sou detentor de 5% da OPI e quem define as decisões da OPI são os 90% e não os 10% e, por conseguinte, terei as sobras que, eventualmente, me derem.

Estou interessado no projecto que é, de facto, um projecto aliciante, é um projecto de uma vida, embora não saiba se já o irei realizar, mas entusiasmei-me, porque é um projecto excepcional. É o que melhor se poderia ter feito em Portugal, desde sempre, e não só em Portugal.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Mas, agora, obriga-me a raciocinar ao contrário...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Diga.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Então, nem os 300 000 originários tem?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Se as pessoas não forem sérias, com certeza. Quer dizer, acabarei por, até se quiserem, ir de calças na mão, não tenho problema nenhum... Isso é verdade, e eu estou consciente disso. Depende da seriedade das pessoas!

O Sr. Afonso Candal (PS): — Quem são as pessoas?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Os meus sócios. É a SLN e a SLN Valor. Estes é que são os meus sócios.

O Sr. Afonso Candal (PS): — E principalmente o outro sócio da Pluripar que tem 50%!

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Não, o outro sócio da Pluripar é o outro sócio da Pluripar.

Quer dizer, eu estou do lado da SLN e da SLN Valor, o outro sócio defende os interesses dele, eu defendo os interesses da OPI, em que estou envolvido com a SLN e a SLN Valor, que continuo a defender da mesma forma. O outro sócio defende os interesses dele, naturalmente, e nós defenderemos os nossos.

É evidente que, em boa gestão da empresa, os sócios devem defender a empresa em si e isso é que faz com que a empresa seja válida. Portanto, o accionista só defende os seus interesses se defender, em primeiro lugar, os interesses da empresa em que está envolvido. Esse é que é o princípio.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Mais duas questões últimas e rápidas e faço-lhe já as duas para, depois, poder responder.

Neste momento, há incumprimentos em termos das obrigações dos créditos...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Há, com certeza. Estamos com problemas com a generalidade da banca, com a qual estamos a negociar para reconverter todos estes financiamentos em financiamentos de médio e longo prazo, mais adaptados à estrutura dos negócios que temos em curso. E penso que a banca já percebeu isso e está envolvida na solução do problema.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Em relação à avaliação destes imóveis, que são, enfim, em números redondos, quase no apuramento final, os tais 1200 milhões, eu pergunto se esse é o valor potencial dos imóveis, numa lógica de alteração do seu figurino ou daquilo que são os usos possíveis dos terrenos hoje, ou foi o valor aproximadamente pago por eles, já de acordo com os usos que são permitidos hoje, ou, de alguma forma, já há aqui uma valoração de qualquer tipo de utilização potencial futura, nomeadamente de passarem alguns a ser urbanizáveis.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Estes imóveis foram avaliados em função daquilo que está autorizado neste momento, sendo que todos eles têm viabilidade para construção da mais diversa ordem.

Por conseguinte, o Algarve tem um empreendimento turístico com diversos conjuntos de apartamentos já construídos, com um *aparthotel* já

construído, com viabilidade para a construção de mais três hotéis, um conjunto de apartamentos e uma zona comercial e foi avaliado em função do que já está construído e do valor dos terrenos com a viabilidade que já têm, com os projectos aprovados que têm.

A Nova Setúbal está em função do plano de pormenor que está aprovado. Está o loteamento também aprovado e, portanto, há que apresentar agora os projectos de infra-estruturas para se iniciar a construção.

Todo o Rio Frio tinha uma viabilidade, pelos Planos Directores Municipais, para empreendimento turístico, e foi na base da viabilidade que está conferida que eles foram avaliados e não mais do que isso. Aquilo que era agrícola é agrícola e está avaliado como tal; aquilo que tem viabilidade construtiva foi avaliado com a viabilidade construtiva que lhe está conferida.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Uma última questão: a decisão de construção do aeroporto nessa zona, certamente não desvalorizará esses terrenos, o que quer dizer que estamos a falar de uma perspectiva – desvalorizar não desvaloriza mesmo que os usos sejam os mesmos – possível de valorização muitíssimo superior, porventura para o dobro dos valores de que estamos a falar...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Eu acredito que, a curto ou a médio prazo, não vai haver alteração. Tanto quanto sei, pelos estudos que estão a ser feitos, não conferem aos nossos terrenos outra viabilidade que não seja aquela que estava aprovada.

Naturalmente, Alcochete tem à sua volta os terrenos que são do Estado e que podem e devem ser utilizados para esses fins de desenvolvimento urbano.

Creio da vila de Alcochete para lá, poderá, eventualmente, daqui a 10, 15 ou 20 anos, se, porventura, o desenvolvimento obrigar a que os projectos e o desenvolvimento estratégico, que está agora a ser adoptado, tenha que vir a ser corrigido, vir a valorizar-se no futuro, mas de longo prazo.

Neste momento, não lhe vou dizer que fiquei aborrecido por o aeroporto ir para Alcochete, não lhe vou dizer isso, mas, a curto prazo, não foi benéfico para a empresa, pois, para já, paralisou todos os trabalhos e negociações que tínhamos em curso.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Peço desculpa, mas estou a tentar perceber toda a dimensão, por isso uma última questão: então, se não houvesse aeroporto em Alcochete...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Nós já tínhamos desenvolvido os projectos!

O Sr. Afonso Candal (PS): — ... qual é que era o grande negócio?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — O grande negócio de Alcochete era aquele que estava previsto, que estava na nossa mente, e que era fazer um grande empreendimento turístico, tal como já estava aprovado nos PDM.

De facto, em todos estes terrenos de Rio Frio 1 e de Rio Frio 2, havia zonas de desenvolvimento turístico numa zona com uma aptidão extraordinária para isso, porque tem lagos muito bonitos, tem umas barragens, com a Barragem da Venda Nova, etc., é uma zona muito bonita, muito perto de Lisboa, sendo que havia, sobretudo, uma coisa que nós já sabíamos: era que o TGV ia passar ali perto.

Eu disse que o principal cliente dali seria Madrid e Espanha e o aeroporto ali veio perturbar-nos um bocado todo o desenvolvimento disto.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Já agora, com a questão do TGV lembrou-me outra que, enfim, é uma notícia relativamente não ao Sr. Fernando Fantasia mas que envolve o nome do seu sócio Emídio Catum, que tem a ver exactamente com a possibilidade de uma megaurbanização, que não sei se tem alguma coisa a ver consigo, na Moita, no canal do TGV, sendo que, daquilo que se percebe da notícia, até foi autorizado antes de haver definição do canal do TGV.

Portanto, eu não sei se são coincidências. Quer dizer, um vai comprar terrenos onde vai ser o aeroporto e outro no sítio onde vai passar o TGV...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Não, esse foi o azar, porque nós temos aí um terreno onde passa o canal do TGV, mas foi tudo suspenso quando já tínhamos, inclusivamente, negociado não para uma megaurbanização mas para um centro comercial. Estava tudo negociado e parou tudo! Parou esse negócio, pararam as vendas, porque o PDM foi

suspenso e não se sabe... E julga-se que não se pode ali fazer nada, porque passa ali não só o canal do TGV mas também uma rede de acessos de estradas para a ponte e aí saiu-nos furado o negócio do TGV.

Nem tudo foi bom, mas, por agora, ainda não vi nada que tenha sido muito, muito positivo. A curto prazo, não há, a médio ou longo prazo talvez, lá para os meus netos, apareça alguma coisa em função da vinda do aeroporto para Alcochete.

De momento, só nos parou todos os trabalhos que estavam em curso, o que nos complica financeiramente e cria-nos problemas de tesouraria graves.

A Sr.ª Presidente: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Hugo Velosa.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Sr.ª Presidente, serei muito breve.

Naturalmente que, como foram aqui invocados vários documentos, que acho que não são da Comissão e aos quais não tenho acesso, dou como reproduzidas as questões postas pelo Deputado Nuno Melo e pelo Deputado Afonso Candal e também como reproduzidas as respostas dadas pelo nosso convidado.

Mas, gostaria de deixar cinco questões concretas, sendo que só uma delas é que tem a ver com o que tem sido aqui falado e a que já deu praticamente todas as respostas e que é também o objectivo da sua vinda cá.

Primeira: foi ou é accionista da SLN, ou foi ou é accionista de alguma empresa do Grupo SLN?

Segunda: fez outros negócios ou contratos com o Grupo SLN BPN, além deste de Rio Frio, de que temos estado aqui a falar?

Terceira: nas negociações que fez de outros negócios – e se for negativa a resposta, se não fez outros e se foi só como disse só com os serviços jurídicos – tinha contactos com alguém da administração da SLN BPN, nomeadamente e em concreto com o Dr. Oliveira e Costa, presidente do BPN?

Quarta: de quem foi, em concreto, a iniciativa de fazer este negócio de Rio Frio 1 e de Rio Frio 2?

Quinta, e última questão, que é mais um esclarecimento, porque, sinceramente, ainda não entendi bem, embora tenha percebido que já ficou resolvido o problema e que até houve uma alteração na composição do capital social, passando 45% para a SLN Valor: gostaria que concretizasse o que é que ao longo do tempo estava para acontecer e que as administrações não aceitavam que acontecesse, se houve um contrato para resolver o problema agora, em Fevereiro, e havendo-o, que tipo de contrato, com que capacidade e em que termos é que negociou o Sr. Fernando Fantasia essa questão com a SLN, para essa alteração da composição do capital social.

A Sr.^a Presidente: — Tem a palavra o Sr. Fernando Fantasia, para responder, por favor.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Não sou accionista da SLN, não sou accionista de nenhuma empresa da SLN. Não tenho contratos com outras empresas da SLN. Aliás, sou accionista de uma empresa onde, agora,

também está a SLN, que é a OPI. Portanto, a minha relação com a SLN é, única e exclusivamente, através da OPI e nada mais.

A iniciativa do negócio de Rio Frio foi do Sr. Emídio Catum. O Sr. Emídio Catum é pessoa dali, da zona, que eu conhecia e que me falou no negócio de Rio Frio. Eu tinha já relações com o Sr. Emídio Catum, porque ele estava a construir as infra-estruturas do parque industrial da Sapec e tínhamos contactos. Ele levou o negócio, para ser financiado, ao BPN. O Dr. Oliveira e Costa, que me conhece também há muitos anos e eu também conheço o Dr. Oliveira e Costa há muitos anos, embora sem saber se o Emídio lhe terá falado em mim ou porque terá falado no meu nome, chamou-me e perguntou-me se eu podia dar parecer sobre aquilo.

Fui lá, falei com o Emídio, fui ao terreno, andei a ver e dei parecer afirmativo, no sentido de que o negócio era um negócio muito válido, era como fazer uma Vilamoura muito moderna, muito melhor e em maior terreno, com menor densidade, às portas de Lisboa, com uma paisagem extraordinária. Aquilo tem um lago com quilómetros lá dentro... É um lago lindo com uma barragem. Eu nem imaginava que houvesse um lago com seis ou sete quilómetros de extensão aqui às portas de Lisboa. Fiquei encantado e dei parecer afirmativo.

E, de imediato, já disse qual era o meu currículo e a minha experiência no imobiliário, o Dr. Oliveira e Costa perguntou-me: o Fantasia entrava neste negócio? E eu disse: entrava mas a minha empresa não tem dimensão para isto, isto é, de facto, muito grande e ultrapassa-me. E ele: e, então, se aumentássemos o capital. Bem, tudo depende, vamos analisar a situação...

Enfim, admiti que ele estive a tentar experimentar-me para ver se eu estava a dizer aquilo com convicção ou não, mas a verdade é que ele continuou e, como já expliquei aqui, entrei no negócio, no qual, para garantir o financiamento, limitei-me a aceitar ficar com 10%, o que ficou consolidado ultimamente, em Fevereiro. Por que é que não foi antes? É um problema que me transcende, é um problema dos accionistas da SLN e SLN Valor.

Já tive acções em meu poder, que me foram confiadas por muita gente, mas nunca fiquei com acção nenhuma que não era minha. E, desta vez, também não ficaria.

A Sr.ª Presidente: – Sr. Deputado Hugo Velosa, está satisfeito?

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Sim, Sr.ª Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo, do PCP.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Muito obrigado, Sr.ª Presidente.

Sr. Dr. Fernando Fantasia, também tenho um conjunto de perguntas muito breves. Quase tudo já foi dito e percebido, mas queria precisar aqui algumas datas e, portanto, vou passar por alguns assuntos, perguntando-lhe sobretudo datas e momentos – e também vou fazer as perguntas todas de uma vez só.

Numa primeira fase, o Sr. Dr. cede 20% do capital social da sua empresa familiar. Tem ideia em que data é que se processa essa alteração?

Numa segunda fase, há um segundo aumento de capital onde há uma promessa ou um acordo de cavalheiros, chamemos-lhe assim, em que o Dr. Fernando Fantasia ficaria com 10% do capital social, depois de um aumento para 2,5 milhões e 90% a SLN no seu conjunto.

Também lhe pergunto em que data é feito este compromisso para nós percebermos o tempo que demorou entre o compromisso e a concretização do assunto, que foi só feita, como já disse aqui, em Fevereiro de 2009.

Pode responder a estas perguntas e depois faria as restantes.

A Sr.^a Presidente: — Faz favor, Sr. Fernando Fantasia.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Sobre datas precisas, exactas, a minha memória de septuagenário já falha um bocadinho...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não é preciso dizer o mês nem o dia, mas pelo menos...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Não, mas eu vou dizer.

O primeiro aumento de capital foi em 2004 e, logo a seguir, em 2005, cedi os 20%. Porque o empréstimo que me foi concedido para esse aumento de capital consumia-me muitos juros, de modo que disse: preciso de apoio financeiro, porque isto é demasiado para a dimensão da minha empresa e para mim próprio.

Depois, houve o Rio Frio e tudo isso se desenvolveu com a OPI, com a constituição de 80% meu e 20% da Wisteria.

A seguir, em 2007, aconteceu a aquisição da Pluripar e, para a aquisição da Pluripar, foi necessário a OPI socorrer-se de mais capital e foi aí que eu assumi que precisava de apoio financeiro a outro nível que não este. Esse é que andou, desde o princípio de 2007 até princípio de 2009, para resolver e só se resolveu, agora, em Fevereiro de 2009.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Aqui é que o senhor cede os outros 70%, no início de 2007, facto que só é juridicamente válido em 2009.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Exacto!

O Sr. Honório Novo (PCP): — O Sr. Dr. Fernando Fantasia é um homem experimentado, gestor durante anos em empresas públicas e privadas, foi professor no ISCTEC durante 10 anos, segundo nos transmitiu, e quando vende 20% da sua OPI 92, ainda de estrutura familiar, sabia que ia vender à SLN ou ao BPN e aparece-lhe um contrato em nome da Wisteria, cujo nome pedia que me repetisse...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Wisteria!

O Sr. Honório Novo (PCP): — ... e eu gostava de perceber se o Sr. Dr. não teve preocupação em perceber onde é que esta empresa tinha a sede, o que é que fazia, que actividades tinha e que administração tinha...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Não tinha!

O Sr. Honório Novo (PCP): — ... porque, naturalmente, disse-nos que tinha sido tudo preparado pelo gabinete jurídico do BPN, através da Dr.^a Isabel Cardoso e falou num outro nome, que agora já não me recordo...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Isabel Ferreira.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sim, Isabel Ferreira, mas, naturalmente, em nome de uma empresa, da parte compradora, digamos, e eu gostava de perceber se o Sr. Dr. Fantasia não teve preocupação em perceber ou se não se recorda dos pormenores.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Não, não tive preocupação. Naquele momento, precisava de vender os 20% e apresentaram-me o contrato, cumpriram e não tive preocupação, eu continuava gestor da empresa na mesma, continuava a ser o presidente do conselho de administração da OPI, não houve alteração nisso, tinha a maior boa fé com as pessoas com quem estava a tratar e não me preocupou saber.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Aceito a sua resposta, embora eu, se fosse no seu caso, teria olhado para a empresa que é parte contratante.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Não, para isso era preciso que estivesse a desconfiar de alguma coisa, mas não desconfiei de coisa nenhuma nem tinha razão para isso.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Em negócios, todos os cuidados são poucos!...

Sr. Dr., como é bom de ver, pelos vistos, descobriu agora ou há pouco tempo que era uma *offshore*!

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Não sei, só sei que me disseram que pertencia – e não porque eu perguntasse – que pertencia à SLN Valor, portanto, era SLN. Aliás, aquilo era do Grupo SLN e, portanto, tudo bem, não me inquiri sobre.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Se tivesse tido o cuidado, na altura, talvez não tivesse ficado surpreendido.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Não, não me inquiri sobre isso!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., agora precisava que me informasse o seguinte: quando comprou Rio Frio 2, quem é que comprou, de facto? Foi a OPI 92, foi a Pluripar ou foi alguma das empresas do universo Pluripar?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Quem comprou, de facto, foi a Pluripar.

O Sr. Honório Novo (PCP): — A Pluripar, como tal, SGPS?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Exacto.

O Sr. Honório Novo (PCP): — O Sr. Dr. disse-nos que essa compra foi feita em Outubro de 2007, com negociações que começaram em Maio/Julho de 2007.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — E foram negociações longas e complicadas, muito complexas.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Isto é, as negociações de aquisição de Rio Frio 2 começaram em Maio/Junho de 2007 e continuaram até Outubro de 2007.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Em Agosto contratou-se o escritório de advogados para concretizar, em termos de contratos, o negócio que estava em causa e, de Agosto a Outubro, levaram eles para tentar descobrir toda a situação das diversas empresas, e a escritura só se fez mais tarde, porque...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., agradeço-lhe a confirmação destas datas, porque, na verdade, há aqui coincidências curiosas. Naturalmente, o Sr. Dr. já aqui enunciou e repetiu, por diversas vezes, e nós acreditamos e não temos nenhuma razão em não acreditar, que o senhor pretendia transformar este conjunto de Rio Frio num empreendimento de natureza turística, pois tinha potencialidades para tal.

Não sei se se recorda, mas vou-lhe dar duas datas: de Junho de 2007, exactamente quando começaram as negociações, foi a altura em que o Conselho de Ministros ou o Ministro decidiu atribuir ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil a obrigação de estudar a localização do novo aeroporto, comparando a localização da altura, da Ota, com outras localizações, entre as quais Alcochete – Junho de 2007, é, pois, uma data. Outra data final de todo este processo é Janeiro de 2008, quando há uma decisão final de deslocação para Alcochete.

Naturalmente, sabe que há uma informação quase oficiosa ou de natureza oficiosa, por altura de Outubro/Novembro de 2007, que apontava já no sentido de Alcochete ser o lugar no aeroporto.

Apenas exposto estas datas não para querer significar nada porque o senhor já disse repetidamente e, aliás, adiantou-se dizendo que havia rumores num determinado sentido, mas a verdade é que esta curiosa coincidência, portanto, estará certamente na base de alguns rumores que por aí circulam

Não fiz nenhuma pergunta, fiz um comentário, mas se quiser comentar...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Com certeza. Olhe, para mim..., eu sou também vice-presidente da AER-7, e, tanto quanto me recordo, no final do Verão, discutíamos na AER-7 o problema do Rio Frio. Isto porque a CIP, salvo erro, queria fazer um estudo e perguntou se nós participávamos ou não no estudo. Foi deliberado não participarmos no estudo da CIP.

Penso que isso foi no final do Verão, foi em Agosto ou não sei se já em Setembro, mas não tenho a ideia de que, nessa altura, em Agosto/Setembro, que o Governo mandou estudar a localização de Alcochete.

Como digo, não fiz estudos comparativos entre um e outro, mas há que referir uma coisa: este negócio de Rio Frio e a nossa compra e aquisição é uma sucessão de aquisições, que vem desde quase final de 2003. Em 2003, não havia, com certeza, nada que apontasse nessa decisão de comprar Rio Frio, que começou em finais de 2003. Nem haveria qualquer decisão fora da Ota, que me lembre.

Se tivéssemos podido concretizar antes de 2007 aquela compra e aquela que está ainda de fora, naturalmente, se calhar, tínhamos concretizado, mas foi a sequência possível.

Agora, o que digo é que em Maio, Junho e Julho e mesmo em Agosto, tanto quanto me lembro, na AER-7, discutia-se o estudo da CIP e não se discutia que tivesse havido alguma decisão do Primeiro-Ministro ou do Governo no sentido de escolher outra coisa que não fosse a Ota.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Esta informação é relativamente relevante e, portanto, eu queria precisá-la melhor.

Sr. Dr., a OPI 92 e a Pluripar decidiram não participar financeiramente no estudo que a CIP fez para a localização do novo aeroporto, embora tivessem sido convidadas para participar. Estou a concluir bem?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Não, quem foi convidada para participar foi a AER-7, que é a Associação Empresarial da Região de Setúbal. A AER-7 convidou todos os associados e eu, vice-presidente da AER-7, naturalmente, também fui inquirido sobre isso e, ao nível da AER-7, decidimos não participar.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Fiz esta pergunta porque estava a levantar-se aqui um a confusão.

Portanto, foi a Associação Empresarial de Setúbal, da qual o senhor é vice-presidente, que decidiu não comparticipar financeiramente no custo do estudo da CIP.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Exacto.

Entretanto, assumiu a presidência da Comissão o Sr. Deputado Marques Júnior.

O Sr. Presidente (Marques Júnior): — Sr. Deputado, terminou?

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Marques Júnior): — Está inscrito a seguir o Sr. Deputado João Semedo, a quem dou a palavra.

O Sr. João Semedo (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Também não irei fazer muitas perguntas mas, de qualquer forma, queria perguntar-lhe o seguinte: há pouco, o Sr. Deputado Afonso Candal referiu-se à acta de uma reunião, em que o Sr. Dr. não esteve, mas em que, por ocasião, mais ou menos em Fevereiro de 2008, a administração da SLN ou, melhor dizendo, alguns accionistas da SLN fizeram uma avaliação relativamente a alguns bens patrimoniais e à sua situação.

Há um aspecto a que, creio, o Sr. Deputado Afonso Candal não se terá referido, que dá uma outra importância a esta reunião e é que o seguinte: os imóveis que foram considerados nessa reunião não se encontravam consolidados no Grupo e isto dá um outro enquadramento e uma outra importância à reunião e em concreto a alguns dos bens a que o Sr. Deputado Afonso Candal se referiu.

Então, a minha primeira pergunta é muito simples e é relativa à OPI 92. Gostava que me explicasse como é que é possível o Dr. Oliveira e Costa, em Fevereiro de 2008, dizer o seguinte: «OPI 92 – Esta sociedade é detida a 100% pelo Sr. Fantasia, mas, na realidade é 100% SLN».

Ora, eu gostava que o Sr. Dr. nos explicasse e comentasse o que é que leva numa reunião, em que se está a discutir bens não consolidados da SLN, o Sr. Dr. Oliveira e Costa a dizer isto que eu aqui referi?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Como o Sr. Deputado deve perceber eu não faço a mínima ideia, não posso responder a uma pergunta dessas. Eu não estive nessa reunião, não sei em que contexto é que foram produzidas essas afirmações, contudo o que lhe posso dizer é que nas reuniões em que estive com os accionistas disse sempre quilo que estou a dizer aqui a todos, ou seja que a SLN era detentora da maioria do capital

90%, quer através da Wisteria quer através da parte que anda estava por definir qual era a empresa que iria ficar com esse capital.

Não tenho outra coisa a dizer, porque foi sempre isto que disse em todas as reuniões em que estive e não posso afirmar outra coisa.

Agora, afirmações às quais sou estranho, reuniões onde não estive presente... Não posso comentar.

O Sr. João Semedo (BE) – A minha segunda pergunta é exactamente sobre esta Wisteria.

O Sr. Dr. não se recorda quem foram os representantes...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Já afirmei aqui que não sei quem era a Wisteria. Sei que assinei um contrato, que o cumpriram e nada mais.

O Sr. João Semedo (BE) – A terceira pergunta é para lhe pedir uma opinião.

Ouvidas as suas declarações, lendo alguns documentos bem como tendo acesso a outras fontes de informação, concluo que o BPN aceitava como garantia de operações que financiava bens patrimoniais que pertenciam ao próprio BPN. Isso verificou-se em muitas das operações de que já aqui falámos, hoje e noutros dias, e eu gostava de saber se, do seu ponto de vista e com a experiência que tem, subscreve a afirmação de que o BPN aceita como garantia de operações que financiava bens patrimoniais próprios.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — O BPN aceitou financiar a empresa OPI. Eu não estou dentro do negócio bancário, não sei como é que é, mas durante todo o tempo da minha vida na Emaco, empresa do Grupo CUF e do Totta, também o Totta financiou a Emaco...

O Sr. João Semedo (BE): — Sim, mas eu estou a dizer...

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — De modo que não estranho isso, de maneira alguma. Não sou banqueiro, nunca fui, não sei quais são as regras e como e que funciona hoje em dia a banca, mas isso não estranho, porque ao longo de toda a minha vida o principal financiador da Emaco e do Grupo CUF era o banco Totta e a Emaco era a 100% do Totta.

O Sr. João Semedo (BE): — Estou a referir-me ao financiamento de empresas e de operações em que o próprio está interessado.

Não estou a referir-me a isso, que é natural, é normal, e a história do BPN está repleta de exemplos desses; estou, sim, a referir-me às garantias serem do próprio banco, ou seja o banco financia operações e aceita como garantias bens próprios. Garante-se a si próprio com coisas que têm o valor que o próprio lhes dá, como é evidente.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Não estou a perceber.

Por exemplo, o banco financia a Coutadinha, que é 50% da OPI e 50% da Londimo, e recebe a Coutadinha como garantia real.

O Sr. João Semedo (BE): — Pois, é exactamente isso!

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Portanto, eu não estou a ver qual é o problema de financiar uma empresa onde a SLN tem capital, não é o banco...

O Sr. João Semedo (BE): — Não é o problema do financiamento, é da garantia.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Então, a garantia é a Coutadinha. O património é da Coutadinha.

O Sr. João Semedo (BE) – E de quem é a Coutadinha?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — A Coutadinha é da Londimo e da OPI.

O Sr. João Semedo (BE) – E de quem é a Londimo?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Como?

O Sr. João Semedo (BE): — Mas tem capital do próprio BPN e da SLN?

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Não, a Londimo é do Sr. Emídio Catum e do Sr. Carlos Costa.

O Sr. João Semedo (BE): — Gostaria de lhe fazer uma pergunta, por curiosidade, até por que já percebi que isto, para si, é motivo de preocupação: independentemente das coincidências já aqui assinaladas quanto à aquisição dos terrenos de Rio Frio, e o Sr. Dr. já falou diversas vezes sobre isso, o que gostaria de lhe perguntar, agora que sabe que vai haver ali um aeroporto, é o que é que vai fazer com esses terrenos.

O Sr. Dr. Fernando Fantasia: — Aquilo que for determinado pelos planos de ordenamento do território que vierem a ser efectuados.

Penso que não vai alterar muito, pelo menos, tanto quanto sei, os planos estratégicos que estão não alteram substancialmente para os nossos terrenos aquilo que estava previsto nos PDM.

Acho que a cidade aeroportuária e todo o resto vai ficar, e muito bem, nos terrenos que são do Estado à volta do aeroporto. Isso é o que me foi dito.

O Sr. João Semedo (BE): — Obrigado.

Entretanto, reassumiu a presidência a Sr.ª Presidente Maria de Belém Roseira.

A Sr.ª Presidente: — Não registo mais nenhuma inscrição dos Srs. Deputados, de maneira que julgo interpretar o vosso sentimento, agradecendo ao Sr. Dr. Fernando Fantasia a sua presença e os esclarecimentos que nos deu e a boa disposição que, a esta hora, também

é importante e quero agradecer também aos Srs. Deputados a vossa presença.

Amanhã, retomamos os nossos trabalhos no fim do Plenário, que vai ser muito importante, porque vamos ter a reabertura do Plenário com música e tudo... Mas não se esqueçam que, depois do Plenário, no fim da música, temos o nosso próprio andamento.

Lembro também que, em breve, vamos ter que fazer uma reunião de coordenação que, depois, articularei com os Srs. Coordenadores a melhor altura para a fazer.

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

Eram 22 horas.